

Jean Daubier

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO
CULTURAL CHINESA

PRIMEIRO VOLUME



Questões



EDITORIAL PRESENÇA

JEAN DAUBIER

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO
CULTURAL CHINESA

1.º VOLUME

Colecção QUESTÕES

•

EDITORIAL PRESENÇA

Titulo original:

HISTOIRE DE LA REVOLUTION CULTURELLE
PROLETARIENNE EN CHINE

© Copyright Librairie François Maspero

Tradução de MARIA HELENA MACHADO LOPES
e MARIA DA LUZ CARY

Capa de F. C.

Reservados todos os direitos para a lingua portuguesa à
EDITORIAL PRESENÇA, LDA.—Av. João XXI, 56-1.
LISBOA

A memória de Jean Baby

INTRODUÇÃO

AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO CULTURAL PROLETÁRIA

*A tradição das gerações mortas pesa
enormemente no cérebro dos vivos.*

K. Marx

Os comunistas chineses nunca apresentaram uma análise elaborada e completa das causas da Revolução Cultural e das formas que esta tomou. Consagraram-lhe no entanto uma certa quantidade de artigos e editoriais que forneciam apenas elementos parciais, dependentes das circunstâncias e das necessidades da propaganda, e nunca uma teoria de conjunto. As linhas que se seguem são uma tentativa de clarificação e expõem uma interpretação que não pretende esgotar os dados do problema.

Proponho-me mostrar primeiro como é que a afirmação de certas contradições e distorções que o regime socialista herda do capitalismo (e, no caso da China, do capitalismo e do feudalismo) podem constituir a

base de uma nova luta de classes pelo poder que precisamente a Revolução Cultural ilustra.

Teoricamente, o socialismo, instaurado depois do derrubamento da burguesia é um regime de transição que deve preparar o Comunismo, sendo este concebido como um sistema social igualitário em que cada um receberá uma parte do produto social correspondente às suas necessidades, em que a divisão em classes será abolida assim como o Estado, seu corolário.

Mas esta transição não parece dever fazer-se muito rapidamente e os próprios Comunistas chineses afirmam hoje que ela cobrirá necessariamente um longo período histórico. Não é de espantar que, na fase do socialismo que precede a realização do Comunismo, subsistam contradições sociais e desigualdades diversas. Isto é admitido na China popular de forma explícita.

Estas contradições e desigualdades decorrem fundamentalmente de um factor social cuja origem se perde na noite dos tempos: a divisão do trabalho. Separando ao longo dos séculos a cidade dos campos, os ramos da indústria das profissões, atinge-se na época moderna o cúmulo do fraccionamento das tarefas, engendrando as especialidades e até a mecanização dos cérebros; a divisão do trabalho cindiu as sociedades humanas. Está na origem de todas as alienações e separa o homem de si próprio. Suscitou um hábito tão forte que já nem nos permite medir a sua grave consequência: a separação entre trabalho manual e intelectual. Foi esta dissociação que conduziu alguns homens a conceber e estudar os métodos da produção, enquanto outros se tornaram os executantes parcelares, estranhos a estas operações intelectuais, que os engendraram. Esta cisão tomou proporções gigantescas com a grande indústria capitalista, que fez com que a própria ciência, os sábios e os técnicos entrassem ao serviço do capital, fazendo deles uma potência produtiva independente do trabalho. Esta dissociação faz-se acompanhar por uma tradição mais que secular de desprezo

pelo trabalho manual, por um lado, e de valorização do trabalho intelectual, por outro. A divisão do trabalho conduziu portanto à desigualdade entre os trabalhadores. Estas sequelas do feudalismo e do capitalismo estão presentes nos regimes socialistas, que não têm possibilidades de as eliminar de um momento para o outro e cujas manifestações específicas vamos enumerar.

A universidade é um dos primeiros domínios onde se manifestam as sobrevivências da divisão do trabalho. Com efeito consagra uma organização distinta da ciência e do trabalho. Fixa o portador de conhecimentos e o trabalhador nos dois pólos da produção. Como é evidente, os países socialistas precisam de engenheiros e de quadros instruídos; não podem portanto passar sem universidades. Mas se estas não forem profundamente modificadas, serão incapazes de assegurar a despolarização do trabalho. Reproduzirão assim a oposição recolhida do regime precedente, entre portadores de conhecimentos e massas laboriosas privadas de ciência. Assim, mesmo desaparecido o modo de produção capitalista, subsiste uma instituição que reproduz as contradições e as distorções sociais por ele engendradas.

Se a separação subsistir, há de facto fortes probabilidades de que, pela força do hábito, o trabalho intelectual continue a ser acompanhado de privilégios e a ser considerado uma ocupação mais nobre do que o trabalho manual. Os intelectuais continuam portanto a constituir uma elite invejada à qual só uma minoria tem acesso. O ensino permanece selectivo, baseado na emulação, e continua a estimular as ambições individuais em vez da devoção à colectividade. Então, por mais que o regime exalte o proletariado e repita constantemente que os operários são os senhores do país, o poder de decisão real começa a escorregar para as mãos de uma camada social de administradores e de técnicos, cujas concepções e interesses imediatos podem ser distintos dos interesses dos operários.

Este fenómeno prolonga-se igualmente no domínio literário e artístico. Nos regimes capitalistas e feudais a cultura é um privilégio. O facto de, nos grandes países capitalistas modernos, ela estar ao alcance de fracções da população que se alargam para além dos membros da classe dirigente, não constitui uma alteração substancial. As pressões estruturais e ideológicas fazem com que a massa dos trabalhadores nunca possa aceder-lhe nestes países. Ser culto, é portanto beneficiar de uma vantagem que a maioria não possui.

Assim, um artista, mesmo que por nascimento pertença ao povo, mesmo que continue a ser pobre (o que não é excepcional), produz obras que entram no património da classe dominante: quer materialmente, porque só os ricos podem comprá-las, quer porque o conteúdo de conhecimento dessas obras só é acessível aos membros da classe superior ou àqueles, hoje mais numerosos, que esta classe associou ao seu raio de acção cultural mas que nunca são proletários.

Os regimes socialistas acolhem portanto uma massa de intelectuais com uma cultura adquirida no antigo regime, cultura essa que, em última análise, era baseada numa superioridade de classe. Embora estes aceitem o novo regime, o que não é necessariamente o caso, os seus hábitos e a sua psicologia permanecem muito afastados dos hábitos e da psicologia dos trabalhadores. Existe portanto o risco de que a actividade destes intelectuais permaneça estranha aos trabalhadores, simultaneamente pelo esoterismo mais ou menos acentuado da sua produção e pelo facto de transmitirem valores tradicionais modelados num quadro ideológico diferente do quadro ideológico do socialismo revolucionário. Esta clivagem tem fortes tendências para se institucionalizar através da concessão de privilégios materiais diversos, de salários mais elevados, de condições de habitação melhores que concorrem para fazer dos artistas e dos escritores dos países socialistas os membros de um grupo social cujo modo

de vida e preocupações cada vez se vão afastando mais dos das massas populares.

Mas é principalmente no terreno das relações entre dirigentes e dirigidos que se podem encontrar os piores efeitos decorrentes da divisão do trabalho. Há evidentemente uma diferença entre os que têm a seu cargo o exercício do poder e os que são apenas meros executantes. Ora toda a diferença é uma contradição e esta existe tanto nos regimes socialistas como nos outros.

Esta diferença encontra também a sua origem na divisão do trabalho. Na origem das sociedades, a produtividade do trabalho era extremamente fraca e reclamava a quase totalidade do tempo dos homens. Formou-se depois, ao lado da grande maioria de homens encarregada de arrancar à natureza os elementos necessários à subsistência, um grupo liberto do trabalho directamente produtivo que tomava em mãos a organização da colectividade: organização das tarefas, resolução dos problemas políticos, justiça, ciência, belas-artes, etc. A pouco e pouco, e pelo facto de estar unicamente investido da responsabilidade de repartir por todos os produtos do trabalho, este grupo abusou das suas funções começando a viver inteiramente à custa dos trabalhadores e a aumentar os seus bens e poderes para além da média social das necessidades estritamente necessárias ao exercício das suas funções particulares. Assim nasceu a exploração e a sociedade cindida em classes antagónicas.

Os regimes socialistas são capazes de suprimir a exploração aplicando o princípio de dar a cada um estritamente segundo o seu trabalho. Mas a aplicação deste princípio, por mais rigorosa que seja, não permite suprimir as desigualdades. Com efeito, nas economias modernas, as capacidades de trabalho são muito diversas; mesmo havendo igualdade de trabalho e igualdade de parte do produto social, os homens mantêm-se desiguais nas suas necessidades, portanto desigualmente ricos em relação a um mesmo rendimento. Assim,

enquanto a sociedade não puder dar a cada um segundo as suas necessidades, ela continua a ser uma sociedade de relativa variedade e portanto de desigualdade.¹

A repartição do produto social permanece então como uma fonte de tensões internas e os homens continuarão a defrontar-se. Determinados grupos sociais vão tentar obter para si uma repartição mais vantajosa. Os que são mais cultos e qualificados, aqueles que têm maior capacidade de trabalho, tendem a aumentar as suas exigências para além daquilo a que o trabalho que realizam lhes dá direito e, portanto, a obter privilégios. Uma das razões pelas quais o Estado continua a existir nos regimes socialistas é precisamente a necessidade de manter pela força a norma de repartição segundo o trabalho.

Mas, a existência do Estado preserva outra desigualdade, a que se verifica entre dirigentes e dirigidos. Quem exerce o poder está em óptima posição para obter privilégios e impedir a aplicação do princípio: a cada um segundo o seu trabalho. Esta tendência não pode deixar de surgir entre certos quadros do Partido Comunista e do Estado nos quais o individualismo e o egoísmo continuam a ser dominantes. Se esta tendência vier a desenvolver-se, a luta contra ela pode tornar-se um combate duríssimo que, precisamente por se desenrolar no seio do aparelho administrativo e político, terá directamente por alvo o poder de Estado.

Neste contexto, a Revolução Cultural Proletária desencadeada na China por Mao Tsé-Tung em 1965 surge como uma luta perfeitamente coerente. Marxista,

¹ Sociedade de desigualdade não quer necessariamente dizer sociedade de privilégio. Se o princípio: a cada um segundo o seu trabalho for rigorosamente aplicado, haverá desigualdades provenientes da diversidade das capacidades e das necessidades, mas não haverá privilégios. As desigualdades sociais são, neste caso, necessariamente fracas. Este esclarecimento é indispensável para a compreensão da presente análise.

Mao Tsé-Tung pensa que as sociedades humanas evolverão para o Comunismo; mas também pensa que, para isso, o regime socialista deve lutar tenazmente para criar as condições susceptíveis de induzir tal mutação.

A primeira tarefa consistirá pois, em desenvolver consideravelmente a capacidade produtiva do país a fim de criar a possibilidade de um dia dar a cada um segundo as suas necessidades. Mas no espírito de Mao Tsé-Tung um tal empreendimento só progredirá na medida em que as desigualdades sociais se forem extinguindo, pois o crescimento destas conduziria, pelo contrário, a uma regressão na via da exploração, regressão que reberitaria com as estruturas planificadas e com o progresso económico, acabando por reintroduzir a anarquia do mercado.

Isto implica uma luta contra tradições individualistas enraizadas desde há milénios nos hábitos e nos costumes dos homens e que os levam a conceber a sua felicidade em termos de satisfação individual e não colectiva. Estes factores ideológicos são um poderoso estimulante para o aumento das desigualdades sociais. Combatê-los exige uma revolução dos costumes e mentalidades para que seja eliminado tudo o que traz a marca do passado, ao mesmo tempo que se leva a cabo uma recriação do conjunto das superestruturas administrativas, pedagógicas e culturais em que esta influência pôde materializar-se.

O termo Revolução Cultural é pois pouco apropriado, está mal traduzido, porque tem em francês um sentido restrito que não tem em chinês. A expressão chinesa Wenhua Geming inclui a noção muito mais vasta de civilização e refere-se não apenas ao domínio da cultura, mas a todos os que evocámos até aqui.

A Revolução Cultural proletária chinesa apresenta diversas linhas de força. Uma é a transformação do ensino de maneira a que se extinga a separação entre trabalho intelectual e manual. A finalidade do ensino não deve ser a de formar a curto prazo os

gestores de que a sociedade precisa, mas a de criar um homem novo, física e moralmente apto e que seja simultaneamente um trabalhador e um intelectual. Esta transformação dos métodos pedagógicos está hoje em curso na China. Realiza-se em estreita ligação com a prática concreta da produção e do trabalho. Os estudantes deixarão de constituir uma fracção social particular e passarão a ser escolhidos entre os operários e os camponeses já familiarizados com o trabalho, para seguirem um ciclo de formação bastante curto. Estas inovações têm um carácter experimental. Repousam essencialmente em duas ideias: a primeira, que o melhor ensino provém da prática concreta de um trabalho e que esta é muito mais importante que o conhecimento livresco; a segunda, que a promoção dos que aprendem não deve fazer-se segundo normas elitistas, que têm apenas em conta o valor individual dos seus conhecimentos, mas de acordo com o seu nível político e ideológico e o seu sentido do dever para com a colectividade.

No domínio literário e artístico, a Revolução Cultural parece ter contribuído sobretudo para afastar das suas responsabilidades os intelectuais influenciados pela ideologia burguesa. Conduziu à supressão dos privilégios de que os artistas beneficiavam anteriormente; hoje em dia, estes realizam estágios nas fábricas e nas comunas populares e, através do contacto prolongado com os trabalhadores, poderão vir a ter uma visão diferente do mundo e dos homens. A imprensa chinesa sublinha constantemente a necessidade da criação de uma literatura e de uma arte novas que exaltem os valores estritamente proletários e revolucionários. Isto já se concretizou em produções bem conseguidas da *Opera de Pequim*.

Mas o que esteve no centro da Revolução Cultural foi o problema das relações entre dirigentes e dirigidos, entre o poder e o povo. Mao Tsé-Tung sublinhou que a resolução deste problema constituía uma revolução política e, ao longo da Revolução Cultural, a

imprensa não se cansou de lembrar que era esta a questão fundamental. Vamos pois consagrar-lhe um desenvolvimento especial que introduzirá a narrativa histórica dos acontecimentos.



Dissemos atrás que nos regimes socialistas a persistência das desigualdades implicava uma luta pela repartição do produto social e a procura tenaz de privilégios por parte de certos grupos sociais. Esta tendência tem fortes probabilidades de se institucionalizar entre muitos dos que detêm lugares de responsabilidade. O poder de que gozam pode de facto ser-lhes útil para consolidarem as vantagens da sua posição. Surgem então, nos quadros comunistas, alguns grupos privilegiados. Se este fenómeno não for combatido pelos chefes do Partido que permaneceram fiéis à linha revolucionária, existe o risco de a pouco e pouco se criar uma verdadeira camada social privilegiada. Esta procurará então furtar-se às normas socialistas de repartição de acordo com o trabalho. As desigualdades, em vez de se atenuarem, crescerão, e acabará por se constituir uma espécie de neoburguesia. A diferença entre dirigentes e dirigidos aumentará e consolidar-se-á em vez de se atenuar e de permitir a passagem ao comunismo, regime social em que o Estado se tornará inútil. Este fenómeno desenvolve-se de um modo desigual. Na China, antes da Revolução Cultural, o seu desenvolvimento era fraco; pelo contrário, na U.R.S.S., o crescimento das desigualdades ganhou força a seguir à Segunda Guerra mundial, para atingir, de há quinze anos para cá, uma extensão bastante perceptível.

A causa deste fenómeno não é a pobreza do país, como o afirmam os analistas trotskistas,* segundo me

* O próprio Trotsky num livro muito representativo do seu pensamento, *A Revolução traída*, afirma-o claramente.

parece, com um certo dogmatismo. Não é devido à pobreza da U. R. S. S. dos anos 20 ou à relativa pobreza da actual China, que existe uma tendência para se formarem camadas privilegiadas. A pobreza pode pelo contrário constituir um poderoso estimulante para o igualitarismo que a manterá coerente, enquanto a desigualdade a dividiria e poderia inclusivamente dizimar as suas fracções mais deserdadas.

A instauração do socialismo em países «ricos» não teria provavelmente impedido que o produto social fosse repartido segundo o trabalho e não segundo as necessidades. Estas sociedades continuariam portanto a ser sociedades de relativa raridade. Mesmo se considerarmos que o volume da produção é neste caso considerável, este factor não engendraria por si só a igualdade, e poderia pelo contrário exacerbar a caça aos privilégios.

Tudo depende pois da norma de repartição que prevalece, e esta não é um elemento estritamente económico; repousa em última análise em factores ideológicos. Apoiase na capacidade de um regime socialista para superar as tendências individualistas, que a força dos hábitos e a tradição enraizaram nos espíritos e para

como mostram as citações que a seguir transcrevemos (trad. franc. de Pierre Frank, Publicações da 4.^a Internacional).

«As tendências burocráticas que asfixiam o movimento operário deverão manifestar-se por toda a parte a seguir à Revolução Proletária. Mas é absolutamente evidente que, quanto mais pobre for a sociedade nascida da revolução, mais esta «ela» deverá manifestar-se severamente, implacavelmente; e quanto mais o burocratismo revestir formas brutais, mais perigoso se tornará para o desenvolvimento do socialismo.» (P. 48.)

«A autoridade burocrática tem por base a pobreza em artigos de consumo e a luta entre todos que daí resulta.» (P. 96.)

«O significado do Termidor soviético vai-se-nos tornando claro. A Pobreza e o estado inculto das massas materializam-se de novo sob as formas ameaçadoras do chefe armado de cacete.» (P. 97.)

fazer triunfar o colectivismo. Trata-se de uma tarefa difícil que exige um combate quotidiano constantemente renovado, sendo este princípio uma das bases da teoria de Mao Tsé-Tung: a Revolução não pode ser interrompida. É também, segundo penso, a oposição que esteve na base da luta que o próprio Mao e os seus partidários desencadearam contra um outro grupo de dirigentes do Partido Comunista, sobretudo contra Liu Chao-chi, luta que levou a Revolução Cultural Proletária a ser mais conhecida no estrangeiro.

Os homens que constituem as fileiras de um partido comunista não são diferentes dos outros homens, e os homens, como Mao Tsé-Tung disse a André Malraux,³ que repete as suas palavras, «não gostam de arcar com a Revolução durante toda a vida».

Tomado o poder, os quadros comunistas que vão exercê-lo defrontam uma nova e dura prova durante a qual alguns, que noutras circunstâncias se mostraram valorosos, sucumbem agora. Os rigores da clandestinidade, a rudeza da vida de partidário, já são apenas uma recordação. Em alguns, vemos nascer o gosto pelo conforto e pela vida fácil. O seu estilo de trabalho torna-se característico, mistura de rotina, de benevolência excessiva para com eles próprios e de rispidez para com os subordinados. Procuram e por vezes obtêm privilégios salariais e materiais, e institucionalizam esta tendência. Entre os simples trabalhadores e uma parte dos quadros dirigentes, a ligação estreita, o diálogo permanente, a igualdade, características dos tempos heróicos em que a Revolução impunha a todos os mesmos perigos e comunicava as mesmas esperanças, tendem a enfraquecer-se.

³ Entrevista publicada por *Le Figaro littéraire*, sob o título «O meu encontro com Mao» e incorporada na obra de André Malraux intitulada: *Antimemórias*, Paris, ed. Gallimard, 1967. O texto desta conversa foi difundido na China por grupos revolucionários, de maneira não oficial, em 1967.

Neste estágio manifesta-se apenas o burocratismo, mal que não está generalizado; sério para o regime, mas ainda não alarmante. Mas se este processo prosseguir, a acumulação dos maus hábitos pode corromper e até abafar completamente a fé revolucionária de alguns quadros. O gosto pelos prazeres, o individualismo crescente, conduzem a um outro estágio. No seio do próprio regime revolucionário surgem então novos mandarins que só vêm nos outros homens meios ou obstáculos e colocam as suas responsabilidades ao serviço dos seus interesses. Para estes, a política revolucionária, com as suas ressonâncias igualitaristas e a abnegação militante que requer, acaba por se tornar intolerável e fazem tudo o que podem para se lhe oporem.

A afirmação dos comunistas chineses segundo a qual a Revolução Cultural é uma luta entre o proletariado e a burguesia surpreende muita gente. Muitos se espantam com o facto de num regime comunista ser necessária uma segunda revolução contra uma burguesia privada do poder económico e político desde há mais de 20 anos. Esta afirmação seria falsa se designasse a burguesia chinesa tradicional que hoje não passa de um vestígio. Pode todavia ser compreendida se pensarmos que designa uma neoburguesia constituída por aqueles a quem a persistência das desigualdades permitiu a aquisição de privilégios que procuram aumentar e defendem, tentando fazer prevalecer perspectivas políticas opostas ao rigor militante do maoísmo. É interessante especificar como isto se manifesta.

Com efeito, os regimes socialistas aplicam a ditadura do proletariado. Não toleram a oposição, e esta em princípio não tem liberdade de acção ou de expressão. Ora, como as contradições sociais permanecem, é evidente que não podem deixar de existir correntes políticas antagónicas. A oposição à política oficial é pois inevitável, mas é obrigada a actuar por meios camuflados. Só poderá contar com a possibilidade de,

pacientemente, conseguir vir a ocupar zonas de poder no seio do próprio Partido Comunista, dissimulando-se sob uma capa de lealdade política e ideológica. O regime estrito e o rigor doutrinário que os Partidos Comunistas instauram nas sociedades em que detêm o poder, obrigam os seus adversários a tornarem-se muito mais insidiosos.

A vida política num país socialista resulta portanto de uma série de factores específicos e apresenta-se como uma soma de conflitos que, pelas razões indicadas, se concentram em lutas de intensidade variável pelo poder, no seio do próprio Partido Comunista. Vistas do exterior, estas oposições podem surgir como um conflito entre revolucionários proletários animados por uma igual fé no marxismo, mas são na realidade a expressão de uma nova forma de luta de classes. Sob o aparente monolitismo do Partido Comunista, e a adesão comum à ideologia marxista, prosseguem violentamente lutas ocultas e ininterruptas.

A oposição de Liu Chao-chi a Mao Tsé-Tung deve ser vista neste contexto. Não poderá ser encarada como uma querela entre pessoas nem considerada como um conflito doutrinário puro. Foi, efectivamente, a expressão política de um conjunto de contradições de classe em que se imbricavam simultaneamente factores sociais e ideológicos, os quais se alimentavam de um substracto de privilégios materiais, de tendências burocráticas e de dificuldades de adaptação ao ritmo acelerado da política maoísta.

Isto permite compreender que o método de luta adoptado por Mao Tsé-Tung durante a Revolução Cultural tenha sido muito mais complexo do que aquele que teria simplesmente consistido em privar os seus adversários das funções e da influência de que gozavam, por métodos administrativos e policiais. Mao Tsé-Tung combateu os seus adversários procurando minar a base ideológica e social da política destes. É o que vamos agora analisar.

A Revolução Cultural Chinesa propôs-se como fim último e fundamental refundir o espírito humano. É a isso que corresponde a palavra de ordem Duxi: Combater o individualismo. Trata-se de fazer triunfar uma concepção colectivista do mundo sobre a visão egocêntrica que, tradicionalmente, o homem tem de si próprio na sociedade.

Transformar os espíritos neste sentido, é matar na fonte a força da tradição que, enraizada em hábitos e costumes seculares, leva os homens a procurarem acima de tudo a sua satisfação própria, é desencorajar a ambição e o carreirismo, que pesam enormemente e contribuem para a consolidação das desigualdades.

A partir do momento em que o regime socialista se esforça por acabar com as desigualdades, deve fazer com que as desigualdades ainda existentes sejam cada vez menores. Põe-se então um problema delicado. Os homens já não têm, para os incitar ao trabalho, a perspectiva de poderem aumentar os seus ganhos. A ausência de privilégios para as minorias suprime o aguilhão que eles podem constituir para a maioria. Assim, Mao Tsé-Tung preconiza a substituição destes estímulos materiais por estímulos morais. É preciso fazer com que as massas e os quadros do Partido trabalhem para o socialismo por convicção revolucionária. Isto implica uma reviravolta total nas ideias e o desaparecimento do egoísmo. É um desafio lançado ao dinheiro e ao fetichismo material e não ao próprio homem como afirmam, estupidamente, alguns comentadores ocidentais. Revela pelo contrário uma grande confiança no homem que me parece baseada na convicção de que a humanidade pode mudar e libertar-se das suas cadeias ideológicas.

Transformar as mentalidades consiste em implantar as ideias revolucionárias na vida social. Não se pense que esta operação corresponde a um estudo

livresco da doutrina de Mao Tsé-Tung como a difusão de milhões de exemplares dos seus escritos, durante a Revolução Cultural, poderia levar a pensar. Foi sobretudo pela prática de uma luta muito complexa e por vezes duríssima que se fez a politização das massas chinesas. O estudo das obras de Mao Tsé-Tung era concebido como devendo conduzir e esclarecer os problemas concretos que se colocavam ao longo desta luta. Era depois necessário aplicar rapidamente os conhecimentos que elas traziam. Portanto, não se tratava de uma operação de «doutrinação» baseada na repetição constante de certo número de temas (embora este aspecto também tenha existido); tratava-se também e sobretudo de aprender a Revolução fazendo-a.

De facto, a população tinha de ser mobilizada para criticar tudo o que, na sociedade, sofria a influência da tradição. Era o caso da pedagogia, da literatura, da arte, aspectos da Revolução Cultural que já evoquei. Era igualmente necessário que o povo pudesse criticar o funcionamento das engrenagens do Estado, visto que o fosso entre dirigentes e dirigidos era um problema-chave. Isto conduziu a um movimento de crítica dos quadros destinado a estreitar as relações destes com as massas. Uma alteração das estruturas do poder — primeiro baseada nos princípios da Comuna de Paris, fórmula abandonada mais tarde e substituída por outra mais elaborada, a do Comité Revolucionário da Tripla União, de que adiante falarei — foi assim empreendida de forma a dar aos Chineses um controlo real dos problemas do Estado e a reforçar o carácter democrático e revolucionário do regime. Tudo isto visava institucionalizar o direito de crítica dos dirigidos para com os dirigentes e integrar representantes dos primeiros, directamente designados por estes, nas novas formas do poder.

Este processo é em si mesmo uma revolução, porque encontra inevitavelmente uma resistência que deve ser vencida através de um esforço vigoroso. Esta resis-

tência provém de todos os que, apolando-se na persistência das desigualdades, já conseguiram arranjar uma situação privilegiada; e é tanto mais forte quanto, entre esses, se encontram detentores de responsabilidades importantes no Partido e na administração. Contrariamente ao que muitas vezes se tem afirmado, essas pessoas eram na China uma pequena minoria, mas as posições que ocupavam permitiam-lhes manobrar eficazmente. Podiam além do mais servir-se do relativo entorpecimento do aparelho do Partido e utilizar as diversas tendências burocráticas e conservadoras.

A presença de opositores no seio da própria direcção do Partido e nos diferentes ramos da organização comunista complicavam consideravelmente os intentos de Mao Tsé-Tung. Tanto mais que esta oposição, já o sublinhei, permanecia difícil de definir e de combater, pois não se declarava abertamente, etiquetava-se de marxista e até de maoísta, e fingia fazer suas as palavras de ordem oficiais. Uma depuração de tipo clássico, «no topo», só conseguiria retirar-lhe os elementos visíveis. Era muito mais difícil localizá-la aos níveis regionais e nos escalões médios da hierarquia. As suas ramificações diversas estavam ocultas e eram difíceis de descobrir através de inquéritos administrativos. Mao Tsé-Tung recorreu então a métodos de luta que o levariam a abandonar uma parte dos fundos e a perder as vantagens da sua posição. Tentou quebrar a sua tática, em que era mestra, obrigando-a a descobrir-se. Para isto, Mao agiu segundo os princípios seguintes.

Visto que o afastamento entre dirigentes e dirigidos podia levar o poder a escorregar imperceptivelmente para as mãos dos representantes políticos de uma neoburguesia, Mao resolveu chamar as massas a examinarem o comportamento dos quadros dirigentes a todos os níveis. Só elas poderiam distinguir os que eram ainda dignos da sua confiança dos que se conduziam como novos mandarins, e denunciar os excessos e a corrupção eventual destes últimos.

A atitude dos quadros relativamente a este movimento permitiria ajuizar das suas tendências profundas; ver-se-ia quais eram os que não tinham ainda perdido o contacto com o povo e continuavam a considerar-se como seus servidores, mantendo um estilo de trabalho democrático e um modo de vida simples. A oposição não deixaria de ser denunciada nem de reagir a esta denúncia; assim surgiria claramente.

Com efeito, as primeiras fases da Revolução Cultural foram marcadas por tentativas vigorosas para impedir a população, através de pressões diversas, de exprimir as suas críticas, a fim de a manter na maior passividade possível. Mais tarde, à medida que a população entrou em massa no movimento de crítica, esta tática da oposição transformou-se; os opositores esforçaram-se então por suscitar cisões e, por múltiplos meios, confundir as frentes de luta e quebrar a coesão destas. Isto conduziu-os simultaneamente a correr riscos e a revelar a sua hostilidade à política de Mao Tsé-Tung, que se aproveitou disso para os neutralizar e privar progressivamente do poder que detinham.

* * *

*Ao historiar a génese da Revolução Cultural, abstive-me até aqui de evocar os factores externos que a influenciaram. Convém dizer umas palavras sobre o mais importante destes factores: o conflito sino-soviético.**

* Entraram igualmente em jogo outros dois factores externos de grande importância. Primeiro, o agravamento da luta de classes à escala internacional, que levou a China Popular a assumir novas e maiores responsabilidades para com a Revolução mundial. Depois, a evolução do campo socialista, marcada pelo enfraquecimento do papel de guia, até então desempenhado pela U.R.S.S. Proponho-me voltar, numa pró-

Considera-se habitualmente que a origem deste conflito remonta a 1956, ano em que, num relatório «secreto» mas mundialmente conhecido, Khruchchev fez em termos violentos o processo da era estalinista e abriu uma nova era à política soviética. O Partido Comunista Chinês nunca aceitou o repúdio de Estaline, e manifestou a sua hostilidade às teses khruchchevianas. É sabido que a discórdia sino-soviética se agravou, passando dos problemas da construção do socialismo aos da política exterior dos países comunistas, para em 1962 surgir completamente a claro e acarretar a partir desta data uma desagregação acelerada afectando, não só as relações entre Partidos, mas igualmente as relações entre os Estados.

Embora Mao Tsé-Tung nunca tenha recorrido aos métodos de Estaline e no tempo deste a China tenha sofrido consequências dos seus erros, Mao viu na «destalinização» empreendida na U. R. S. S. por Khruchchev um fenómeno pernicioso.

Uma parte da opinião pública ocidental, mal informada, tem normalmente tendência a considerar com certa simpatia o Khruchchevismo, que considera como uma tentativa de «liberalização» do regime soviético. Ora, na China, esta política inspira sentimentos e juízos totalmente diferentes. É absolutamente necessário dar alguns esclarecimentos sobre este facto a fim de aclarar as causas da Revolução Cultural.

A política de Khruchchev é tida pelos comunistas chineses como um abandono da linha revolucionária; para eles essa política caracteriza-se pela rejeição explícita da noção de ditadura do proletariado e de outras teses importantes do marxismo. Aos olhos dos chineses, ela conduziu ao desmantelamento da economia

xima obra, no primeiro aspecto do problema, cujo exame implicaria, neste volume, desenvolvimentos demasiado longos. O segundo aspecto é parcialmente abrangido pelo conflito sino-soviético aqui evocado.

colectivista, assim como à traição do internacionalismo proletário pela proclamação da coexistência pacífica e pelo acordo com os Estados Unidos, a que a imprensa pequinense chama uma «nova Santa Aliança» que visa manter o statu quo mundial e impedir novas revoluções. Mas, aos olhos dos comunistas chineses, o Khruchchevismo é também, e talvez sobretudo, a rotura do estreito e delicado laço que deve unir um Partido Comunista às massas populares e o aumento desenfreado do poder de uma casta de privilegiados entre os funcionários e os dignatários do regime soviético; a política exterior moderada e conciliadora dos dirigentes soviéticos não é para eles mais que o prolongamento da tendência para o aburguesamento e para a corrupção que se instala na política interna soviética.

A evolução desastrosa seguida nos últimos anos pela U. R. S. S. foi para Mao Tsé-Tung um sinal de alarme. Também a China poderia entrar nesta senda e a Revolução mundial ficaria gravemente comprometida.

Os inquietantes sintomas de aburguesamento num sector dos quadros do Partido Chinês não anunciariam já a possibilidade de um fenómeno análogo ao revisionismo soviético? É verdade que o desnível entre os salários mais baixos e os mais altos nunca foi muito grande no regime de Mao, mas isto é apenas um aspecto do problema. A situação tinha-se modificado sensivelmente em relação à que existira durante a guerra antijaponesa e a guerra de libertação nacional. Nessa época, os quadros não recebiam muitas vezes salários e eram retribuídos em mercadorias de primeira necessidade; o seu modo de vida era extremamente simples e em nada se diferenciava do das massas populares. Só tinham o privilégio de se deslocarem constantemente para ir combater onde fosse necessário, nas condições mais duras que se pode imaginar.

Durante os dois ou três primeiros anos que se seguiram à libertação da China, a situação dos quadros permaneceu sensivelmente idêntica à da fase pré-revo-

lucionária; a seguir, progressivamente, parte desses quadros viu as suas vantagens materiais crescerem. É verdade no entanto que nunca houve na China a escandalosa atribuição de privilégios aos altos funcionários que se desenvolveu na U. R. S. S. Nunca houve na China «lojas de cortinas brancas».¹ Salvo em caso de necessidade, os quadros só se deslocavam de bicicleta ou de autocarro e comiam nas cantinas como todos os trabalhadores. Foi sempre frequente vê-los, nos locais de trabalho, jogando ping-pong ou basquet com os operários durante as duas pausas de um quarto de hora que às 10 e às 16 horas cortam o dia de trabalho. Mas isto são apenas aparências. A partir de 1951 tinha sido estabelecido um sistema de salários para os funcionários. Completado e modificado em 1955 e 1956, criava demasiadas categorias de vencimentos. A antiguidade e ao mérito correspondiam diferenças de remuneração e por vezes de habitação. Foram criadas, apesar da oposição de Mao Tsé-Tung, escolas especiais para os filhos de certos funcionários de grande importância. Tudo isto poderia parecer relativamente pouco significativo; as facilidades materiais de que gozavam os mais beneficiados não distanciava muito o seu nível de vida do dos trabalhadores. Mas existia uma tendência para que estas diferenças aumentassem. Enquanto Mao Tsé-Tung afirmava que os quadros deviam ser servidores do povo e não gozar de qualquer privilégio, Liu Chao-chí indicava num dos seus livros que o Partido devia assegurar-lhes «todas as facilidades», permitindo-lhes assim trabalhar e exercer «convenientemente» a sua actividade.

¹ Na Europa oriental chamam-se «lojas de cortinas brancas» às lojas exclusivamente reservadas aos altos funcionários e respectivas famílias, onde é possível adquirir mercadorias de qualidade superior, muitas vezes de proveniência estrangeira e impossíveis de encontrar no comércio ordinário.

Em algumas editoras, os quadros recebiam remunerações especiais pelas traduções de obras estrangeiras, efectuadas por eles em complemento do seu trabalho. Alguns escritores e jornalistas aumentavam o seu salário com as somas recebidas em retribuição de artigos que escreviam para os jornais. Nos meios cinematográficos, muitos artistas e argumentistas reclamavam e obtinham salários relativamente elevados, assim como residências particulares muito confortáveis, necessárias, segundo eles, ao trabalho de criação a que se dedicavam. O pedido, formulado por alguns, de apartamentos insonorizados chegou a ser satisfeito!

Nada disto se comparava com o luxo arvorado pela «burguesia» soviética, mas estava aberto o caminho, que muitos esperavam percorrer a passos largos, com todas as consequências que daí adviriam.

A estes fenómenos limitados mas sensíveis de diferenciação social, acresciam os elementos psicológicos que acompanham o exercício das responsabilidades. O prestígio também era muitas vezes determinado pela posição ocupada. Com o acesso às responsabilidades, muitos tornavam-se autoritários, presunçosos, sem consideração pelos subordinados mas obsequiosos para com os superiores. Progressivamente, iam-se criando as condições para que o poder e aqueles que o exerciam se afastassem cada vez mais do povo. A pouco e pouco a estrada para o Khruchtchevismo ia sendo aberta.

Depois da ruptura sino-russa em 1960 e da retirada dos peritos soviéticos da China Popular ordenada por Khruchtchev, o regime maoísta já não podia esperar qualquer auxílio exterior e era obrigado a lutar em duas frentes. Para progredir, a China Popular tinha de contar com as suas próprias forças. Para isso, Mao Tsé-Tung contava com a mobilização da prodigiosa capacidade de trabalho da enorme massa de 700 milhões de chineses. Isto implicava uma efervescência e um entusiasmo militantes, num país mantido em estado de Revolução ininterrupta. Ora a presença no seio do Partido Comunista de elementos neoburgueses, mais

interessados nas suas vantagens e nos seus privilégios do que na Revolução, elementos moderados e conciliadores, era um obstáculo à política maoísta. Esta seria sistematicamente entravada por responsáveis partidários de métodos mais tradicionais, fartos de exaltação e das grandes campanhas revolucionárias. Já o episódio do Grande Salto em Frente de 1958 tinha sofrido certos travões burocráticos e, a partir daí, Mao Tsé-Tung não tinha deixado de sentir a oposição à sua política crescer e endurecer-se.

O restabelecimento das Milícias Populares em 1958 e a nova política militar tinham estado na base de um conflito com o ministro da Defesa, Peng Teh-huai, que preconizava a criação na China de um exército de tipo mais ou menos clássico que desse prioridade à técnica e aos armamentos e rompesse com as sobrevivências do tempo das guerrilhas. Mas isso implicaria um grande auxílio da União Soviética ou seja um acordo com Khruchtchev, o que era contrário às ideias de Mao Tsé-Tung. O caso Peng Teh-huai teve pois o seu epílogo em 1959, em Luchan, onde durante uma reunião do Comité Central este ministro foi destituído e substituído por Lin Piao (este acontecimento tem, como se verá, ligação com o desencadear da Revolução Cultural).

Contudo, a oposição não foi aniquilada. As vicissitudes do Grande Salto em Frente, os anos difíceis que se seguiram, agravados pelas calamidades naturais e pela retirada dos especialistas soviéticos, forneceram a alguns dirigentes do Partido uma ocasião para pôr em causa a política seguida até então por Mao Tsé-Tung. Acusaram-no de subjectivismo, de precipitação. Falava-se em demagogia, em prurido revolucionário. As comunas populares foram comparadas por alguns aos salanstérios fourrieristas. Falou-se de retorno ao socialismo utópico. Três vezes se distinguiram neste concerto: a do Presidente da República, Liu Chao-chi, a do Secretário Geral do Comité Central, Teng Hsiao-

-ping e a do Presidente da Câmara de Pequim, Peng Cheng.

Julgando chegado o momento favorável, Peng Teh-huai pedia em 1962 a sua reabilitação. Foram publicadas obras literárias que faziam veladamente a sátira do Partido. Por outro lado, era reeditado o livro de Liu Chao-chi intitulado Para ser um bom comunista, no qual o autor não poupava os ataques aos «esquerdistas», que não designava, e reclamava a «paz» no seio do Partido. Tudo isto eram insinuações que pretendiam atingir Mao Tsé-Tung e cujo objectivo, segundo se pensa hoje na China Popular, era o de preparar a opinião para uma operação política semelhante à que Khruchchev lançara contra Estaline. O responsável pela pedagogia, Lu Ting-yi, por seu lado, criticava vivamente algumas das medidas tomadas por iniciativa de Mao durante o Grande Salto, sobretudo a criação de escolas de semi-trabalho semi-estudo. Lu Ting-yi, que anteriormente tinha recomendado com frequência a imitação da pedagogia soviética, esforçou-se, a partir de 1960, por reduzir o lugar ocupado pelo trabalho manual e pela política nos programas escolares. E de sua iniciativa a reintrodução do estudo dos clássicos e da caligrafia no ensino primário.

Teria Mao Tsé-Tung perdido o poder nessa altura, como se diz no estrangeiro, o que a meu ver é um raciocínio bastante imaginativo? É muito pouco provável, porque, durante todo este período, a linha política do Partido Comunista Chinês, tanto interior como exterior, não sofreu alteração. Hoje, sabe-se que na 10.ª Sessão plenária do Comité Central, realizada em Setembro de 1962, Mao conseguiu fazer condenar como desvio de direita a tendência dos seus censores. Todavia, por razões ainda pouco esclarecidas, estes não foram eliminados e Mao continuou a governar com uma oposição que demonstrara já a sua força e a sua tenacidade.

Mao Tsé-Tung foi levado a pensar que este endurecimento da oposição, este multiplicar das manifestações de dissidência tinham alguma relação com a ofensiva

lançada publicamente por Khruchtchev contra o seu regime no final do ano de 1961. Provavelmente terá visto a seu lado, na direcção do Partido, a sombra do revisionismo Khruchtcheviano tão execrado. O seu prestígio e o seu tacto tinham-lhe permitido até então debater esta corrente; mas haveria mais tarde possibilidades de impedir que um novo Khruchtchev fizesse na China o que o precedente fizera na U. R. S. S.?

A reacção de Mao Tsé-Tung não se fez esperar. A partir de 1963, iria lançar o Movimento de Educação Socialista, tentativa que prefigurava a Revolução Cultural e é parcialmente baseada em princípios semelhantes. Este movimento visava combater a influência da tradição e do individualismo e enfraquecer a possibilidade de tal influência conduzir à corrupção do regime revolucionário conhecido por revisionismo.

De facto, havia já indícios alarmantes: durante os difíceis anos anteriores, entre 1959 e 1962, tinham surgido alguns desvios. Tinham sido assinaladas tentativas de desvio de fundos na administração, assim como um novo impulso da exploração de tipo privado nos campos, exploração essa encorajada por um sector dos dirigentes do Partido.

Em 1964 foram organizadas numerosas exposições nas zonas rurais, algumas para combater casos de injustiça ou de fraude, outras para contar a vida na antiga sociedade, de maneira a educar a juventude e a fazer lembrar a existência de um perigo de regresso ao mesmo estado de coisas, caso as práticas assinaladas não fossem totalmente banidas. Simultaneamente, os quadros e os intelectuais eram enviados para os campos segundo um plano pré-estabelecido. O objectivo desta mobilização era triplo: envio de relatórios sobre as condições de vida rural, sua formação em contacto com as realidades concretas e prática de trabalho manual que, como elemento de educação, contribuía para a sua proletarianização, no sentido político e moral do termo.

Nas cidades, a imprensa do Partido iniciara a publicação de grande número de artigos de carácter

teórico. Muitas vezes foi sublinhado o facto de qualquer tentativa de revolução ou de contra-revolução partir do meio literário e artístico. Foi desenvolvida uma ampla argumentação a este respeito para mostrar o carácter de classe da cultura e a primazia dos critérios políticos sobre os critérios artísticos. A transformação do género particular a que se chama «A Ópera de Pequim» data desta época. Esta forma de arte tornou-se o veículo de temas revolucionários modernos. Em Junho de 1964 desenrolou-se na capital chinesa um festival de Óperas de Pequim renovadas. Anteriormente tinham sido criadas peças como a «Incursão contra o regimento do Tigre Branco», que ilustrava um episódio da guerra da Coreia, e um ballet intitulado O destacamento feminino vermelho, que narra um episódio da guerra civil na ilha de Hainan.

Em 1964, representaram-se cenas da antiga sociedade com estátuas de argila em tamanho natural. As amargas recordações do passado reviviam assim perante as novas gerações. Uma das exposições intitulava-se o Pátio da Quinta: viam-se camponeses obrigados a dar uma parte da colheita ao proprietário de terras que os fazia passar por toda a espécie de serviços e humilhações. Estas obras foram amplamente divulgadas. Reproduzidas em gravuras, filmadas, transportadas em exposições itinerantes, constituíram um importante elemento de educação ideológica, um exemplo de arte ao serviço do povo.

Parece que o Movimento de Educação Socialista foi o elemento de um plano de transformação que visava antes de mais consolidar as bases do socialismo nos campos.* Era para isto que tendia o movimento dos «quatro sancamentos», nos domínios político, ideoló-

* A Revolução cultural, que se lhe seguiu, propôs-se explicitamente a finalidade de resolver os problemas das cidades. Cf. Anexo 3. Declaração em 16 pontos, ponto n.º 13, primeiro parágrafo.

gico, cultural e económico, que se desenrolou sobretudo nas zonas rurais. O seu objectivo era contrariar o relativo incremento dos estimulantes materiais, dos privilégios, dos abusos, do mercado negro, do favoritismo, na medida em que tudo isto aumentava inevitavelmente a tendência para o reaparecimento de camponeses ricos ou relativamente ricos. Apontavam-se casos de arbitrariedade e de imoralidade entre alguns dirigentes; e tinham sido efectivamente cometidos excessos burocráticos. A hierarquização da autoridade traduzia o facto de o poder começar a escapar ao povo. Em certas comunas populares, alguns quadros tinham adquirido o hábito de fixar para si próprios a média dos pontos-de-trabalho dos camponeses mais cotados.

Fizeram-se reviver as organizações de massas, tais como as associações de camponeses pobres e as organizações de mulheres. Chu En-lai, no seu relatório do 1.º de Janeiro de 1964, disse perante a Assembleia Nacional Popular que o ponto essencial para levar a bom termo o Movimento de Educação Socialista era a mobilização das massas. Era o povo que deveria examinar o comportamento dos quadros e denunciar os eventuais abusos.

Constituíam-se equipas de quadros do exército e do Partido para verificar e rectificar a gestão económica nas comunas rurais. Reuniam aí as pessoas para que expusessem os problemas mais importantes e resolvessem os litígios em suspenso. Quando necessário, destituíam os quadros corrompidos ou aqueles cujo entusiasmo revolucionário se mostrava insuficiente. Estimulou-se um vasto movimento de estudo das obras de Mao Tsé-Tung em ligação com a prática desta luta de classes, de forma a assegurar uma educação viva e completa.

Encorajou-se também a moralidade, que os anos difíceis tinham corrompido em alguns sectores, assim como a crítica de determinados aspectos do condicionamento cultural da sociedade, aspectos esses de origem feudal. O Diário do Povo citou um jogo de cartas muito

típico deste problema, que teve bastante sucesso junto dos jovens camponeses. O jogo chamava-se «o Senhor». O primeiro que saía do jogo era o Senhor, o segundo era o camponês rico, e o último o camponês pobre que tinha de pagar uma multa aos outros.

Durante o movimento de Educação Socialista, continuou-se a luta contra as superstições. Em 1964, foi proibida a venda de objectos destinados a práticas mágicas.

E foi também em 1964 que o Movimento começou a estender-se às cidades. Publicaram-se muitos artigos de crítica em matéria literária e artística. Poetas como Tu Fu e Tchou Huo-cheng foram postos em causa, ao mesmo tempo que se publicavam numerosos escritos tratando problemas do cinema e da literatura do início do século XX. Nas universidades e nas escolas multiplicou-se o tempo consagrado às discussões ideológicas e à luta contra o revisionismo.

Foram enviadas para as fábricas equipas de verificação de controlo. Numerosos cidadãos abandonaram os grandes aglomerados para ir trabalhar no campo e participar no movimento dos «quatro saneamentos», durante períodos que chegavam a durar um ano. Aproximadamente 2/3 dos efectivos de algumas unidades eram enviados para os campos. No total, participaram nestas actividades perto de 5 milhões de pessoas.

Não admira que esta vasta campanha ideológica e política não se tenha desenrolado sem oposição por parte dos adversários de Mao Tsé-Tung. As lutas desta época são mal conhecidas. Nas linhas que se seguem, vou referir-me a textos publicados durante a Revolução Cultural por grupos revolucionários. Estes textos sofriam de um certo esquematismo. Além disso, não são oficiais e só respondem por eles os que os escreveram. Apesar destas reservas, os textos a que me refiro contêm um elemento de informação interessante; sobretudo, mostram que os conflitos surgidos durante o Movimento de Educação Socialista foram a pré-figu-

ração dos que viriam a surgir durante a *Revolução Cultural*.

Em Maio de 1963, Mao Tsé-Tung redigira um documento em 10 pontos destinado a conduzir o desenrolar do Movimento de Educação Socialista. Nele sublinhava, por um lado, que o Movimento em questão era uma luta de classes e, por outro, que o Movimento visava um pequeno número de responsáveis que se encaminhavam, não para o socialismo, mas para um regresso ao capitalismo. Segundo Mao, era necessário mobilizar largamente as massas para que estas, guiadas pelos elementos revolucionários do Partido, desmascarassem os responsáveis em questão. Assim, segundo esta sua concepção, que veremos desenvolvida durante a *Revolução Cultural*, as massas educar-se-iam debruçando-se sobre problemas concretos e mergulhando na prática da luta de classes, ao mesmo tempo que purificariam as organizações do Partido e reforçariam as características revolucionárias do regime. Para atingir este último objectivo, o recurso à mobilização das massas populares, de preferência à adopção de medidas administrativas tomadas pela direcção do Partido, é característico do pensamento de Mao Tsé-Tung e presidiu ao desencadear e desenrolar da *Revolução Cultural*.

De acordo com os textos a que aludi, os responsáveis visados não tardaram a reagir. O seu principal representante político, Liu Chao-chi, tomou a direcção do movimento na região de Taoyuan. Segundo um método corrente na China, o seu objectivo era proceder a uma experiência nessa região, que pretendia estender seguidamente a outras regiões. A sua tática não era opor-se frontalmente ao Movimento de Educação Socialista, mas tentar influenciar a direcção deste movimento por toda a parte, desviando-o simultaneamente dos seus objectivos. Veremos reproduzirem-se factos análogos ao longo da *Revolução Cultural*.

Dos artigos a que me refiro, conclui-se que o grupo de trabalho que operava em Taoyuan, dirigido pela mulher do próprio Liu Chao-chi, Wang Kuang-mei,

seguiu uma orientação não conforme à traçada nos «10 pontos» de Mao Tsé-Tung, revelando de facto objectivos opostos. O grupo de trabalho em questão evitou cuidadosamente pôr em movimento os camponeses da comuna para que estes participassem nos debates e nos inquéritos. Estes debates e inquéritos foram feitos «à porta fechada», de forma quase clandestina; a própria Wang Kuang-mei encontrava-se incógnita em Taoyuan. Um importante grupo de quadros do Partido dos escalões médio e inferior foi visado pela luta. Muitos foram atacados e depois destituídos. Os verdadeiros objectivos eram pois escamoteados. Assim que a experiência de Taoyuan passou a ser conhecida, esta linha estendeu-se a outras regiões. Mao Tsé-Tung foi então forçado a intervir. Redigiu um segundo documento em 23 artigos em que mais uma vez sublinhava o carácter de classe da luta empreendida, apelava para que os camponeses se mobilizassem e especificava que só uma minoria de quadros empenhados na via capitalista devia ser tomada por alvo. O método de Liu Chao-chi era descrito nesse documento e condenado como «de esquerda na aparência e de direita na realidade».

Os artigos dos Guardas Vermelhos e dos grupos revolucionários mostram claramente uma oposição entre duas linhas incarnadas pelos dois mais altos dirigentes do Partido, apresentando os métodos destes como radicalmente opostos. Podemos aceitar como muito provável o facto de Liu Chao-chi ter usado a sua influência para contrariar directa ou indirectamente a política de Mao Tsé-Tung. Também é certamente verdade que no fim do ano de 1965, nas vésperas do desencadear da Revolução Cultural, este conflito, latente havia anos entre os dois dirigentes chineses, tenha atingido o estádio de uma guerra fria.

No espírito de Mao Tsé-Tung, o futuro do regime não estava assegurado, a vigilância relativamente aos inimigos exteriores não era suficiente, e tudo dependia da tendência que a direcção do Partido futuramente seguisse.

A luta entre Mao Tsé-Tung e a sua oposição cristalizava e manifestava-se por repetidas ofensivas e contra-ofensivas. Tornava-se inevitável uma confrontação decisiva. Levantava-se o pano sobre a Grande Revolução Cultural Proletária.

Depois da reunião do 9.º Congresso, em Abril de 1969, Tchen Po-ta foi destituído. Certos aspectos da política seguida pelo ex-ministro da defesa Lin Piao, hoje morto, foram postos em questão. E, de há dois anos para cá, desenrola-se uma viva campanha política e ideológica contra o ultra-esquerdismo. Estes acontecimentos, contudo, não desmentiram a análise que atrás fizemos dos objectivos e origens da Revolução Cultural. A transformação revolucionária da pedagogia e da arte não foi nem abandonada, nem abrandada. É de notar, todavia, que a par da campanha antiesquerdista se verifica uma diminuição da tensão ideológica, sensível no domínio literário, onde um certo pluralismo é de novo admitido.

O esforço para evitar a constituição de uma camada privilegiada entre os quadros do Partido também continua. Mas é muito difícil saber se as autoridades chinesas têm uma política precisa nesse domínio e quais as suas principais directrizes para além da participação sistemática no trabalho manual. Esta medida, de importância capital, é assegurada pelos estágios prolongados que os quadros efectuam nas Escolas do 7 de Maio. Estes estágios têm a duração de dois anos e combinam uma participação intensiva na produção e cursos não menos intensivos de marxismo-leninismo.

A questão da diminuição dos salários dos quadros e da supressão de alguns privilégios materiais, aliás modestos, de que usufruem, nunca foi posta claramente no decurso da Revolução Cultural. O argumento invocado foi o de que tais medidas podiam conduzir a um desvio «economista».

O outro problema é o da relação entre quadros e massas e o autoritarismo de que alguns deram provas. A Revolução Cultural revelou que muitos trabalhadores

e estudantes sentiam um extremo ressentimento para com numerosos quadros. A hostilidade para com os detentores de responsabilidade alimentou o desvio ultra-esquerdista. A tendência para eliminar um grande número de quadros e as fortes reticências postas por numerosos trabalhadores à reabilitação dos que apenas haviam cometido faltas ligeiras, criaram um problema. No Verão de 1967, Mao Tsé-Tung reconheceu a sua considerável gravidade.

Também durante a Revolução Cultural muitos quadros se viram fortemente «abalados». Foi-se de tal modo longe nesta via, que as autoridades chegaram a falar de «anarquismo». É precisamente aqui que remonta a condenação do ultra-esquerdismo.

Actualmente, na China, é dada primordial importância à disciplina e procura restituir-se aos quadros uma autoridade que, em 1967, não estavam longe de ter perdido. Os Comitês revolucionários dissiparam-se e não se sabe muito bem de que forma se opera o controlo dos quadros pela «base». Mas a imprensa não deixa de recordar aos quadros que devem ter um estilo de vida simples e manter-se ligados às massas. Diversos artigos recomendam, de forma pitoresca, o abandono dos «quatro ares»: ar burocrático, ar apático, ar orgulhoso e ar snob. As lições da Revolução Cultural não se perderam, mas ainda é cedo para apreciar plenamente a evolução.

É de assinalar que, na segunda quinzena de Outubro de 1972, foi desencadeado um movimento com o objectivo de que os quadros enviassem os seus filhos a partilhar da vida dos trabalhadores. Transparece assim a preocupação de evitar a instauração de privilégios hereditários neste sector da população, que o episódio do Liandong, em Novembro de 1966, revelara como uma perigosa potencialidade.

Paris, Novembro de 1972.

«A Revolução é um drama passionai»

Mao Tsé-Tung

CAPITULO I

DE NOVEMBRO DE 1965 A JANEIRO DE 1967
O CONFLITO CRISTALIZA

1. DE 10 DE NOVEMBRO DE 1965
A 11.ª SESSÃO PLENÁRIA DO
COMITÊ CENTRAL EM AGOSTO DE 1966

I AS PRIMEIRAS BATALHAS

Crítica de Wu Han e resistência de Peng Cheng

As fases iniciais da Revolução Cultural não foram muito espectaculares. Até Maio de 1966, consistiram essencialmente numa luta no seio do aparelho do Partido Comunista, luta essa motivada pelas controvérsias suscitadas pela crítica a um escritor chamado Wu Han. Esta luta conduziu à eliminação de um grupo de importantes personalidades do regime, em Abril de 1966. O facto teve um eco considerável na opinião chinesa e fez com que a Revolução cultural entrasse num período activo. A primeira parte deste capítulo relata os acontecimentos dessa época.

Os textos oficiais do Partido Comunista chinês assinalam o dia 10 de Novembro de 1965 como a data do início da Revolução Cultural. Nesse dia, o *Wen Hui Bao*, um jornal diário de Xangai, publicou um artigo que criticava abertamente uma peça de teatro intitulada *A destituição de Hai Juei*. Esta peça, datada de 1962, tinha por autor e historiador Wu Han, que até 1964 fora vice-presidente do Comité municipal

de Pequim. Era a história de um funcionário da antiga China, vítima de um imperador tirânico que o destituiu injustamente. A obra denunciava os males do autocratismo e exaltava a resistência de Hai Juei e a sua firmeza perante os reveses de que era vítima. Mas, sob a forma de uma peça histórica, Wu Han fazia na realidade uma alusão bastante evidente à destituição de Peng Teh-huai, ocorrida em 1959. É também interessante notar que foi precisamente em 1961, quando Peng Teh-huai pedia a sua reabilitação, com o apoio de alguns dirigentes do Partido, que a peça foi produzida.

Foi a pedido do próprio Mao Tsé-Tung que as organizações de Xangai se lançaram na crítica de Wu Han. E foi ao jovem jornalista de Xangai, membro da secção de propaganda do Comité municipal, Yao Wen-yuan, que coube a tarefa de redigir o artigo publicado a 10 de Novembro sob o título *A propósito da peça histórica «A destituição de Hai Juei»*. Yao Wen-yuan viria mais tarde a ser membro do Grupo Encarregado da Revolução Cultural (G.E.R.C.),¹ e também um dos chefes do Comité Revolucionário de Xangai, criado em Janeiro de 1967. Tem hoje um papel importante na direcção do Partido Comunista Chinês, embora seja um dos quadros mais jovens. O facto de lhe ter cabido a tarefa de iniciar a crítica a Wu Han, transformou-o de um dia para o outro num personagem histórico.

A iniciativa de criticar Wu Han constituía o primeiro passo de um plano de trabalho minuciosamente

¹ Ver quadro N.º 1, volume II. Segundo especialistas em questões chinesas, Yao Wen-yuan seria genro de Mao Tsé-Tung. Isto nada tem de impossível, mas a verdade é que nunca o ouvi dizer na China.

delineado por Mao Tsé-Tung. Fundamentalmente, o presidente do Partido procurava transformar, num sentido revolucionário, as superestruturas da sociedade chinesa. Sabia que quando tentasse pôr em prática esse objectivo teria de contar com uma viva oposição no Partido, e estava preparado para tal. Foi portanto com cuidado que escolheu o terreno em que viria a desenrolar-se a primeira ofensiva: o domínio literário e artístico. No 2.º trimestre de 1965, iniciar-se-ia um vasto debate em torno de numerosas obras e diversos autores; em Novembro, a crítica a Wu Han tornou-se o elemento mais importante desse debate. De facto, é sempre nos meios intelectuais, hipersensíveis aos conflitos doutrinais, que as lutas revolucionárias têm início. Neste meio, as influências ideológicas exercem-se ampla e subtilmente, e é nele que se encontram os elementos mais imediatamente receptíveis aos apelos da Revolução. Os animados debates e críticas sobre problemas literários e ideológicos depressa se propagaram.

Visto que a peça de Wu Han fazia o elogio de Peng Teh-huai, a sua crítica não podia deixar de focar os problemas políticos existentes no seio do Partido Comunista Chinês desde 1958. Este último ponto foi perfeitamente entendido pelos adversários de Mao Tsé-Tung, que ficaram profundamente alarmados com a questão. A perspectiva de reexaminar alguns dos problemas debatidos em Luchan, em 1959, e na 10.ª Sessão Plenária de 1962, não deve ter-lhes agradado muito. Em 1962, sobretudo, as tendências por eles manifestadas haviam sido condenadas como direitistas, embora tivessem conservado os lugares que até aí ocupavam e não lhes tivesse sido aplicada qualquer sanção. Devem pois ter pensado que, se fosse reaberto este *dossier* explosivo, as coisas não ficariam como estavam.

Portanto, vemo-los esforçarem-se por limitar o debate sobre a transformação da literatura e, precisamente, a crítica de Wu Han, elemento central deste debate, a uma discussão académica. O presidente da

câmara de Pequim, membro do Comité permanente do Gabinete Político, Peng Cheng, encabeçou esta manobra.

Na introdução, quando me referi aos adversários de Mao Tsé-Tung, falei sobretudo de Liu Chao-chi. Mais tarde, os acontecimentos demonstraram amplamente que ele era de facto o principal antagonista do Presidente do Partido. Porém, durante todo o período que vou descrever, isto é, de Novembro de 1965 a princípios de Junho de 1966, Liu Chao-chi não se destaca. Ao que parece, reagiu com muita prudência aos acontecimentos da altura. E pois Peng Cheng quem surge como principal opositor. E é possível que isto provenha do facto de as iniciativas políticas de Mao Tsé-Tung (nomeadamente a escolha de Wu Han, colaborador do Presidente da Câmara de Pequim, como alvo) terem sido calculadas de maneira a suscitar a reacção de Peng Cheng e não de Liu Chao-chi. Por uma questão táctica, Mao não queria certamente enfrentá-los em bloco, mas separadamente.*

Peng Cheng era uma das figuras mais representativas entre aqueles cuja oposição latente à política de Mao Tsé-Tung tinha acabado por endurecer e se tornar insistente. Compreendeu imediatamente que o requisitório de Yao Wen-yuan contra *A destituição de Hai Juei* era apenas o início de um ataque que se alargaria àqueles de quem Wu Han se tornava porta-voz e a que ele (Peng Cheng) servia momentaneamente de cobertura.

Peng Cheng era, em 1966, uma das personalidades mais conhecidas do regime comunista chinês. O seu

* Liu Chao-chi foi muitas vezes acusado de apoiar Peng Cheng. Ambos se opuseram frequentemente a Mao nos anos que precederam a Revolução Cultural. Todavia, parece que nos primeiros meses de 1966 Liu Chao-chi cedeu a iniciativa a Peng Cheng, abandonando-o depois à sua sorte. Os chineses designam esta manobra por uma imagem tirada do jogo de xadrez: «Sacrificar os cavalos para salvar o Rei».

nome era familiar a todos os que seguiam de perto a política da República Popular. Sempre em lugar de destaque na hierarquia dirigente, tomava frequentemente a palavra em público e, em 1964, realizara uma importante viagem à Indonésia. Até 1966, ninguém no estrangeiro pensara que pudesse estar em desacordo com a política de Mao Tsé-Tung. Acreditando nos inúmeros discursos por ele pronunciados em público, muitos jornalistas ocidentais tomavam-no por um partidário ferrenho do maísmo. Na realidade, nada há de mais frágil do que uma apreciação baseada em tais elementos. Na China, quando um responsável importante toma a palavra em público, pronuncia sempre um discurso «dentro da linha», porque de contrário acusá-lo-iam de violar a disciplina do Partido.

É durante as discussões internas, ao nível das instâncias dirigentes, que os diferendos se exprimem. Com que franqueza? É difícil sabê-lo, mas muito provavelmente de uma maneira mais aberta do que nas manifestações públicas. A oposição de pessoas como Peng Cheng traduz-se por manobras de obstrução, reticências, tentativas ocultas para boicotar ou deturpar a aplicação da política oficial; seria pois uma ingenuidade esperar que ela se exprimisse claramente em público.

Peng Cheng teve ainda mais fortes razões para não duvidar de que havia outras pessoas visadas através de Wu Han, nomeadamente ele próprio, pelo facto de o artigo de 10 de Novembro de 1965 ter sido publicado em Xangai e não em Pequim. Era evidentemente para evitar os obstáculos que a publicação de tal artigo encontraria na capital, cuja administração Peng Cheng dirigia, que as primeiras salvas começaram a ser lançadas na província.

O Presidente da Câmara de Pequim tinha pois sérias razões para se manter na defensiva. Esforçou-se por travar o movimento de crítica a Wu Han, sem se lhe opor abertamente, o que seria aliás uma imprudência. Convinha-lhe manter sob a sua alçada tudo o que

pudesse fazer com que esta crítica passasse para o plano político, e não dar aos ataques a Wu Han uma publicidade demasiado ampla. Para isto, Peng Cheng podia beneficiar do apoio de Lu Ting-yi, outro membro do Gabinete Político encarregado de dirigir o serviço de propaganda do Comité Central. Antigo responsável pela pedagogia, Lu Ting-yi constituiu-se advogado dos métodos soviéticos nesse domínio, a que frequentemente se opusera Mao Tsé-Tung, nomeadamente depois do Grande Salto em Frente. Tinha portanto, também ele, boas razões para desejar que o passado não fosse revisto de muito perto.

As manobras de obstrução de Peng Cheng e de Lu Ting-yi foram diversas e nem temos possibilidades de as enumerar todas. A mais importante foi a de travar indirectamente a difusão do artigo de Yao Wen-yuan. Na vida política chinesa, é habitual que um artigo importante seja reimpresso noutros jornais, tanto centrais como locais, de modo a dar-lhe o máximo de publicidade. Ora, o de Yao Wen-yuan só foi reproduzido nos jornais e revistas da China oriental. Lu Ting-yi conseguiu que os jornais das outras regiões não o editassem.

Só três semanas mais tarde e, segundo se disse depois, devido à insistência de Chu En-lai, é que Peng Cheng aceitou que o artigo fosse publicado no *Diário de Pequim*. No entanto, acrescentou-lhe uma nota bastante ambígua que tentava apresentar o caso Wu Han como um debate menos político do que histórico.

Por volta de meados de Dezembro, Teng Tuo, adjunto de Peng Cheng no Município, publicou no *Diário de Pequim* um artigo intitulado: *De «A destituição de Hai Juei» ao problema da herança dos valores morais*. Tentava demonstrar nesse artigo que o debate em curso, tanto sobre Wu Han como sobre a literatura em geral, não tinha nem podia ter qualquer relação com problemas políticos precisos, e deveria limitar-se ao exame de certo número de questões relativas à investigação histórica. Teng Tuo e Wu Han, esclareça-

-se, dirigiam conjuntamente, havia já alguns anos, a redacção do *Diário de Pequim* e da revista *Frente*. Ambos estavam ligados a Peng Cheng.

Peng Cheng e Lu Ting-yi proibiram a publicação de vários artigos que aludiam a problemas políticos ligados à crítica de Wu Han. Opuseram-se nomeadamente à publicação de um artigo intitulado *O carácter reaccionário de «A Destituição de Hai Juei»*, escrito por um tal Tsi Pen-yu de quem voltaremos a falar.³

Wu Han parece levar a melhor
Peng Cheng difunde o «Relatório de Fevereiro»

A oposição dos dois aliados à extensão da crítica de Wu Han não espanta ninguém. Mas já é muito mais difícil de explicar a facilidade com que esta oposição se desenvolveu ao longo dos meses seguintes, entre o fim de Dezembro de 1965 e o fim de Fevereiro de 1966, de tal maneira que se poderia então pensar que Peng e Lu tinham conseguido impor as suas ideias. Aqui está um dos pontos misteriosos da Revolução Cultural. Com efeito, a 27 de Dezembro Wu Han publicava uma longa autocritica no *Diário de Pequim* e no *Diário do Povo*. A partir de então, tudo parecia passar-se como se essa autocritica tivesse encerrado o debate. Allás, tendo em conta os hábitos políticos na China Comunista, o facto de a imprensa oficial publicar uma autocritica significava que esta é aceite e que a partir de então o seu autor já não pode ser acusado dos erros que anteriormente cometeu.

Nas directivas e nos debates políticos de Janeiro, Peng Cheng afirmava que seria possível chegar a uma conclusão sobre Wu Han dentro de dois meses. Isto significava que o problema levantado não era muito grave e podia ser resolvido a curto prazo. Peng Cheng

³ Ver 3.ª e 4.ª partes, volume II.

tomou a responsabilidade de afastar Wu Han de Pequim. Este partiu para uma comuna rural onde participou no movimento dos «4 saneamentos».* Não eram verdadeiras férias, mas quase. Tudo parecia indicar que Wu Han tinha sido poupado ao problema e autorizado a recompor-se das emoções por que passara. Peng Cheng afirmou em Fevereiro que os inquiridos em curso «tinham provado que não existia qualquer ligação entre Wu Han e Peng Teh-huai».

A discussão da peça de Wu Han fazia parte de um movimento mais vasto, do qual assinalámos as premissas ao longo do ano de 1965, visando criticar um certo número de manifestações artísticas consideradas incorrectas ou perniciosas. Este movimento integrava-se noutro mais lato, de crítica da ideologia burguesa e das sobrevivências do passado. Ouvia-se já falar em Revolução Cultural, embora o termo só passasse a ser utilizado amplamente a partir de Abril de 1966. Nesta altura, porém, já era utilizado no seio dos organismos do Partido, existindo já no início do ano de 1966 um «Grupo dos 5 encarregado de dirigir a Revolução Cultural».

O mais surpreendente no estudo deste período é a constatação de que Peng Cheng não só quase conseguiu reabilitar Wu Han durante Janeiro e Fevereiro, mas também que se encontrava à cabeça do «Grupo dos 5». Porque é que a Revolução Cultural, desencadeada na sequência de preocupações de Mao Tsé-Tung, estava nessa época sob a direcção de um homem que era de facto um adversário do seu pensamento? E porque se encontravam ainda, entre as cinco pessoas, Lu Ting-yi, Chu Yang³ e Wu Leng-si,⁴ três homens que defen-

* Ver Introdução.

² Um dos principais responsáveis pela propaganda, juntamente com Lu Ting-yi.

³ Director da agência Nova China.

diam a mesma linha do Presidente da Câmara de Pequim, quando só o último, Kang Cheng,² podia ser considerado partidário de Mao Tsé-Tung?

Foi para responder a estas estranhas interrogações que alguns comentadores ocidentais afirmaram em determinados períodos que Mao Tsé-Tung tinha perdido o poder, o que era pura fantasia. De facto, só se podem compreender este tipo de problemas tomando cuidadosamente em consideração as particularidades da vida política chinesa e tomando por referência os princípios e os métodos de acção aplicados por Mao Tsé-Tung. Segundo este não é conveniente atacar o inimigo de frente, sendo preferível deixá-lo mostrar-se para nessa altura o contra-atacar. Mao aplica os princípios da guerrilha à vida política. Deixou que Peng Cheng assumisse responsabilidades directivas: este veio a cair nessa cilada, e demonstrou na prática o carácter revisionista da sua política. Esta explicação poderá parecer exagerada fora da China. Mas não surpreenderá aqueles que sabem como os hábitos políticos na China se distinguem dos existentes nos países ocidentais.

É impensável que Peng Cheng tenha estado à testa da Revolução Cultural contra a vontade de Mao. Todos os documentos, todos os textos oficiais e não oficiais mostram que o início do movimento a 10 de Novembro em Xangai foi inspirado por este último. Soube-se mais tarde que fora preparado por uma importante reunião de trabalho do Comité Central realizada em Setembro e Outubro de 1965 sob a sua presidência activa. Portanto, é pouco provável que este movimento, em cuja origem esteve, lhe tenha escapado em Janeiro e Fevereiro quando em Abril de 1966 tinha, como vere-

² Ex-funcionário do Komintern. Associou-se a Mao em Yenan, durante a guerra contra o Japão. No princípio da Revolução Cultural era membro suplente do Gabinete Político. É hoje membro do Comité permanente do Gabinete Político.

mos, a direcção do movimento nas mãos. De facto, Peng Cheng só pôde estar à testa do Grupo dos 5 na medida em que tal conveio a Mao Tsé-Tung; este atirou o Presidente da Câmara de Pequim para uma contradição insolúvel que consistia em conduzir um movimento político que só lhe inspirava aversão. Com o andar dos acontecimentos assistiremos várias vezes a situações semelhantes: os mais ferozes adversários de Mao Tsé-Tung serão encarregados de organizar a realização prática da sua política — nomeadamente² Liu Chao-chi e Tao-Chu, sempre preludiando a queda de cada um deles.

Foi graças ao seu lugar preponderante no Grupo dos 5 e apesar da oposição provável de Kang Cheng, que Peng Cheng conseguiu que fosse aprovado em Fevereiro um *Relatório sobre o actual debate académico redigido pelo Grupo dos 5*, documento destinado a orientar o desenvolvimento ulterior da Revolução Cultural. Este texto tendia de novo a conferir um carácter académico às diversas discussões em curso, sobretudo às relacionadas com a peça de Wu Han, e continha diversas recomendações que mais tarde foram vivamente criticadas.³ O dito documento foi muito difundido no seio das organizações do Partido.

A resistência de Peng Cheng é quebrada

Peng Cheng comete assim um erro fatal. Existia agora um documento escrito, que explicitava detalhadamente a sua concepção restritiva da Revolução Cultural e poderia ser utilizado contra ele. Era isso que Mao Tsé-Tung pretendia quando em Janeiro e Fevereiro de 1966 lhe deixara tomar as rédeas da Revolução Cultural.

* Ver mais adiante.

* Ver mais adiante.

A partir de Março, Mao Tsé-Tung, saindo da reserva em que estivera nos meses precedentes, passou a opor-se abertamente às actividades do Presidente da Câmara de Pequim. O *Relatório de Fevereiro* tornou-se o alvo dos seus ataques. A pedido do Presidente do Partido realizou-se uma reunião a nível de dirigentes, provavelmente uma reunião alargada do Secretariado, durante a qual Peng Cheng foi submetido à crítica. Entretanto, Mao Tsé-Tung reunira determinados quadros para lhes dar parte do seu descontentamento relativamente a Peng Cheng e a Lu Ting-yi. Denunciou a censura de vários artigos de crítica a Wu Han que tinham valido ao seu autor, Tsai Pen-yu, velhacarias diversas por parte de Peng Cheng.

Criticou vivamente o Serviço de propaganda do Comité Central que apoiava estas manobras. Lançou então uma palavra de ordem, hoje célebre na China e que teve grande eco nos organismos a que dizia respeito: «É preciso derrubar o Rei dos Infernos e libertar os diabretes» (tradução infeliz de uma fórmula chinesa muito idiomática). Isto significava claramente que o Serviço central de propaganda (o Rei dos Infernos) e os seus dirigentes deveriam ser criticados pelos organismos e pelos quadros que lhes estavam subordinados (os diabretes). Correspondia a um método constantemente preconizado por Mao Tsé-Tung para rectificar o trabalho num ramo do Partido: submeter os escalões superiores à crítica dos escalões inferiores. Esta palavra de ordem foi posta em prática e acompanhada da anulação do Plano de Fevereiro. Por alturas de uma nova reunião alargada do Secretariado do Comité Central, Peng Cheng foi acusado de se opor à linha de Mao Tsé-Tung. Também foram postas em causa outras personalidades a que este último estava ligado: Lu Ting-yi, o director da propaganda, que já conhecemos, o Chefe do Estado-maior Luo Juei-king e um membro do Secretariado do Comité Central chamado Yang Chang-kuen. De acordo com os hábitos chineses em casos semelhantes, o problema permaneceu

interno; as responsabilidades destes quatro homens foram-lhes retiradas, mas nenhuma decisão foi tomada relativamente à sua destituição. A imprensa central do Partido Comunista Chinês publicou críticas às teses contidas no Plano de Fevereiro, mas sem citar o nome do seu autor nem os dos três co-acusados. Só cerca de um ano mais tarde foram designados pelos seus nomes. Durante todo este tempo criticaram-se as suas teses, as suas ideias, mas nunca as suas pessoas, pelo menos oficialmente.

Na mesma época, por volta de meados de Abril de 1966, o *Diário de Pequim*, que continuava a ser dirigido pelos amigos de Peng Cheng mas procurava evitar os ataques do Partido, publicou apressadamente artigos autocríticos relativos a duas crónicas oposicionistas: *As palestras da noite em Yenchan e A aldeia dos três*.¹⁰ Estas crónicas jornalísticas tinham sido feitas já há algum tempo por Wu Han, Teng Tuo e Liao Mo-Cha, três amigos de Peng Cheng, importantes responsáveis do Comité Municipal de Pequim que tinham desempenhado um papel de certo peso na oposição a Mao Tsé-Tung no interior do Partido a partir de 1962. Estas autocríticas eram, na realidade, uma tentativa destes indivíduos para se porem ao abrigo da tempestade que sentiam aproximar-se, porque Mao Tsé-Tung e os seus partidários, decididos a estimular o desenvolvimento da Revolução Cultural, tinham passado à acção.

A partir de Abril de 1966, iria desenvolver-se uma ofensiva ideológica contra a orientação até então seguida por Peng Cheng. Esta campanha teve como base um documento intitulado: *Relatório das conversas tidas durante a concentração dos artistas e literatos das Forças armadas*. Este texto resumia as conclusões

¹⁰ Ver Anexo 1, volume II.

a que chegara a dita reunião realizada sob a direcção de Kiang Tsing,¹¹ mulher de Mao Tsé-Tung.

Este documento, sem fazer alusão directa ao caso Wu Han, sublinhava a primazia do político sobre o académico. Indicava que a persistência, havia 17 anos, de uma linha «negra» no domínio literário e artístico impedira que este tomasse características verdadeiramente proletárias. Além disso sublinhava a necessidade de combater as influências burguesas e de travar uma luta intransigente neste domínio. Fazendo o contraponto das teses de Peng Cheng, que não referia, este texto fincava-se nos aspectos políticos da criação literária e artística. O *Relatório* foi muito difundido na Primavera de 1966 e os seus principais temas tornaram-se objecto de uma série de artigos que o Serviço de propaganda, então já subtraído à influência do «Rei dos Infernos», Lu Ting-yi, divulgaria em todo o país.

¹¹ Ver quadro N.º IV, volume II. Durante a Revolução, antes de ir para as zonas libertadas pelos comunistas, Kiang Tsing foi actriz em Xangai. Até ao movimento de Educação Socialista e à Revolução Cultural, o seu papel político fora muito restrito. É hoje membro do Comité Permanente do Gabinete Político constituído depois do 9.º Congresso. É extremamente popular.

O *Processo verbal* foi publicado em «*Pékin Informations*», n.º 23, 5 de Junho de 1967.

II. O DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO CULTURAL

«A propósito da Aldéia dos Três»

O fim de Abril e o mês de Maio viram desenhar-se uma nova fase da Revolução Cultural Proletária. A partir de então esta ia abandonar o ritmo velado, um pouco impreciso que fora seu desde 1965, para ser exaltada à luz do dia por um aparelho de propaganda posto sem reservas à sua disposição. Enquanto o seu desenvolvimento se acelerava, o seu âmbito, objectivos e dimensões cresciam também.

A 18 de Abril, o *Diário do Exército* publicava um editorial intitulado: *Exaltemos o pensamento de Mao Tsé-Tung. Participemos activamente na grande Revolução Cultural Socialista*. De acordo com o que era dito no *Relatório da reunião das Forças armadas*, lembrava-se nesse artigo que, depois da libertação em 1949, persistira uma luta de classes renhida no domínio literário e artístico, sector considerado vital, através do qual o regime socialista poderia degenerar. A 8 de Maio foram publicados diferentes artigos que punham em causa principalmente Wu Han, Teng Tuo e Liao Mo-cha. A 10 de Maio, o já célebre Yao Wen-yuan publicava em Xangai um novo artigo que atacava os

três jornalistas. A 11, o *Bandeira Vermelha* publicava um artigo intitulado: *Da posição burguesa da «Frente» e do «Diário de Pequim»*, cujo autor era Tsi Pen-yu, a quem Peng Cheng tinha, alguns meses antes, fechado as colunas da imprensa pequinense.

O 2.º artigo de Yao Wen-yuan é o mais importante deste período e merece alguns comentários. É intitulado *A propósito da Aldeia dos Três* e tem como subtítulo: «o carácter revolucionário das «Palestras da noite em Yenchan e da Crónica da Aldeia dos Três».¹² O autor ataca Wu Han, Teng Tuo e Liao Mo-cha, acusados de se oporem desde há muito tempo à linha revolucionária do Partido e a Mao Tsé-Tung. Começa por criticar o texto autocrítico publicado a 16 de Abril na revista *Frente* e no *Diário de Pequim*, onde os dois últimos jornalistas reconheciam não terem tido suficiente vigilância revolucionária e terem sido influenciados pela ideologia burguesa. Yao Wen-yuan pretendia mostrar que se tratava de uma autocritica falsa.

Em substância, o artigo diz o seguinte: estes indivíduos querem minimizar as suas responsabilidades e fazer crer que a sua lucidez e perspicácia revolucionárias lhes faltaram, quando afinal agiram de uma maneira deliberada, consciente e sistemática.

O artigo menciona também o facto de Teng Tuo e Liao Mo-cha terem defendido a peça de Wu Han *A Destituição de Hai Jui*, o que significava atacar a reunião de Luchan e as decisões tomadas por ocasião desta, em 1959. Segundo o artigo, tomando como pretexto as dificuldades encontradas durante 3 anos consecutivos (1959-60-61) e em coordenação com a corrente revisionista propagada pelos dirigentes da União Soviética, as três pessoas incriminadas tinham publicado nos jornais uma série de teses que iam contra a linha do Partido. Por meio de subentendidos pérfidos

¹² *Pekin Information* n.º 22, 30 de Maio de 1966.

e de alusões disfarçadas¹³ tinham preconizado nas suas crónicas jornalísticas uma alteração da política directamente inspirada no revisionismo: renúncia aos movimentos de massa para a edificação do socialismo, abandono da primazia do político, apoio nos especialistas e no tecnocracismo, etc. Além disso, numa altura em que o conflito ideológico com a direcção do Partido da União Soviética se desenvolvia, opunham-se a um eventual corte com esta e aconselhavam até a tomá-la como modelo, nomeadamente num artigo intitulado: *A arte de fazer amigos e receber hóspedes.*

A Circular de 16 de Maio¹⁴

Vemos que nesta série de artigos, se ia claramente afirmando a ofensiva contra o grupo de homens políticos ligados a Peng Cheng, que a imprensa chinesa da época designava pela expressão pitoresca de «Pandilha Negra» e que seguiam uma linha oposta à de Mao Tsé-Tung, «a linha negra». Com efeito, o conflito que até então permanecera no interior do aparelho do Partido, ia ser dado ao conhecimento do grande público. No entanto, esta actuação era por enquanto parcial e prudente. Com efeito, a imprensa não designara Peng Cheng, Lu Ting-yi, Luo Juei-king e Yang Chang-kuen para os associar à «pandilha negra» que denunciava. Só Wu Han, Teng Tuo e Liao Mo-cha, responsáveis subalternos, o foram como tal. Isto é habitual na China Popular: quanto mais elevado é o escalão a que pertence um responsável, mais graves são os problemas ligados ao seu caso, mais tempo eles levam a ser resolvidos e esclarecidos. Veremos como este fenómeno se reproduzirá ao longo da Revolução Cultural, nomeadamente no caso de Liu Chao-chi.

¹³ Ver Anexo 1, volume II.

¹⁴ Ver Anexo 2, volume II.

No interior das organizações do Partido, no entanto, a crítica era muito mais rigorosa e certos documentos internos designavam nomeadamente Peng Cheng como um «representante da burguesia». Isto era claramente indicado numa circular do Comité Central datada de 16 de Maio de 1966. Então difundido exclusivamente no interior do Partido, este texto passa por ter sido redigido por Mao Tsé-Tung. Anuncia a anulação do *Relatório* estabelecido em Fevereiro por Peng Cheng em nome do Grupo dos 5 e recruta-o em 10 pontos. De um rigor teórico e de uma clareza muito acima da média, o texto indica as orientações fundamentais para a Revolução Cultural e merece ser comentado.

A circular acusa o relatório de Peng Cheng de ter falseado os problemas debatidos e de ter obscurecido os objectivos da Revolução Cultural Proletária. A crítica da peça de Wu Han, iniciada no quadro da transformação revolucionária da literatura e da arte, transformou-se num debate formal que dissimulava os problemas políticos fundamentais ligados à *Destituição de Hai Juei*. A circular sublinha claramente que o objectivo da luta é criticar Wu Han e os da sua laia, acusados de serem representantes da burguesia, anti-Partido e anti-socialistas;¹² de acordo com a circular, o número desses representantes é grande. O texto acrescenta, e este elemento é digno de atenção, que um certo número destes indivíduos estão no seio do Comité Central e dos seus organismos, assim como no das organizações do Partido nos escalões provinciais e municipais.

Peng Cheng, acrescenta a circular, quis abafar o debate político reduzindo-o a um nível puramente académico. Quis além disso, a pretexto de uma pretensa liberdade de expressão, dar carta branca a estes

¹² Ver Anexo 1, volume II. Ver mais atrás o sentido da palavra «burguesia».

representantes da burguesia para ripostarem às críticas de que eram objecto. Enquanto a luta desencadeada é, como o texto sublinha, uma luta de classes sem compromisso possível, Peng Cheng avançou a palavra de ordem reaccionária: «Todos são iguais perante a verdade». Ora, diz a circular: «As nossas relações com essas pessoas não são de modo algum relações de igualdade, mas relações de opressão de uma classe por outra, isto é, relações de ditadura do proletariado sobre a burguesia». No ponto 9, a circular encerra anotações muito interessantes: indica que em muitos sectores a luta não foi ainda desencadeada e que, nos sectores em que o foi, a *imensa maioria dos Comitês do Partido* compreende ainda muito mal o seu papel dirigente. Peng Cheng recomenda que se «guie» a luta, que esta seja conduzida com «tacto», «prudência» e a «aprovação» dos organismos dirigentes nela envolvidos; tudo isto, diz a circular de 16 de Maio, «é opor-se ao desenvolvimento da Revolução Cultural Proletária e pretender impor-lhe, assim como à esquerda proletária¹⁹ que a anima, uma série de obstáculos provenientes de convenções mais ou menos rotineiras».

No fim do documento, A Revolução Cultural Proletária surge com uma dimensão diferente. É este o elemento novo que lhe confere a sua grande importância histórica. Já não se procura apenas assegurar uma orientação mais revolucionária no domínio literário e artístico; a oposição tenaz que o movimento encontrava num sector do aparelho do Partido deveria conduzi-lo a incluir primordialmente nos seus objectivos a descoberta e ulterior eliminação deste grupo de indivíduos.

O proletariado deveria ainda reforçar a primazia das suas concepções e dos seus métodos na gestão

¹⁹ Ver Glossário, volume II.

administrativa e no funcionamento do Partido. Portanto, a circular de 16 de Maio terminava indicando que os representantes da burguesia infiltrados no Partido, no governo, no exército e em diversos meios culturais eram um bando de revisionistas contra-revolucionários e continha esta frase que o futuro viria, e de que maneira, a esclarecer: «Já desmascaramos algumas destas pessoas, mas outras ainda não; certos indivíduos do género de Khruchchev beneficiam actualmente de crédito, são educados para nos sucederem e encontram-se entre nós».

A difusão desta circular no interior do Partido deu imediatamente nova fisionomia à Revolução Cultural.

A série de artigos publicados a partir de Abril contra a «Pandilha Negra»¹⁷ e a circular de 16 de Maio, apelavam para a mobilização das massas populares de forma a que lhes fosse dado a conhecer os problemas existentes e a que tomassem parte nos debates. Tentava-se assim pôr em jogo forças exteriores ao aparelho do Partido, de forma a tornar possível reduzir ao fracasso as manobras de alguns dirigentes que utilizavam as suas responsabilidades para se oporem à linha de Mao Tsé-Tung. Procurava-se também acordar a vigilância das massas de forma a que estas descobrissem, nos locais de trabalho ou nas escolas, manifestações da influência revisionista e, caso isso acontecesse, criticassem os responsáveis do Partido em que essa influência se apoiasse.

Em muitos locais o movimento desenvolveu-se portanto neste sentido. Em particular, vulgarizou-se o método de afixação pública de cartazes de grandes caracteres, chamados «dazibaos», através dos quais cada um pode dar a conhecer as suas opiniões e criticar outros indivíduos.

¹⁷ Ver Glossário, volume II.

O «primeiro *dazibao* marxista-leninista nacional»

A 25 de Maio de 1966 era afixado na Universidade de Pequim um destes cartazes,¹⁸ cuja repercussão será enorme. É assinado por 7 pessoas, uma das quais assistente de filosofia: Nieh Yuan-tseu, que será mais tarde uma dirigente do Comité Revolucionário de Pequim, tendo depois, na Primavera de 1968, um destino trágico.¹⁹ Neste *dazibao* lia-se uma crítica violenta ao Reitor da universidade e a dois responsáveis pelos assuntos universitários no município de Pequim, todos eles quadros do Partido e colaboradores de Peng Cheng. Os sete signatários do cartaz enumeravam as diversas limitações impostas ao movimento da Revolução Cultural na Universidade por estas três pessoas, e nomeadamente a tentativa, por parte delas, de lhe retirar o seu carácter político para lhe conferir um outro puramente académico, a proibição de afixar *dazibaos* e a referência constante à necessidade de reforçar a «directão» e de lhe dar uma «justa» orientação. O *dazibao* denunciava estas manobras e afirmava claramente que era indispensável mobilizar as massas sem reservas, desenvolver ao máximo o uso de cartazes, realizar reuniões de discussão e combater resolutamente as intrigas revisionistas dos responsáveis inimigos do Partido e do socialismo.

Este cartaz, que traduzia um espírito de decisão e uma audácia altamente revolucionária na crítica a pessoas que tinham cargos importantes, teve um eco considerável; o próprio Mao Tsé-Tung pediu que fosse difundido na rádio e que saísse nos jornais no dia 1 de Junho. O movimento da revolta contra os responsáveis do Partido suspeitos de seguirem uma orien-

* Ver *Pekin Information*, n.º 37, 12 de Setembro de 1966.

** Ver mais adiante.

tação burguesa recebia o maior apoio e tornava-se um exemplo a imitar à escala nacional. Este acontecimento constituiu incontestavelmente uma viragem da Revolução Cultural. A audácia da crítica foi estimulada. A efervescência ganhou as universidades chinesas que se cobriram de cartazes contestatários. Este *dazibao* foi designado por «Primeiro *dazibao* marxista-leninista nacional».

A reorganização do Município de Pequim

A 3 de Junho, o Comité Central do Partido anunciava uma medida significativa: a remodelação do Comité do Partido no Município de Pequim. Sempre sem referir o nome de Peng Cheng e sem que a sua destituição fosse anunciada, o seu feudo era-lhe subtraído e decididas novas nomeações. Li Sue-feng²⁰ tornava-se Primeiro Secretário do Comité Municipal e Wu Teh²¹ Segundo Secretário.

Entretanto, outras medidas eram tornadas públicas: o *Diário da Tarde* de Pequim e o *Diário de Pequim* eram reorganizados e os seus corpos redactoriais revocados; a publicação da revista *Frente* era provisoriamente suspensa enquanto o seu corpo redactorial não era reorganizado. As ligações do grupo de Teng Tuo com os responsáveis do Município de Pequim estavam portanto implícitas na decisão tomada. Ao mesmo tempo, era tornado público que o reitor da Universidade de Pequim, anteriormente citado, fora destituído e que fora enviado ao local um Grupo de Trabalho

²⁰ Primeiro Secretário do Gabinete do Comité Central para a China do Norte. Após um período de eclipse em que foi muito criticado, Li Sue-feng manteve-se em cargos de responsabilidade chegando mesmo a ser promovido. Hoje, dirige o Comité Revolucionário do Hopei.

²¹ Primeiro Secretário do Comité do Partido pela província de Kirin.

para aí dirigir a Revolução Cultural Proletária. Esta última disposição seria mais tarde muito contestada.

A partir do princípio de Junho, a Universidade de Pequim entrou em ebulição. Esta Universidade¹² (vulgarmente designada por Bei Da — abreviação do chinês Beijing Daxue, Universidade de Pequim), está situada na parte Oeste da capital, num parque agradável, relativamente perto do Palácio de Verão da antiga imperatriz Tseu Hi. Naquele tempo estudavam-se principalmente em Bei Da disciplinas literárias: filosofia, literatura, história, línguas... No estudo destas disciplinas, é-se habituado a manejar as ideias no estado puro e os estudantes eram muito politizados. Ora, desde 1960, reinava um clima de descontentamento em Bei Da. Depois do episódio do Salto em Frente, Lu Ting-yl, então presidente da Comissão pedagógica do Comité Central, voltara as costas aos princípios de Mao Tsé-Tung que visavam dar a primazia ao político no ensino. Regressara-se a fórmulas de trabalho mais tradicionais que muitos estudantes contestavam por se basearem em estudos livrescos clássicos. O *dazibao* dos 7, de 1 de Junho de 1966, teve o efeito de uma fúria em palha seca. As críticas brotaram: dias e noites eram passados a escrever cartazes e comunicados, a fazer reuniões e a discutir. Tudo foi passado a pente fino... Os estudantes, apoiados por alguns professores, organizavam quase diariamente Assembleias Gerais para criticar o seu antigo reitor. Este era acusado não só de se ter oposto à mobilização das massas e de ter tentado estrangular a Revolução Cultural Proletária através de práticas burocráticas, como

¹² Na China, designam-se por «universidades» uma série de estabelecimentos especializados, mas não, como em França, a totalidade dos estabelecimentos de ensino superior de uma cidade. Em Pequim, existe a Universidade de Pequim, a Universidade Tsinghua e a Universidade Popular.

de ser partidário de determinados métodos pedagógicos.

A pedagogia contestada

A transformação do ensino passa à ordem do dia na Revolução Cultural. Nas escolas começaram a fazer-se ouvir numerosas críticas contra um sistema de ensino que nos seus fundamentos não tinha alterado as fórmulas consagradas pela burguesia.

Já a 1 de Abril tinha havido em Tsinan uma conferência de quadros do ensino superior, durante a qual fora vigorosamente sublinhada a necessidade de se pôr a política em primeiro plano. A partir daí, diversas críticas tinham sido expressas na rua e nos estabelecimentos de ensino contra o sistema de exames, os programas escolares e os métodos utilizados. Muitos estudantes afirmavam que o ensino tal como era praticado estava separado da realidade, que os estudantes não tinham qualquer contacto com a vida do povo e com a prática política e científica assim como com a produção, que os filhos de burgueses eram privilegiados relativamente aos filhos dos operários e dos camponeses, tantas vezes sacrificados e postos de lado, que o sistema encorajava uma emulação de tipo individualista e uma selecção de estilo burguês, que favorecia o servilismo e o carreirismo e formava afinal novos letrados e não servidores do povo. Numa palavra, este ensino surgia aos olhos dos estudantes como fortemente marcado pelos vestígios do passado; portanto, era preciso alterá-lo.

Numa carta ao Comité Central, reproduzida na imprensa, os alunos dos liceus pediam a transformação deste ensino que aumentava ainda mais a diferença entre o trabalho intelectual e o manual, entre os operários e os camponeses, entre a cidade e o campo, o que ia contra o socialismo, cuja finalidade é reduzir as desigualdades para que a sociedade possa atingir o comunismo.

Outros estudantes liceais da capital, numa carta aprovando a precedente, acusavam o sistema pedagógico em vigor de relegar a política para segundo plano, de favorecer a formação de tecnocratas e portanto, a mais ou menos longo prazo, a restauração do capitalismo. Evocando a necessidade de o socialismo formar intelectuais de tipo novo, ligados ao povo, com uma consciência proletária, escreviam: «O que destruímos, não é apenas um sistema de exames; é o jugo cultural que pesa sobre o povo chinês desde há milénios, é o ninho em que desabrocha a aristocracia intelectual e as camadas sociais de salários altos, é o trampolim que conduz ao revisionismo moderno».

Os estabelecimentos de ensino constituíam portanto os postos avançados da Revolução Cultural no seu início. Foi entre a juventude liceal e universitária, assim como em diversos meios intelectuais, que a tomada de consciência primeiro surgiu: o papel de primeiro plano assumido pelos intelectuais no início de um movimento revolucionário foi muitas vezes constatado na história. Até na China havia um precedente: o «Movimento do 4 de Maio de 1919», nos primórdios da Revolução que em três decénios deveria transformar o país, vira os intelectuais na vanguarda.

A 13 de Junho foi dada a conhecer uma decisão do Comité Central do Partido e do Conselho de Estado²³ sobre o adiamento dos exames e das inscrições nas escolas por um semestre.

As escolas e faculdades suspenderam as aulas. Os estudantes e os professores frequentavam-nas no entanto diariamente. Passavam muitas horas do dia e por vezes da noite em discussões sobre a pedagogia, a política e as suas relações mútuas. Foi de facto com base nas opiniões e nas sugestões formuladas por eles que a direcção do Partido decidiu efectuar a transfor-

²³ Governo.

mação do ensino. Foram feitos inquéritos sobre a maneira como os estabelecimentos escolares tinham funcionado no passado e sobre o comportamento dos antigos administradores. Publicavam-se no interior das escolas e faculdades muitos comunicados e brochuras. As paredes exteriores e interiores cobriam-se de cartazes em caracteres gigantes. Este cenário característico de jornais murais, de cartazes manuscritos virá a generalizar-se por toda a China, passando das escolas às ruas das cidades, transformando as paredes e os passeios num turbilhão de literatura multiforme e efervescente.

No princípio de Junho de 1966 acabava de se desenrolar um primeiro episódio da Revolução Cultural Proletária. Exceptuando as suas últimas semanas, este episódio fora pouco espectacular, de tal maneira que no estrangeiro nada transpareceu antes de Maio. No entanto, terminara com uma vitória importante de Mao Tsé-Tung. Além de ter conseguido afastar do poder uma primeira e importante fracção de opositores, tinha também suscitado um movimento ideológico nacional, baseado em princípio na participação de toda a população. Desta, apenas actuava por enquanto a juventude intelectual; mas isto é vulgar no início de qualquer Revolução. Sob este aspecto, é curioso notar a existência, na China, de uma contestação estudantil que, embora orientada de uma maneira diferente, tem algumas semelhanças com o que existe em diversos países capitalistas. É também interessante notar que foram as faculdades de letras, as que formam os ideólogos, as mais ardentes da Revolução Cultural.

III. O EPISÓDIO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Os Cinquenta Dias

Entre 10 de Junho e o fim de Julho de 1966 ocorreu um episódio capital. Depois do Outono de 1965 e o Inverno de 65-66 que viram desenrolar-se, sem brilho espectacular, o movimento de crítica da peça de Wu Han, a Primavera de 1966 foi marcada por uma aceleração do ritmo da Revolução Cultural Proletária. Depois da eliminação da facção Peng Cheng — Lu Ting-yi, Mao Tsé-Tung e os seus partidários, pouco interessados em que a luta se limitasse apenas aos quadros, esforçaram-se por estimular a mobilização popular. A estratégia política de Mao Tsé-Tung explicava-se pela convicção deste de que ela correspondia às necessidades das massas chinesas e que estas não deixariam de a apoiar. Seguro do grande prestígio de que usufruía, o Presidente do Partido pensava que este apoio constituiria oposição dos seus adversários em alguns sectores. Mas, como já indiquei, o objectivo de Mao não ficava por aqui: queria também assegurar uma vasta politização da população, baseada num movimento de educação ideológica ligado aos problemas práticos da luta em curso.

A publicidade feita pela rádio e pela imprensa ao *dazibao* de Nieh Yan-tseu encorajara, em toda a China, a expressão maciça de opiniões. Em diversos locais, as pessoas puseram-se a escrever este tipo de cartazes e, graças a eles, a debaterem os seus problemas. Os *dazibaos*, escritos em grandes caracteres, surgiam em locais bem visíveis nas paredes das universidades. Escritos a pincel com tinta da China diluída em água, eram muitas vezes apresentados de uma maneira atraente. Redigidos em grandes folhas de papel rectangulares e de cores variadas, os seus títulos e subtítulos evidenciavam-se pelo traçado não convencional dos caracteres.

Procurava-se por exemplo reproduzir os nomes das pessoas criticadas de uma maneira satírica (caracteres tremidos para sugerir os movimentos serpenteantes de um indivíduo considerado como particularmente venenoso, alongados para sugerir o seu pedantismo ou virados ao contrário para indicar a sorte que espera os burocratas); note-se que a escrita chinesa se presta facilmente a estas fantasias. Todos podiam escrever *dazibaos*, todos podiam lê-los. O papel e a tinta foram fornecidos gratuitamente às empresas e às escolas durante a Revolução Cultural e totalmente postos à disposição dos trabalhadores e dos estudantes. Este método eficaz permitia que todos se exprimissem, formassem uma opinião e contestassem o que lhes desagradava. Contribuiu muito para assegurar uma politização massiva da população, em particular dos jovens, junto dos quais esta febre literária foi intensa.

O *Dário do Povo* de 20 de Junho de 1966 concluía assim o seu editorial: «Mobilizemos as massas sem reservas! Deixemo-las compor *dazibaos* e, sob a bandeira do grande pensamento de Mao Tsé-Tung, sob a direcção do Comité Central do Partido, levemos resolutamente até ao fim a Grande Revolução Cultural Proletária.» No entanto, entre o princípio de Junho e o princípio de Agosto, este movimento de massas iria enfrentar novos obstáculos. De facto, de Maio a

Julho de 1966, assistir-se-ia a uma completa metamorfose; à efervescência da contestação sucedeu uma reação burocrática e repressiva.

A partir de Junho, muitos tinham passado a criticar alguns responsáveis do Partido cujo comportamento consideravam não-revolucionário, burocrático ou até mesmo contra-revolucionário. Em muitas ocasiões viam-se jovens, membros ou não do Partido e da Liga Comunista que, com muita espontaneidade e vigor escreviam cartazes para acusar este ou aquele quadro de uma atitude tomada em determinadas circunstâncias, para lhes pedir explicações ou simplesmente para denunciar o seu estilo de trabalho rotineiro.

Este tipo de prática não era, em si, inteiramente novo na história do movimento comunista. Nos últimos anos da sua vida, Lenine, vivamente preocupado com o perigo de burocratização do regime soviético, recorreu a ele para proceder àquilo a que, em linguagem marxista, se chama «campanhas de rectificação». Nestas campanhas, submetiam-se membros do Partido às críticas daqueles que o não eram, a fim de pôr a claro os excessos e os erros dos primeiros, para depois os corrigir. A Revolução Cultural chinesa repousa afinal no mesmo princípio. Diferencia-se apenas pelas suas proporções, visto ter abrangido todas as cidades, grandes ou pequenas. Além disso, é conveniente precisar que a sua finalidade era submeter à crítica, não todos os membros do Partido, mas apenas os *detentores de responsabilidades que se afastaram da via revolucionária*. Sobre isto, o vocabulário chinês é extremamente preciso: só são visados «os responsáveis comprometidos na via capitalista», que se designam abreviadamente pelo termo *Zu Zi Pai*.

A organização de uma campanha de rectificação choca sempre com um obstáculo inerente ao princípio que a guia. Cabe aos responsáveis do Partido desencadear um movimento de que alguns têm fortes probabilidades de vir a ser vítimas; compreende-se pois que estes últimos, pelo menos, ponham pouco entusiasmo

nesta tarefa ou tentem fazer dela uma simples formalidade inofensiva, ou ainda que se esforcem por arranjar bodes expiatórios. Esta tendência manifestou-se durante a Revolução Cultural Proletária. E foi bastante forte, na medida em que eram exclusivamente visados os membros do Partido comunista com funções directivas. Os que se sentiam ameaçados podiam influenciar em larga escala a organização e o desenrolar do movimento de crítica. Assim, alguns conseguiram facilmente que o peso das suas faltas recaísse nos seus subordinados. Nessa altura, o envio de equipas especializadas, designadas na China por «Grupos de Trabalho», para diversos sectores em que a Revolução Cultural se desenrolava, correspondeu precisamente a uma manobra deste tipo, manobra de envergadura que pretendia dar ao movimento revolucionário, através desses grupos, uma orientação destinada a travá-lo e desviá-lo dos seus verdadeiros objectivos. Vamos agora ver qual a origem destes Grupos de Trabalho e a forma como agiram.

Origem dos Grupos de Trabalho

O comunicado de 3 de Junho de 1966 anunciava a reorganização da direcção do município de Pequim e indicava que o novo comité tomava em mãos a condução da Revolução Cultural. O mesmo documento noticiava pela primeira vez o envio de um Grupo de Trabalho para a Universidade de Pequim, sector bastante agitado.

Nos dias que se seguiram, a incorporação de tais grupos nas diversas instituições e locais de trabalho da capital tornou-se moeda corrente. Este exemplo foi seguido pelas autoridades de várias outras cidades da China, que organizaram o envio de grupos para os estabelecimentos de ensino locais.

Na época do Movimento de Educação Socialista, em 1964, tinham-se constituído Grupos de Trabalho. Alguns, ainda não dissolvidos, retomaram as suas acti-

vidades em 1966, e formaram-se outros novos. Compunham-se geralmente de cerca de vinte quadros médios, membros do Partido Comunista designados pelas autoridades locais como pessoas em que depositavam confiança e trabalhando em organismos da sua competência. Estes quadros foram constituídos em equipas e destacados nas condições que indicámos. Nalguns sectores, estes grupos eram assistidos por um conselheiro que, por vezes, podia ser uma alta personalidade do regime. O Vice-Primeiro ministro Ho Lung,²⁴ e o ex-ministro da indústria Pao Yi-puo desempenharam ocasionalmente este papel na Universidade de Tsinghua, juntamente com a mulher do Presidente da República, Wang Kuang-mei. Os membros destes Grupos de Trabalho eram quase sempre estranhos aos estabelecimentos para onde iam. Como algumas cidades tinham falta de quadros, alguns vinham do exterior, sendo por vezes estranhos ao aglomerado populacional e à província. Estes quadros assegurariam, durante um período de 50 dias, a direcção local da Revolução Cultural Proletária num sentido que viria a revelar-se muito contestável e muito contestado.

Os princípios de Mao Tsé-Tung

Aqui impõe-se um pequeno parêntesis para lembrar que, sendo o maoísmo a doutrina oficial do Estado Chinês e do Partido Comunista no poder, os Grupos de Trabalho deveriam evidentemente inspirar-se nos princípios de Mao Tsé-Tung sobre a luta contra o revisionismo e a repressão dos contra-revolucionários. Estes dois temas forneceram a Mao assunto para artigos escritos em diversos períodos da sua vida. Os mais

²⁴ Ex-marechal, Ho Lung, ministro dos Desportos em 1966, participou na insurreição de Nantchang em 1927.

importantes datam de 1957 e de 1964, durante a polémica com o Partido Comunista da União Soviética. Segundo as teses por ele formuladas, existem no regime socialista e no seio do próprio Partido Comunista dirigentes cujas perspectivas e acção política se afastam do marxismo, favorecendo assim a restauração do capitalismo. Estes indivíduos designam-se em chinês por *Zu Zi Pai*, termo que utilizarei a partir daqui. No seio das organizações do Partido, é preciso distinguir os *Zu Zi Pai* tidos por inimigos com os quais a contradição é antagónica, dos quadros que, embora tendo cometido erros, podem ser recuperados ou, como se diz na China, reeducados. Este último caso é definido por Mao Tsé-Tung como uma contradição no seio do povo, não antagónica. Sublinha igualmente que é de longe a mais frequente, considerando assim o Partido e o regime como fundamentalmente revolucionários e, portanto, sãos. Os revisionistas, afirmou muitas vezes Mao, são apenas uma minoria contra a qual é possível unir 95% dos quadros e das massas. Estas distinções são indispensáveis para a compreensão do ulterior desenrolar dos acontecimentos.

Os Grupos de Trabalho deviam dirigir um movimento de crítica aos chefes do antigo Comité municipal de Pequim, à facção do presidente da Câmara, Peng Cheng, à Pandilha Negra e às manifestações da política desta, designadas por «linha negra». É preciso não esquecer que, ao longo dos 50 dias, os grupos de trabalho pretenderam agir neste sentido, em conformidade com a política de Mao Tsé-Tung. Em diversos estabelecimentos de ensino e empresas, deveriam explicar o carácter nocivo de algumas medidas tomadas pela Pandilha Negra em matéria pedagógica e cultural e no domínio económico, ao mesmo tempo que eram analisadas e criticadas as suas repercussões locais. Em várias cidades de província em que uma linha idêntica fora por vezes seguida, sobretudo em matéria de pedagogia, estes Grupos de Trabalho deveriam agir de igual modo. Tinham além disso por tarefa proceder

a inquiridos destinados a descobrir, nos locais para onde eram destacados, outros responsáveis ligados à facção de Peng Cheng e de Lu Ting-yi, promotores da dita «linha negra». Relativamente aos quadros que apenas tinham adquirido maus hábitos e um estilo de trabalho viciado, deveriam tomar em mãos a sua reeducação para os reconduzir a uma prática revolucionária e militante. Se os Grupos de Trabalho tivessem agido segundo os princípios maoístas atrás expostos, a primeira parte da sua tarefa abrangeria apenas um pequeno número de pessoas e a segunda um número que, embora mais elevado, teria tendência a diminuir.

A actuação dos Grupos de Trabalho sob a direcção de Liu Chao-chi e de Teng Hsio-ping

Durante os «cinquenta dias», Mao Tsé-Tung ausentou-se de Pequim. Esteve fora desde o princípio de Junho a meados de Julho de 1966. Esta ausência levanta um problema a que voltaremos mais adiante. Entretanto, coube a Liu Chao-chi, presidente da República, e a Teng Hsio-ping, secretário geral do Partido, assegurar a gestão dos assuntos correntes do Comité Central. Eles próprios tomaram a direcção das actividades dos Grupos de Trabalho em Pequim e seguiram de perto as dos grupos da província.

A orientação que lhes imprimiram foi diferente das regras políticas atrás definidas. É de notar que, na altura, esta contradição não surgiu com a clareza que tentarei dar à exposição que se segue, visto a luta se ter desenrolado com uma certa confusão. Os alvos dos Grupos de Trabalho foram essencialmente intelectuais suspeitos de terem sentimentos revisionistas, intelectuais esses cujo número aumentou estranhamente de um momento para o outro. Por outro lado, nos meios culturais, e em particular nas universidades, as equipas de quadros agiram como se as organizações do Partido nesses sectores estivessem profundamente atingidas pelo revisionismo e massiva-

mente unidas à facção de Peng Cheng. Isto levou-as a proceder à destituição de um número muito elevado de responsáveis destas organizações e a proceder a depurações radicais, abrangendo secções e, por vezes, células inteiras. Citou-se muitas vezes na China a actividade do Grupo de Trabalho da Universidade de Tsinghua, que se considerou característica, e cuja direcção estava a cargo da mulher do presidente da República, Wang Kuang-mei. Esta afirmou muitas vezes que o conjunto das organizações do Partido constituíam, na universidade em questão, uma «confraria da Pandilha Negra».²³

Exigiam-se severas autocríticas às pessoas visadas, e eram-lhes impostas restrições de liberdade que, na maioria dos casos, consistiam na proibição de abandonarem os seus quartos, onde permaneciam sob vigilância. A orientação dos Grupos de Trabalho foi severamente criticada mais tarde, pois a luta era dirigida não contra uma minoria de responsáveis nos escalões superiores do Partido, mas contra numerosos quadros dos escalões médios e inferiores e até contra simples militantes de base. Na gíria política chinesa, chama-se a isto descascar a cebola «lasca a lasca». Além disto, os maus-tratos e pressões estenderam-se a pessoas que nem sequer eram membros do Partido, a simples professores, estudantes e trabalhadores a que em chinês se chama «as massas», por oposição aos responsáveis (note-se que estas precisões linguísticas são necessárias para evitar confusões com as quais os tradutores das publicações em línguas estrangeiras de Pequim parecem não se preocupar muito).

²³ Para se ter uma ideia da forma particular como o Grupo de Trabalho actuou na Universidade de Pequim, pode consultar-se o artigo de V. Née e D. Layman, «The Cultural Revolution at Peking University», *Monthly Review*, vol. 21, n.º 3, Julho-Agosto 1969, pág. 42.

Os emissários tinham efectivamente sido destacados de preferência para sectores em que a efervescência fora maior em Maio e princípios de Junho. Muitos estudantes e trabalhadores tomados pela febre contestatária das semanas precedentes não hesitaram em denunciar a atitude ultrajante de alguns destes grupos. Em textos ulteriores, dizia-se que na Universidade de Tsinghua esta oposição fora discretamente encorajada por Tchen Po-ta,²⁶ ex-secretário de Mao Tsé-Tung, e por Kiang Tsing, mulher do próprio Mao Tsé-Tung.

Os Grupos de Trabalho ripostaram e, para isso, não hesitaram em assimilar falsamente a agentes da «Pandilha Negra» aqueles por quem se viam contestados. Estes últimos foram acusados de falarem uma linguagem de esquerda para melhor esconderem as suas tendências direitistas. Disse-se mais tarde que, em todas estas manobras, os responsáveis pelos Grupos de Trabalho tiveram o apoio de Liu Chao-chi, que periodicamente reunia com eles para lhes dar indicações e directivas. Ditaram então diversos regulamentos que visavam limitar a expressão por meio de *dazibaos*. Uma destas instruções proibia que se desse a conhecer fora da Universidade o que se passava lá dentro. Isto foi mais tarde denunciado como uma manobra para impedir que a Revolução Cultural Proletária evoluísse, e para travar a mobilização das massas.

Durante este período da Revolução Cultural era corrente, nos locais onde havia Grupos de Trabalho, haver reuniões incessantes que se prolongavam por vezes até muito tarde. A totalidade dos estudantes ou do pessoal da empresa reunia-se sob a direcção do grupo de trabalho, que instruía perante os presentes o processo político e ideológico das numerosas pessoas visadas pelo movimento de crítica. Não esque-

²⁶ Ver quadro n.º IV, volume II.

çamos que o princípio era de que as massas criticassem os quadros; mas, nestas circunstâncias, a participação das massas acabava por ser meramente formal.

A Resistência

Tendo as actividades destas equipas suscitado uma certa resistência, a luta despontou em diferentes sectores. Muito frequentemente, as pessoas dos sectores em que havia Grupos de Trabalho dividiam-se em duas tendências, uma a favor e outra contra os ditos grupos.

Estes conflitos revestiam diversas formas. As pessoas a quem a actividade dos Grupos de Trabalho desagradava, afixavam cartazes para os denunciar. Estudantes e trabalhadores costumavam proceder à leitura destes cartazes em grupos, para o que se reuniam durante o dia nas universidades, onde então não havia aulas, e de manhã e à hora das refeições nas fábricas. Esses cartazes criticando os Grupos de Trabalho suscitavam vivas polémicas. Acontecia por vezes as discussões acabarem com insultos e cenas de pancadaria. Os responsáveis do grupo organizavam então represálias contra os que os criticavam e convocavam as pessoas das instituições e empresas onde se encontravam para reuniões muito movimentadas, no decorrer das quais se esforçavam por condenar os seus opositores como contra-revolucionários. Obrigavam-nos por vezes a permanecerem sob vigilância numa ala dos dormitórios e submetiam-nos a maus-tratos. Estes ripostavam, às vezes com a greve da fome, como aconteceu na Universidade de Tsinghua. Este local tem sido objecto de repetidas citações pois, ao que parece, a resistência foi lá bastante mais dura e activa.

Para combaterem a orientação dos Grupos de Trabalho, os estudantes e trabalhadores contestatários agrupavam-se em núcleos mais ou menos numerosos, desenvolvendo uma actividade mais ou menos aberta. Nas faculdades e liceus, estes núcleos de resistência foram o embrião de uma organização que, mais tarde,

viria a adquirir renome mundial: a Guarda Vermelha. Outros grupos se formavam para lhes ripostarem, dando réplicas aos seus cartazes murais, proibindo-os de falar nas reuniões, espalhando calúnias a seu respeito e submetendo-os a toda a espécie de pressões físicas e morais.

Gradualmente, foi-se criando uma situação cada vez mais dúbia. A oposição aos grupos de trabalho durante este período, chamado na China os «50 dias», foi constante. A propaganda do Partido exaltou mais tarde esta oposição. Com todos os limites inerentes a um testemunho individual, devo dizer que a minha impressão nessa altura foi que esta resistência, mais palpável nas universidades do que nas fábricas, era no seu conjunto minoritária. A situação dos que queriam resistir era difícil. De facto, aos olhos de muita gente ainda pouco habituada a contestar, os Grupos de Trabalho, precisamente porque eram enviados pelo município, deveriam ser obedecidos. O apoio visível que tinham por parte de algumas altas individualidades reforçava ainda mais este sentimento. Praticamente, a orientação seguida por estas equipas especializadas fizera suceder à febre antiburocrática de Maio uma vaga de repressão e de intimidação de tal maneira forte que, dez meses mais tarde, o Vice-Primeiro Ministro Sie Fu-tche, presidente do Comité Revolucionário de Pequim, afirmaria num discurso que, nessa época, a Revolução Cultural na capital estivera em riscos de abortar.

O regresso de Mao Tsé-Tung

Notemos que os partidários de Mao Tsé-Tung — refiro-me aqui aos que detinham responsabilidades importantes — foram praticamente invisíveis durante este período, tanto mais que este se encontrava na província. Ora, em meados de Junho ouviu-se dizer que o Presidente Mao realizara uma espectacular façanha desportiva nadando 15 quilómetros no Yangtsé.

O eco dado pela imprensa chinesa a este tipo de acontecimento, é motivo de ironia por parte dos comentadores ocidentais, que revelam assim uma incompreensão do aspecto político destas questões. Na publicidade dada na China a este tipo de factos, é preciso ver uma simples jogada política destinada a dissipar boatos postos a correr nos anos anteriores sobre o mau estado de saúde do presidente e a encorajar os que viam nele o guia da sua acção revolucionária. Focando pela primeira vez a pessoa do presidente do Partido depois de muitas semanas de silêncio, o aparelho de propaganda, até então relativamente discreto, pretendia sobretudo, como hoje se pode compreender, dar o primeiro sinal de uma contra-ofensiva que visava Liu Chao-chi e os grupos de trabalho.

A façanha de natação no Yangtsé, em Wuchan, foi a 16 de Julho; a 17, Mao Tsé-Tung estava de volta a Pequim, recebendo vários escritores afro-asiáticos vindos à capital chinesa para realizar uma conferência.

Problemas não faltavam. A aviação americana acabara de bombardear Hanoi e Haifong e, bruscamente, a atmosfera internacional adquiria cor dramática. A guerra estava às portas da China Popular.

Na capital chinesa, a Revolução Cultural Proletária passava pela fase de crise que acabámos de descrever. É provável que, chegado a Pequim, Mao Tsé-Tung se tenha debruçado sobre o problema da orientação dada aos grupos de trabalho. No dia 1 de Agosto, estes cessaram as suas actividades abandonando os diversos locais em que as tinham exercido. Que se terá passado entre o dia 17 de Julho, data do regresso de Mao Tsé-Tung a Pequim, e o dia 1 de Agosto? É difícil sabê-lo concretamente, visto não ter sido anunciada qualquer decisão, nem se ter verificado nada de espectacular e a imprensa do Partido não ter publicado algo de notório. No entanto, adivinha-se que a discussão do problema do desenrolar da Revolução Cultural durante os 50 dias, terá ocupado grande parte do tempo dos dirigentes chineses. Na mesma

altura, faziam-se provavelmente amplos preparativos para um acontecimento muito importante: a reunião do Comité Central, realizada do dia 1 ao dia 12 de Agosto, e que revestiu na história da Revolução Cultural um interesse e um significado excepcionais.

Qual a força real da oposição a Mao Tsé-Tung?

Testemunha dos factos anteriormente descritos, fiquei espantado com a brusca mudança da atmosfera política em Pequim durante estes dois meses. A um primeiro período tumultuoso, marcado por todo o dinamismo e impulso da juventude, sucedeu-se um clima pesado de pressões e denúncias no mais genuíno dos estilos burocráticos. A acção dos grupos de trabalho afastava-se claramente dos princípios e da estratégia de Mao Tsé-Tung. Isto pode compreender-se se definirmos claramente a questão dos alvos e objectivos da Revolução Cultural. Para Mao, a questão residia na procura do apoio das massas populares chinesas e dos quadros do Partido que lhe eram fiéis, para combater um sector influente de pessoas altamente colocadas, que se opunham à sua política. Ora, é espantoso constatar como se pôde manter na capital durante um período relativamente longo, cinquenta dias, uma corrente oposta. Os alvos dos grupos de trabalho orientados por Liu e Teng eram constituídos por um número bastante extenso de quadros dos escalões médios e inferiores do Partido, e por elementos contestatários entre os jovens estudantes mais turbulentos. O destacamento de equipas especiais, nas circunstâncias de então, pode de facto explicar-se como uma manobra de alguns dirigentes para desviarem dos seus verdadeiros objectivos um movimento de crítica que tinham sérias razões para temer. Na sua gíria política, os Chineses chamavam a isto: «atacar um grande número de pessoas para proteger meia dúzia». Este processo prolongava efectivamente a polí-

tica de Peng Cheng e de Lu Ting-yi. O seu alcance e duração podem no entanto parecer-nos surpreendentes.

Alguns comentadores ocidentais julgaram também poder concluir daqui que o poder político escapara a Mao Tsé-Tung durante o tempo que estivera ausente de Pequim para se refugiar na província. Mais uma vez creio ser imperativa uma explicação.

Não há dúvida de que a oposição ao presidente do Partido cresceu durante os anos que precederam a Revolução Cultural Proletária e já demos exemplos desse facto. Todavia, isso não impedia que este dispusesse ainda da possibilidade de orientar o conjunto do Partido Comunista segundo as suas perspectivas, sem o que não poderíamos explicar o Movimento de Educação Socialista, em 1964, nem o da Revolução Cultural, em 1965. Podemos apenas admitir que, embora não podendo ainda impor-se, a oposição a Mao Tsé-Tung constituía, em 1966, uma força considerável. Vamos então ver que entraves impediam a sua acção.

Faltam-nos dados precisos para avaliar esta força. No entanto, dispomos de um extremamente interessante. É-nos fornecido pelo próprio Mao Tsé-Tung: numa conversa tida em 1967 e cujo conteúdo foi em seguida difundido pelos jornais murais nas ruas de Pequim,²⁷ indicava que em Agosto de 1966, portanto imediatamente a seguir aos acontecimentos que acabámos de relatar, só uma pequena maioria dos membros do Comité Central adería totalmente às suas perspectivas.

Isto não significa, porém, que o conjunto das pessoas em discordância com Mao Tsé-Tung estivesse resolvido a lutar contra ele com todas as forças. Aliás, este último tomou precauções no sentido de evitar defrontá-los em bloco. É por isso que nas fases ulteriores da Revolução Cultural, veremos sublinhada a

²⁷ Ver Anexo 4.

necessidade de dar a alguns responsáveis a possibilidade de conservarem as suas funções, apesar dos erros que anteriormente poderiam ter cometido. Não obstante, podemos afirmar que Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping eram os representantes da facção mais radicalmente oposta à política de Mao Tsé-Tung e pouco disposta a tomar qualquer espécie de compromisso.

Estes indivíduos eram relativamente poucos em número, mas é mais do que evidente que a sua capacidade de resistência era bastante ampla, devido às responsabilidades consideráveis que detinham no aparelho do Partido e do Estado. Note-se que parte destes opositores se encontrava à cabeça da administração de algumas províncias, o que permite compreender os movimentos de fluxo e refluxo que a Revolução Cultural Proletária aí conheceu ulteriormente. Temos portanto um primeiro elemento que nos permite ver como é que a actividade dos grupos de trabalho, instigada e dirigida por este tipo de indivíduos, pôde adquirir relevo tanto em Pequim como noutras cidades.

Mao contra Mao

Convém precisar imediatamente os limites desta corrente de oposição. Necessitamos para isso de mencionar um factor capital para todo o subsequente desenrolar da Revolução Cultural. Para que ele possa ser plenamente compreendido, devemos ter em conta que a análise dos acontecimentos políticos na China exige uma consideração escrupulosa da especificidade do seu regime social. É característico da vida política chinesa actual o facto de *os adversários de Mao Tsé-Tung se absterem, na maioria dos casos, de se afirmarem como tal*; pelo contrário, invocam-no e retomam por vezes as suas palavras de ordem embora, é claro, modificando-lhes os objectivos e adulterando-lhes o conteúdo. É a isto que os chineses chamam «opor-se à bandeira vermelha agitando a bandeira vermelha.»

Para quem não o viveu, é difícil conceber este fenómeno, sobretudo por ser estranho à sensibilidade e aos hábitos políticos do país em que se vive.²⁸ É no entanto um dado básico para a análise dos problemas políticos internos da China. Foi em nome de Mao Tsé-Tung e contra a Pandilha Negra de Peng Cheng, que partidários e adversários dos grupos de trabalho se defrontaram; do mesmo modo, ao longo de toda a Revolução Cultural assistir-se-á ao confronto, por vezes violento, de pessoas invocando o mesmo homem e a mesma doutrina. *Por mais desconcertante que isso possa parecer, não há memória de que entre 1966 e 1969 tenha havido pessoas ou grupos cuja acção se apoiasse em Peng Cheng ou Liu Chao-chi para combater Mao Tsé-Tung.*

Isto limita, como é evidente, o alcance de qualquer oposição política. Combate-se, deforma-se, limita-se a acção e a influência do Presidente do Partido, mas nunca abertamente. Durante um confronto de tendências, nunca se sai do âmbito da doutrina maoísta nem se põe em causa o regime enquanto tal. Em semelhante caso, determinar exactamente onde residem as divergências e as oposições exige por vezes muita subtilidade e espírito crítico, de que o episódio dos grupos de trabalho fornece um primeiro exemplo.

A partir daqui, alguns comentadores da Revolução Cultural quiseram apresentá-la como um somatório de acontecimentos nebulosos e absurdos. Atribuindo generosamente aos outros a confusão reinante na sua própria cabeça e declarando incompreensível aquilo que não compreendem, a Revolução Cultural foi para

²⁸ Não é contudo excepcional que se defrontem tendências invocando uma mesma doutrina e um mesmo homem. Lenine e Kautsky combateram-se em nome de Marx, Estaline e Trotsky em nome de Lenine. A particularidade, aqui, reside no facto de se confrontarem forças políticas invocando Mao, com ele vivo.

eles um fenómeno especificamente chinês pela sua obscuridade, marcado por uma psicologia tortuosa pretensamente característica deste povo. Escapa-lhes completamente o facto de a Revolução Cultural ter posto em primeiro plano a análise das contradições existentes na vida, na realidade. Devido a certas tradições filosóficas, os Chineses são particularmente sensíveis aos elementos contraditórios do real, à dialéctica: sabem que todas as coisas têm dois aspectos e são susceptíveis de se transformarem no seu contrário. Proclamar o pensamento de Mao, combatendo-o, só pode parecer absurdo aos espíritos entulhados de lógica formal.

Outro elemento explicativo deste facto é o imenso prestígio de Mao Tsé-Tung, a tal ponto excepcional que constitui uma das facetas características da vida política chinesa. Nada nos permite porém concluir que Mao Tsé-Tung exercia o poder de uma maneira rígida e despótica. Pelo contrário, numerosas indicações fazem transparecer uma grande preocupação em consultar os seus colaboradores, em associá-los às suas decisões e até, nalguns casos, em adoptar as perspectivas destes sem procurar impor as suas. Este prestígio pessoal serve eficazmente a necessidade política em que a China parece encontrar-se, de dar um suporte humano a noções abstractas como a Unidade Nacional, o Estado, a Revolução. Não se evoca uma autoridade absoluta, mas sim uma autoridade moral. O prestígio e a reputação de clarividência do presidente fazem com que, perante um problema grave, complicado ou persistente, a sua arbitragem tenha um valor supremo. É preciso não ver em tudo isto os efeitos de um mito mantido em torno da pessoa e da doutrina de Mao Tsé-Tung pela propaganda oficial. Só o conhecimento da situação miserável, para muitos próxima da escravatura, e das insuportáveis humilhações que a população chinesa conheceu até 1949, de que o novo regime incontestavelmente a libertou, pode levar à compreensão da popularidade do velho presidente e das manifestações de

veneração, por vezes ingénuas, que marcam a vida política deste país.

Poderíamos falar longamente das consequências deste fenómeno que faz com que muita gente, no estrangeiro, assimile erradamente Mao a Staline; mas limitar-me-ei a sublinhar o aspecto político de uma delas. Num regime em que a população e a massa dos membros do Partido estão habituados a aderir à pessoa, à doutrina e à obra do seu chefe, tanto pela espontaneidade dos seus sentimentos como pelo efeito de uma propaganda que lhes corresponde, falar-se contra Mao Tsé-Tung é politicamente ineficaz. A oposição não ousa pois dizer o seu nome. Insere-se no âmbito da ideologia do regime, e a sua guerra é subterrânea.

A subtilidade de Mao Tsé-Tung durante a Revolução Cultural Proletária, consistiu em criar condições tais, que esta oposição foi obrigada a abandonar uma parte dos seus baluartes, permitindo assim que a combatessem melhor. A actuação de Mao Tsé-Tung foi de molde a que a aplicação da nova política lançada durante a Revolução Cultural fizesse desenvolver iniciativas diferentes e contraditórias. Em tempo normal, os membros do Partido Comunista e a população têm uma margem de iniciativa limitada pelo centralismo. O regime chinês tem o mérito de consultar as massas antes de elaborar a sua política mas, definida esta, a sua aplicação por cada um é orientada por directivas vindas de escalões superiores. No entanto, se o Partido descure a disciplina que normalmente exige dos seus membros e da população, o campo das iniciativas alarga-se. Se é igualmente dada a possibilidade de contestar os responsáveis dos escalões superiores e as suas decisões, o campo das iniciativas torna-se mesmo bastante amplo. A Revolução Cultural Proletária desenvolveu-se segundo estes princípios. Forçou pois a livre expansão das diversas correntes e tendências, que se defrontaram vigorosamente sem nunca porem em causa o próprio regime de Mao.

Para isto é necessário, e até talvez suficiente, que o Comité Central, o Gabinete Político e os organismos especializados que dele dependem — Grupo Encarregado da Revolução Cultural, Comissão Militar, etc. — deixem, pelo menos durante certo tempo, de fornecer orientações e directivas elaboradas e se abstenham de sancionar oficialmente as diversas medidas tomadas nos escalões médios e inferiores da organização comunista. Foi o que se verificou em repetidos períodos da Revolução Cultural, nomeadamente durante o episódio dos Grupos de Trabalho. Reduzido no plano político e orgânico, o centralismo continuava poderoso no campo da ideologia, e isto graças à propaganda da imprensa e da rádio oficiais apelando para a acção pela Revolução Popular. Sem possibilidades de se abrigar à sombra de directivas precisas; forçado, para agir, a interpretar documentos de carácter ideológico geral; e obrigado a tomar iniciativas, cada um iria portanto actuar recriando simultaneamente toda a diversidade dos comportamentos humanos e revelando as suas tendências políticas e sociais profundas.

Esta redução do centralismo explica o facto de o destacamento dos grupos de trabalho não ter sido obra dos organismos centrais do Partido mas sim de alguns municípios, entre os quais o de Pequim, e de alguns ministérios (Indústria, Agricultura e Negócios Estrangeiros).²⁸

Pela minha parte, inclino-me a pensar que o afastamento do presidente do Partido durante os «50 dias» foi voluntário. Pode interpretar-se esta sua ausência de Pequim, tida no estrangeiro por muito misteriosa, como correspondendo ao desejo de dar todo o relevo

²⁸ Em contrapartida, Liu e Teng utilizaram as suas funções no Gabinete Político e no Secretariado do Partido para difundir certos relatórios acerca da actividade dos Grupos de Trabalho, apresentando-os como se emanassem do Comité Central.

possível a este processo de redução do centralismo. Os seus adversários puderam então manejar facilmente os grupos de trabalho para os fazerem actuar segundo as suas perspectivas. Trata-se de uma situação análoga à criada pela presença de Peng Cheng no comando da Revolução Cultural, em Janeiro e Fevereiro de 1966.

Este processo impulsionou a dinâmica revolucionária, fazendo surgir espontaneamente uma primeira clivagem entre elementos conservadores e outros mais sensíveis a esta dinâmica. Colocando-se à cabeça dos primeiros, Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping demonstraram a sua hostilidade às massas.

2. DA REUNIÃO DE 1 DE AGOSTO
A 1 DE OUTUBRO DE 1966

I. A 11.ª SESSÃO PLENÁRIA DO COMITÉ CENTRAL
DO PARTIDO COMUNISTA CHINÊS
1 a 12 DE AGOSTO DE 1966

Condenação da actividade dos grupos de trabalho

Aos períodos de centralismo político e orgânico voluntariamente reduzido, sucederam-se sistematicamente durante a Revolução Cultural Proletária intervenções das instâncias dirigentes do Partido. Depois de fazerem o balanço da evolução política da fase precedente, estas instâncias intervêm nos debates indicando a orientação a seguir. O episódio dos grupos de trabalho corresponde a um destes momentos em que a atenuação do centralismo deixara uma margem de manobra à oposição. Esta esforçou-se então por impedir as massas populares de se mobilizarem, de desenvolverem as suas iniciativas e de prolongarem a contestação iniciada em Maio e Junho. A resistência suscitada por esta tentativa fez surgir um conflito entre tendências.

A reunião de uma Sessão Plenária do Comité Central no princípio de Agosto iria permitir analisar estas diversas correntes, condenar a actividade dos grupos de trabalho e dar indicações muito precisas para o desenrolar ulterior da Revolução Cultural. A imprensa chinesa oficial não se cansou de sublinhar

que esta reunião fora presidida por Mao Tsé-Tung e que alguns dos textos a seguir publicados tinham sido redigidos por ele.

Sabe-se pouco sobre esta conferência cujos debates não foram tornados públicos. O seu teor só foi conhecido na semana seguinte. A importância desta sessão é clara se lermos os dois documentos que nela foram adoptados.

Um é o *Comunicado da 11.ª sessão*,¹ relativamente conciso, muito denso e escrito num estilo particularmente vigoroso. Está dividido em três partes.

A primeira refere-se à situação interna do país. Regista os progressos obtidos nos diferentes domínios e o aumento do poder da China. Mas dá uma importância até então pouco vulgar aos problemas ideológicos. Refere-se ao trabalho já realizado no sentido de um esforço da transformação revolucionária das ideias e dos costumes e à necessidade de se praticar constantemente a linha de massas, em termos de um rigor e de uma energia espantosas. É sob a forma de directivas ou até de advertências que o texto está redigido: — As massas não precisam de receber lições! — A revolução exige audácia! É preciso não temer as desordens! São feitos avisos severos aos que protegem os direitistas e atacam a esquerda. Isto constitui evidentemente uma condenação dos grupos de trabalho e dos que, quer por reflexo de burocratas quer por oposição consciente à política de Mao tinham procurado entravar até então a mobilização das massas. Esta primeira parte do texto lembra mais uma vez o objectivo da Revolução Cultural: consolidação da ditadura do proletariado, prevenção de uma usurpação revisionista da direcção do Partido e do Estado e da restauração do capitalismo, manutenção do interna-

¹ Publicado em brochura pelas edições de Pequim em linguas estrangeiras, 1966.

cionalismo proletário e criação de condições para uma passagem futura ao comunismo.

A segunda parte é consagrada à situação internacional e retoma o conjunto dos temas que passaram a ser os da política exterior chinesa.

A terceira parte parece redigida com mais energia ainda do que as duas precedentes: sublinha a contribuição criadora de Mao Tsé-Tung para o marxismo-leninismo, exalta a sua doutrina, a sua obra e a sua acção e apela para o estudo dos seus escritos e para a aplicação destes durante a Revolução Cultural. Vale a pena sublinhar este facto. A partir de 1965, fazer o elogio do Presidente tornou-se coisa vulgar, *mas é a sua doutrina que constitui a matéria desses elogios*. Ora, pela primeira vez, as instâncias mais altas exprimem-se com muito ênfase sobre a pessoa de Mao Tsé-Tung e já não apenas sobre o pensamento deste. Tendo em conta a ausência deste tipo de declaração nos textos anteriores e a sua presença constante nos que se seguirão, podemos deduzir que a 11.ª Sessão Plenária marca incontestavelmente um reforço da posição pessoal de Mao Tsé-Tung no Comité Central, assim como as linhas consagradas à Revolução Cultural, na primeira parte do comunicado, marcam a reprovação de Liu Chao-chi e de Teng Hsiao-ping sem no entanto os nomear.

A Decisão em dezasseis pontos

O segundo documento chama-se: *Decisão do Comité Central do Partido Comunista Chinês sobre a Grande Revolução Cultural Proletária*. Este documento é igualmente conhecido por *Decisão em 16 pontos*.² O texto em questão condena de uma maneira ainda mais clara a actividade dos grupos de trabalho. Faz

² Ver Anexo 3, volume II.

igualmente o balanço do movimento até àquela altura e dá orientações gerais para o futuro muito pormenorizadas que fazem dele a verdadeira «carta» da Revolução Cultural.

Para se compreender o desenvolvimento ulterior do movimento, é indispensável analisar aprofundadamente este texto.

O primeiro ponto indica de maneira clara os alvos da Revolução Cultural, problema chave que os grupos de trabalho se tinham encarregado de baralhar. Estes alvos são os indivíduos que detêm lugares de direcção no Partido mas seguem a via capitalista, os *Zu Zi Pai*, assim como algumas «sumidades» dos domínios académicos e culturais que propagam a ideologia burguesa. Neste ponto é igualmente condenada a atitude que consiste em dirigir ataques contra pessoas que não pertencem a estas categorias: simples operários ou estudantes, quadros médios ou inferiores do Partido. Alguns revolucionários podem ter insuficiências e cometer erros, diz o ponto 2, mas no movimento em curso a sua *orientação geral foi sempre justa*. É assim condenada a tentativa para desacreditar e caluniar os jovens contestatários audaciosos do mês de Maio e a prática burocrática que pretendia falsamente fazê-los passar por esquerdistas e por contra-revolucionários. O mesmo ponto 2 afirma ainda que a resistência à Revolução Cultural Proletária é ainda forte e decidida; indica portanto que a mobilização das massas sob a direcção do Partido é mais do que nunca necessária para superar os obstáculos. A melhor forma de as organizações do Partido efectuarem correctamente o trabalho de direcção que lhes compete, consiste em *mobilizarem as massas* (ponto 3).

O ponto 4 afirma como princípio fundamental que as massas têm de se libertar pelos seus próprios meios e que ninguém pode agir por elas. É preciso ter confiança nas massas e não temer as desordens.

O ponto 5 condena a crítica dirigida contra as massas e numerosos quadros e reafirma o princípio

estratégico da união dos 95% dos quadros e das massas contra os direitistas e os revisionistas. Ao mesmo tempo, apela para que se faça uma distinção estrita entre os direitistas anti-partido e os que, embora apoiando o Partido e o socialismo, assumiram posições ou cometeram actos errados.

O ponto 6 reafirma a necessidade de distinguir as contradições no seio do povo, não antagónicas, das contradições antagónicas com o inimigo. Este mesmo ponto indica que é preciso lutar pela persuasão e não pela força física. Condenam-se assim algumas violências cometidas no início do movimento pelos estudantes contra professores e antigos burgueses. Mas visa também as violências exercidas, durante os 50 dias, contra os elementos da esquerda revolucionária, que muitas vezes foram agredidos e espancados por pessoas previamente convencidas pelos grupos de trabalho de que aqueles elementos eram anti-Partido. O ponto 6 afirma que é normal a existência de opiniões diferentes entre as massas populares e que as minorias não devem ser constrangidas, pois a verdade pode estar do seu lado. Esta frase adquire uma grande importância se nos lembrarmos que, no período precedente, foi esta por vezes a situação daqueles que nos diversos sectores se opunham aos grupos de trabalho e à linha de Liu. Aliás o ponto 7 aborda imediatamente este problema: «Alguns responsáveis de estabelecimentos de ensino, organismos ou *grupos de trabalho* organizaram contra-ataques contra aqueles que, de entre as massas, os criticavam por meio de cartazes de grandes caracteres», e acrescenta: «chegaram a lançar palavras de ordem segundo as quais opor-se aos responsáveis de um organismo ou de um grupo de trabalho é opor-se ao Comité Central do Partido, ao Partido, ao socialismo e ser contra-revolucionário». Isto constitui a condenação inequívoca da linha imposta pelos grupos de trabalho. «Não devem ser tomadas medidas contra os jovens pela acção destes durante a Revolução Cultural, a não ser nos casos em que tenham sido cometidos actos

graves (sabotagens, assassínios, incêndios, roubos de segredos de Estado)», diz ainda a declaração. Isto dá-nos a entender que qualquer desordem que não entre nesta categoria será tolerada. Como a categoria das outras desordens é vastíssima, compreende-se que mais tarde a agitação tenha sido intensa.

O ponto 8 assinala a existência de 4 categorias de quadros: a primeira e a segunda, maioritárias, são constituídas pelos «bons» e pelos «relativamente bons»; a seguir, os que cometeram erros graves sem serem anti-Partido e anti-socialistas; por fim, uma pequena minoria de direitistas e de anti-Partido. Esta classificação é muito importante, porque deverá ser aplicada a todos os quadros, e veremos que longos debates serão necessários para que se consiga isso nos diferentes ramos do Partido.

São estes os pontos mais notáveis da decisão do Comité Central. A sua publicação marca uma alteração completa do movimento e a entrada deste numa fase inteiramente nova.

A partir daqui, o princípio da plena mobilização das massas é adoptado e estimulado; urge resolver correctamente o problema que consiste em tentar atingir os verdadeiros alvos da Revolução Cultural, como o indica com rigor o documento que acabámos de estudar.

Liu Chao-chi ou Teng Hsiao-ping não eram citados em qualquer dos textos mencionados. A imprensa oficial do Partido também não os designara ainda como indivíduos opostos a Mao Tsé-Tung. A imprensa paralela dos Guardas Vermelhos que começava a reagir, assim como os cartazes, também não os punham em causa. Tendo em conta os hábitos políticos chineses, isto significa que neste estágio a natureza dos erros destes dois homens não estava ainda definida e que não eram portanto colocados definitivamente na categoria dos adversários a destituir.

II. AS CONSEQUENCIAS DA 11.ª SESSÃO PLENÁRIA

O aparecimento da Guarda Vermelha

A constituição da Guarda Vermelha é uma das primeiras consequências da 11.ª Sessão Plenária. É uma organização de massas que irá agrupar estudantes liceais, universitários e professores. Não nasceu de um momento para o outro. A sua existência remonta, como assinalámos, ao início da luta nos liceus e nas universidades; já nessa época certos estudantes liceais ou universitários e professores revolucionários se tinham agrupado em núcleos que combinavam a sua acção para criticar os métodos pedagógicos burgueses e aqueles que os aplicavam. Durante o período dos grupos de trabalho, estes núcleos revolucionários estiveram frequentemente reduzidos a uma actividade semi-clandestina, pois eram alvos de vivos ataques. É provável que logo desde a sua chegada a Pequim em meados de Julho, Mao Tsé-Tung, tenha tido o cuidado de levar a cabo contactos com esses grupos e de os encorajar a que perseverassem. O comunicado oficial da 11.ª Sessão Plenária do Comité Central indicava que os representantes da Guarda Vermelha tinham assistido^{*} a esta reunião, que impedira a linha

* O texto emprega a expressão «estavam presentes». Tendo em conta os hábitos do regime, isto significa que os

de Liu Chao-chi e de Teng Hsiao-ping de prosseguir nos seus objectivos. A partir do dia 12 de Agosto a organização destes grupos generalizou-se tanto em Pequim como em toda a China. Houve-os em todos os estabelecimentos de ensino.

Uma das acusações à orientação da pedagogia, antes da Revolução Cultural, era o de ela desfavorecer os alunos de origem operária e camponesa. Por razões óbvias, estes não encontravam no meio familiar apoio a estudos de carácter puramente intelectual e portanto separado da prática. Os filhos de ex-burgueses, pelo contrário, tinham menor dificuldade em assimilar um ensino que em muitos aspectos não se cindira ainda da pedagogia tradicional. Isto explica sem dúvida o facto de estes últimos serem muito numerosos nas universidades, assim como a acusação dirigida aos responsáveis de alguns estabelecimentos de ensino de terem assumido sempre uma atitude discriminatória e hostil relativamente aos filhos de operários e de camponeses. Inicialmente só estes últimos foram autorizados a ingressar na Guarda Vermelha, que praticava portanto uma discriminação inversa.*

Estes jovens, rapazes e raparigas, que então começam a ser designados por «pequenos generais», surgem nessa altura em grande número nas escolas e nas ruas. Reconhecem-se pela braçadeira de algodão vermelho em que se destacam três grandes caracteres amarelos:

representantes da Guarda Vermelha participaram na reunião como observadores e não tomaram parte nas votações.

* Mais tarde, reconheceu-se que se tratava de um erro sectário cujo resultado seria isolar a esquerda e torná-la minoritária. Passaram a ser admitidos na Guarda Vermelha jovens sem origem operária e camponesa, mas que haviam dado provas de possuir uma consciência política elevada e uma firme atitude revolucionária. Isto foi aliás motivo de uma cisão do movimento e de um conflito com os não-partidários deste alargamento, particularmente o Comité da Acção Unida — ver I parte, capítulo 3, subparágrafo intitulado: *O Liandong*.

Hong Wei Bing (Guarda Vermelha); outros caracteres mais pequenos, inscritos nas bordas da braçadeira, indicam o nome do destacamento e o estabelecimento de ensino a que pertencem. Estas apelações são reproduzidas em grandes bandeiras vermelhas empunhadas quando, em cortejo organizado, os jovens vão a alguma reunião. Por vezes vestem um fato de caqui, outros preferem um fato de algodão azul ou cinzento. Como na China toda a gente pode andar vestida de caqui sem ser soldado, o verdadeiro distintivo de guardas vermelhos é a braçadeira vermelha. A idade destes varia entre os 12 e os 30 anos, embora os estudantes liceais entre os 12 e os 17 anos constituam a maior parte. Houve também nesta época grupos revolucionários em alguns escritórios e fábricas, em número limitado, e principalmente entre os alunos dos centros de aprendizagem. A Guarda Vermelha está organizada em secções, agrupada em destacamentos e no escalão provincial e municipal virá a estabelecer quartéis gerais. Apesar do que disseram os jornalistas estrangeiros mal informados, este tipo de vocabulário não deve levar o leitor a pensar que a Guarda Vermelha se trata de uma organização de tipo militar ou para-militar. Estes grupos elegem os seus chefes que são permanentemente revogáveis pelos eleitores; a disciplina e o sentido de organização não tinham nos Guardas Vermelhos qualquer carácter militar, deixando até a desejar neste aspecto, o que é aliás compreensível devido à sua inexperiência. Lembremos ainda que os Guardas Vermelhos nunca tiveram autorização de porte de armas.

Papel dos Guardas Vermelhos

A actividade da Guarda Vermelha respondia a dois objectivos: o primeiro era de ordem psicológica; o segundo, de ordem política. Ambos tinham por finalidade aumentar o número de pessoas empenhadas na Revolução Cultural Proletária.

Em Agosto de 1966 esta estava desigualmente desenvolvida. Suscitara debates e muita efervescência nas universidades e nos liceus, mas muito menos nos escritórios e nas fábricas; além disso, só tinha sido abrangida a cidade de Pequim e, numa medida muito menor, Cantão e Xangai. Era portanto necessário modificar esta situação.

Convinha antes de mais tocar os espíritos através de manifestações espectaculares e fornecer provas palpáveis de que a luta de classes entre o proletariado e a burguesia não desaparecera. Criado este clima, a população seria mais facilmente integrada no movimento. Assim, bruscamente e com todo o seu poder, o aparelho de propaganda do Partido começou a fazer propaganda dos Guardas Vermelhos de Pequim que, saindo das suas escolas, se espalhavam pela cidade. Um dos primeiros empreendimentos destes foi mudar o nome das ruas e das lojas quando evocavam a antiga China imperial e pintar de branco as pinturas de mandarins nos pórticos de madeira do parque do Palácio de Verão. Esta acção visava sublinhar, a partir de um exemplo muito simples e compreensível a todos, a persistência das influências feudais no regime socialista. A imprensa ocidental não perdoou tal coisa aos Guardas Vermelhos: chamou-lhes iconoclastas fanáticos. A destruição e o vandalismo foram no entanto extremamente limitados pois, logo nos primeiros dias da Revolução Cultural, as autoridades tomaram a precaução de fechar os museus e proteger os monumentos.³

A segunda acção dos Guardas Vermelhos foi as incursões em casa dos antigos capitalistas e proprietários de terras. Confiscaram-lhes ouro, jóias, cachimbos e reservas de ópio que haviam conservado, assim como armas e os seus antigos títulos de propriedade. Esta acção foi amplamente relatada pela imprensa chinesa, patenteada ao público em exposições e apresentada como prova de que a burguesia continuava a existir e não perdera ainda a esperança de melhores dias. Estas acções dos Guardas Vermelhos foram por vezes

acompanhadas de violências inúteis que em muito contribuíram para a imagem pouco simpática que a imprensa ocidental deles forneceu, embora essa imagem fosse muito deformada.

Através de artigos, filmes e emissões de rádio, a direcção comunista depressa tornou familiar a todos os chineses a actividade destes jovens que enxameavam nas ruas da capital. A imprensa não poupava elogios aos Guardas Vermelhos, hostis a toda a ídela conservadora, generosos e puros nas suas aspirações. Preparou assim a opinião para a segunda fase do movimento destes, que iria durar alguns meses, enquanto a primeira se prolongou apenas por três semanas.

Esta nova etapa tinha um objectivo mais complexo: era necessário que a juventude estudantil levasse a Revolução Cultural a toda a sociedade chinesa. Os jovens intelectuais não tinham estado integrados na produção, não tinham sofrido os constrangimentos de rotinas profissionais; a sua liberdade de espírito e sentido de iniciativa não tinham sido mutilados pelos jogos burocráticos. Eram menos inibidos que os mais velhos e pouco inclinados a respeitarem a disciplina. Não tinham experiência, é verdade, mas isso era um aspecto positivo, pois os seus ideais não tinham ainda sido enfraquecidos pelas decepções. Constituíam portanto o fermento ideal para fazer com que se levantasse uma sociedade que, por falta de controvérsias internas, corria riscos de se esclerosar. Foi devido à sua influência que a contestação se tornou um hábito. A habilidade de Mao Tsé-Tung e dos seus partidários esteve precisamente em saber utilizar esta força no âmbito da sua estratégia sem lhe roubar a espontaneidade, orientando-a sempre com vista à preservação e reforço do ideal revolucionário e não a uma contestação estéril.

Os Guardas Vermelhos eram portanto chamados a levar as suas ideias, o seu entusiasmo e espírito crítico para sectores em que o movimento só progredira mediocremente, estimulando a descoberta e a crítica dos

quadros empenhados na via capitalista, direitistas e «bandidos negros» da facção de Peng Cheng.

Isto implicava que por toda a parte houvesse Guardas Vermelhos. Xangai, outra cidade de vanguarda, tinha os seus Guardas Vermelhos, assim como Cantão e a maioria das cidades chinesas. Convinha também que os Guardas Vermelhos pudessem circular no país e tivessem acesso aos locais onde o movimento revolucionário não tinha grande amplitude e que nesta época não eram raros. O ponto 3 da Decisão de 8 de Agosto afirmava que «em muitos organismos os responsáveis compreendem ainda muito mal o seu papel de dirigentes nesta grande luta» e que a «d direcção destes está longe de ser séria e eficaz»...

A direcção do Partido Comunista Chinês encorajou pois os Guardas Vermelhos e deslocaram-se por toda a China para procederem aos «chuan-lien», às trocas de experiências revolucionárias. Foram tomadas medidas especiais para que a maioria pudesse vir a Pequim informar-se do que se estava a passar, aprender com os exemplos dos revolucionários da capital e agir depois como eles nas suas cidades de origem. Por seu turno, os Guardas Vermelhos de Pequim iam para as províncias contar as suas lutas e aliciar as pessoas com quem contactavam para que examinassem a actividade dos quadros do Partido e tentassem descobrir se não haveria entre estes promotores da linha negra. Incitavam-nas a escrever cartazes, a organizarem-se para resistirem aos abusos e ao burocratismo de alguns responsáveis. Além disso, divulgavam as directivas do Partido e a Decisão em 16 pontos. Impunha-se de facto a mobilização de milhões de homens e, em diversos locais afastados, as informações circulavam mal ou lentamente. Em certos casos, pessoas idosas ou relativamente idosas não sabiam ler ou não estavam habituadas a isso.

Existia ainda a agravante de por vezes alguns quadros do Partido restringirem a difusão das notícias da capital. Esta propaganda oral tornava-se portanto

muito necessária. Foram postos à disposição destes viajantes transportes gratuitos, se bem que parte deles se deslocassem a pé retomando as tradições do Exército Comunista Chinês.

Alguns fizeram deslocações consideráveis. Vários destacamentos empreenderam «longas marchas» de mais de 1 000 quilómetros. Paravam nas comunas, nas fábricas; participavam no trabalho manual, distribuíam citações do presidente Mao Tsé-Tung por vezes impressas por eles em pequenos copiográficos portáteis, muito leves, que se tornaram um dos seus atributos específicos. Por toda a parte davam a conhecer o livrinho vermelho das citações do Presidente Mao Tsé-Tung, que até então só fora divulgado entre o exército e que a partir daí entrou na panóplia dos Guardas Vermelhos, ao mesmo tempo que na história.

Depois da 11.ª Sessão, o Comité Central decidira efectuar a impressão maciça das obras de Mao Tsé-Tung, particularmente desta célebre recolha. Estas citações, com que os chineses acenarão alegremente nas reuniões durante a Revolução Cultural, foram compostas em intenção dos soldados do Exército Popular de Libertação em 1965. De uma maneira concisa, apresentam as perspectivas fundamentais de Mao Tsé-Tung sobre diferentes problemas: a luta de classes, o Partido Comunista, a guerra e a paz, a literatura e a arte, as rela-

* Afirmou-se que os Guardas Vermelhos tinham queimado livros; nunca testemunhei semelhantes factos. Houve, todavia, excessos. Em Pequim, os Guardas Vermelhos destruíram num determinado local leões de pedra e, noutro, um baixo-relevo. Profanaram ainda túmulos num cemitério. Os dirigentes da Revolução Cultural condenaram estas atitudes que em momento algum chegaram a atingir grande envergadura. Não era lícito escrever, como o fez um grande jornal francês, que os tesouros artísticos da antiga China eram destruídos «a ferro e fogo». A morte do escritor Lao She ocorreu em circunstâncias obscuras; mas atribuir directamente a responsabilidade aos Guardas Vermelhos é ir além dos dados da informação concreta.

ções entre o exército e o povo, etc. A partir de Agosto de 1966 o livro vermelho foi impresso em centenas de milhões de exemplares, o que constituía um meio engenhoso de pôr ao alcance das massas chinesas o essencial do marxismo.

Em Pequim, a recepção dos Guardas Vermelhos foi organizada pelos militares de uma forma notável: alojamento, alimentação e deslocações foram previstas de forma a que a capital tivesse, durante quatro meses em permanência, um milhão de habitantes suplementares cuja presença se renovava constantemente sem que os transportes ou o abastecimento de víveres fossem sensivelmente prejudicados por esse facto, o que é uma realização pouco comum de que só o regime maoísta é capaz. As ruas da cidade tomaram um aspecto pouco vulgar: jovens mongois de botas, vestidos de longas túnicas com cintos claros ombream com Higurios vestidos de tecidos brilhantes segundo o costume da sua longínqua província de Sinkiang. Entre os Guardas Vermelhos vindos desta região do Oeste da China, encruzilhada de correntes migratórias durante séculos, viam-se lado a lado tipos locais bastante puros, próximos da etnia turca, e algumas cabeleiras loiras e olhos azuis. Viam-se também jovens tibetanos, pequenos, o rosto tisonado pelo vento dos altos cumes, envoltos em grandes casacos coloridos e de chapéus de aba larga em feltro, semelhantes aos dos índios do Perú. Nas lojas, nos transportes públicos, nos jardins e restaurantes ouvia-se uma permanente baralhada de dialectos e pronúncias diversas. A China inteira estava em Pequim, na sua multiplicidade e variedade prodigiosa.

Mao Tsé-Tung recebe os Guardas Vermelhos

A vinda dos Guardas Vermelhos das províncias para a capital proporcionava manifestações espectaculares. Com uma periodicidade de duas semanas, eram organizadas na praça Tien An Men vastas concentra-

ções de um milhão de pessoas com a presença de Mao Tsé-Tung e durante as quais altos dirigentes do Partido pronunciavam discursos destinados a orientar a acção dos Guardas Vermelhos.

A primeira destas reuniões gigantescas teve lugar a 18 de Agosto de 1966. Mao Tsé-Tung recebeu durante essa concentração uma braçadeira de Guarda Vermelho, dando assim publicamente o seu apoio ao movimento. Esta manifestação, como as que se lhe seguiram, foi um espectáculo extraordinário, um *meeting* e uma espécie de festa da juventude realizada no meio de um entusiasmo indiscutível.

O relato deste acontecimento pela Imprensa do Partido fornece um certo número de indicações essenciais. Esta manifestação confirmou a importância do papel que passará a ter o Ministro da Defesa, então Vice-presidente do Comité Central, Lin Piao, que surgiu como o mais próximo colaborador do presidente Mao e seu eventual sucessor. Os que estão familiarizados com os hábitos políticos nos países socialistas sabem que qualquer relato feito pela imprensa de uma manifestação oficial é acompanhado da lista das personalidades presentes; as pessoas não são citadas ao acaso — o nome de cada uma ocupa o lugar que na realidade lhe corresponde na hierarquia do regime. Assim, notou-se com interesse a 19 de Agosto que Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping eram citados respectivamente em 7.º e 11.º lugar em vez de em 2.º e em 5.º, o que normalmente aconteceria, sinal indiscutível de terem caído em desgraça.

Podia-se também notar que Tchen Po-ta, antigo secretário de Mao Tsé-Tung em Yenan, passava do 23.º lugar para o 5.º e passava a chefe do Grupo Encarregado da Revolução Cultural ligado ao Comité Central; este grupo que tinha apenas algumas semanas de existência e de que pouco se ouvira falar, viria a ter um papel de primeiro plano com o andar dos acontecimentos. Lembremos que não era exclusivamente composto por membros do Comité Central, mas também

por quadros de alguns órgãos locais do Partido escolhidos por aqueles. Por razões de simplicidade, passarei a designar este organismo por G.E.R.C.

Outro homem se elevava na hierarquia, ocupando a partir de então funções de conselheiro deste grupo: Kang Cheng,⁶ de há muito companheiro de Mao Tsé-Tung, sobretudo em Yenan, e igualmente encarregado das relações com os Partidos Comunistas Estrangeiros. Um terceiro personagem progredia de uma maneira notável para atingir o quarto lugar: um membro do Gabinete Político chamado Tao Chu,⁷ antigo responsável pela China do Sul.

A parte estas indicações, sem dúvida muito importantes, a imprensa oficial permaneceu muda sobre o Presidente da República Liu Chao-chi e sobre o Secretário Geral do Partido, Teng Hsiao-ping. Para além do que fora dito na Decisão em 16 pontos, nenhuma alusão foi feita às suas actividades passadas, à dos grupos de trabalho e a uma eventual necessidade de fazer a sua crítica. Todavia, não se pouparam maldições à Pandilha Negra, analisando os seus malefícios e sugerindo frequentemente a necessidade de desmascarar responsáveis empenhados na via capitalista, sem nunca dizer quem eram nem onde estavam. As pessoas que nesta altura iriam ser criticadas pelas massas seriam pois assimiladas por estas a elementos da Pandilha Negra.

Quando do primeiro encontro de Mao com os Guardas Vermelhos naquela manhã de 18 de Agosto, seriam pronunciados dois discursos: um por Lin Piao, outro por Chu En-lai. Mao Tsé-Tung não tomará a palavra em qualquer destas reuniões.⁸ O Ministro da

* Ver mais atrás.

† Ver mais adiante.

* Há muitos anos que Mao Tsé-Tung não toma a palavra em público, nem pronuncia alocuções difundidas pela rádio.

Defesa exprimiu o seu apoio e o do Comité Central do Partido às acções dos Guardas Vermelhos. Mais uma vez declarou que era necessário desmascarar os responsáveis do Partido empenhados na via capitalista, os *Zu Zi Pai*, combater os «monárquicos» e mobilizar as grandes massas. Acrescentou que a Decisão em 16 pontos deveria ser rigorosamente seguida; no fim do discurso indicou ainda que a Revolução Cultural duraria certamente muito tempo e passaria por fases diversas e complicadas. O Primeiro Ministro Chu En-lai, que se ausentara para a Roménia e Albânia durante os «50 dias», pronunciou uma alocução mais breve retomando aproximadamente os mesmos temas.

A mobilização popular recebia encorajamentos constantes e iria progressivamente desenvolver-se.

A expansão da Revolução Cultural

Ao convidarem a população a emitir livremente opiniões sobre a actividade dos quadros dos ramos locais do Partido, os órgãos centrais da capital procuravam tirar a limpo os abusos burocráticos por um lado, e as actividades oposicionistas por outro. As organizações locais do Partido deveriam aceitar as críticas, fazer o balanço destas, corrigir os seus erros e, ao mesmo tempo, designar os responsáveis e, segundo a

Para isto há duas explicações, provavelmente complementares e, apesar disso, talvez insuficientes. Uma é que a sua posição de árbitro no Estado chinês lhe impõe uma certa reserva face aos conflitos de tendências imediatos, evitando assim interferir neles sem lhes deixar um certo campo de desenvolvimento. Esta reserva por parte de Mao Tsé-Tung é voluntária e autoriza assim as diversas facções a defrontarem-se, embora qualquer delas invoque as suas doutrinas. A outra explicação é também relativamente importante: a pronúncia muito marcada da sua província de origem que, num país em que a diversidade dos dialectos constitui um problema considerável, o torna pouco compreensível.

natureza dos erros destes, destituí-los ou convidá-los a rectificar o seu trabalho.

O movimento de massas deveria agir como um revelador mostrando quais os quadros a quem a população dava provas de confiança e quais os que ela rejeitava. Depois do que se passara durante o Movimento de Educação Socialista e durante o episódio dos Grupos de Trabalho, Mao Tsé-Tung não ignorava que a oposição presente nas fileiras do Partido se esforçaria por travar ou por limitar a liberdade de crítica vinda do exterior do Partido. Sabia também que as tendências burocráticas e rotineiras seguiriam no mesmo sentido. O movimento de massas poderia pôr a nu estes dois factores, e era precisamente isto que pretendia. Depois seria necessário tratar separadamente as manifestações de oposição política resoluta e o simples burocratismo.

É sempre difícil pôr em movimento uma população para a levar a actividades políticas. É preciso explicar-lhe o que se espera dela, suscitar as suas iniciativas, encontrar no seu seio militantes que a conduzam. Isto era bastante complicado na China devido ao peso do aparelho do Partido e à presença de opositores nas suas fileiras. Foi para contornar esta dificuldade e acelerar o processo desejado que a juventude universitária e dos liceus fora organizada e lançada nas trocas revolucionárias através do país. Confiou-se na sua espontaneidade e no seu espírito de contestação para arrastar os outros, e isso revelou-se um cálculo exacto.

Nas províncias de origem, os Guardas Vermelhos regressados de Pequim organizavam-se pouco a pouco. Desenvolviavam uma grande actividade, colavam cartazes, davam a conhecer o que se passara na capital e incitavam um número cada vez maior de pessoas a examinar, à luz da Declaração em 16 pontos, as atitudes de alguns quadros locais cujo comportamento lhes não parecia dos mais justos. Viam-se Guardas Vermelhos percorrendo as ruas das cidades e as estradas das províncias em camiões munidos de alti-falantes. Davam

assim a conhecer por toda a parte as críticas que dirigiam a alguns responsáveis. Durante estas deslocações distribuíam muitos panfletos e brochuras fotocopiadas em que explicavam pormenorizadamente os problemas políticos existentes tanto na sua província de origem como noutros locais onde haviam estado, sobretudo em Pequim.

Esforçavam-se por desenvolver os contactos com o conjunto da população do local em que exerciam as suas actividades, nomeadamente com os operários, que deveriam ter um papel principal. A exemplo dos Guardas Vermelhos, um número crescente de pessoas entrava no movimento de crítica a alguns responsáveis municipais e provinciais do Partido considerados como associados da Pandilha Negra de Peng Cheng e Lu Ting-yi. Este movimento de crítica, diariamente encorajado pela imprensa e pela rádio, aumentou a pouco e pouco e a população foi mobilizada. A exemplo da Guarda Vermelha, surgiram organizações de massa nas fábricas e nos escritórios.

A Revolução Cultural entra nas fábricas

Convidando os operários a imitar os Guardas Vermelhos e a lançarem-se na contestação dos quadros que os controlavam, as autoridades centrais corriam um risco: o de perturbar a produção. Não se podiam fechar as fábricas como se tinham fechado as escolas. As primeiras chegadas de Guardas Vermelhos às fábricas acarretaram desordens; vinham a qualquer hora, entravam pelas oficinas, lançavam proclamações e improvisavam reuniões por toda a parte.

Organizados os primeiros grupos operários, lançaram-se também em actividades de crítica e na redacção de cartazes manuscritos. Houve reuniões de discussão que perturbaram o plano de trabalho. Na propaganda do Partido, vemos então desenhar-se um tema que seguidamente viria muitas vezes a ser tratado: a liberdade de reunião e de associação das massas

não deveria perturbar o trabalho. Este tema foi concretizado por uma palavra de ordem extraída da Declaração em 16 pontos que previa já o problema: «Fazer a revolução e estimular a produção», tema que Chu En-lai abordará na 3.ª concentração dos Guardas Vermelhos a 15 de Setembro de 1966.*

A partir daqui, as autoridades dirigentes da Revolução Cultural iriam fazer recomendações aos Guardas Vermelhos e aos grupos operários para orientar as suas actividades e a sua organização.

A primeira recomendação foi a de se respeitarem nas fábricas as medidas tomadas quando do movimento dos «4 saneamentos», parte integrante do Movimento de Educação Socialista. Estas medidas visavam a conservação do material, a organização das equipas de produção e o funcionamento destas, e a manutenção das reservas.

A segunda iniciativa foi fazer a Revolução no seu local de trabalho. Daqui se deduzia que os Guardas Vermelhos e os operários deveriam estabelecer os seus contactos políticos fora das fábricas e das horas de trabalho.

A terceira recomendação, que resultava da precedente, aconselhava as pessoas a que não fossem para outras unidades de produção e a que se organizassem em função das subdivisões administrativas utilizadas para a repartição do trabalho. Por outras palavras, os operários de uma oficina, de uma fábrica, criticavam os quadros da sua oficina e não os da oficina do lado cujos problemas conheciam mal. No entanto, no que se referia à crítica dos quadros dos escalões superiores, ao nível de direcção, o direito de crítica pertencia ao conjunto do pessoal.

À medida que irão desenvolver-se, as organizações de massa terão esta estrutura. Destacamentos ao nível

* Cf. *Pékin Information*, n.º 39, 26 de Setembro de 1966.

das oficinas, regimentos ao nível de fábrica, quartel general ao nível da cidade ou da província. Esta estrutura será a mesma nos escritórios e nas universidades: destacamentos nas faculdades ou secções, regimentos para as universidades ou para o conjunto de um serviço. Este gosto dos chineses pelo vocabulário militar não é exclusivo dos estudantes, mas geral.

A medida que os Guardas Vermelhos faziam escola e que a imprensa central e a rádio nacional multiplicavam os apelos e os editoriais para desenvolver a mobilização das massas, estas organizações generalizavam-se. Os grupos cresceram, uniram-se e estruturaram-se.

Precisemos que embora os seus membros usassem braçadeiras vermelhas com o nome do respectivo «regimento», *não devem ser designados pelo termo de Guardas Vermelhos, que se aplica unicamente aos estudantes liceais e universitários*. Os trabalhadores e empregados agrupados nas organizações de massas designam-se por «rebeldes» ou por «revolucionários proletários». Neste aspecto o vocabulário chinês é bastante preciso, e a palavra *Guarda Vermelho não pode ser indiferentemente aplicada a qualquer pessoa empenhada na Revolução Cultural*.

Em breve abundavam todas estas organizações de luta ideológica, pois a liberdade de constituição destes grupos era completa e não estava submetida a qualquer penalidade. Foram raros os chineses que no seu escritório, oficina ou serviço, não aderiram a uma destas organizações. A imagem do que acontecia na Guarda Vermelha, os chefes eram eleitos e revogáveis em qualquer altura. O papel e a tinta para os cartazes era-lhes gratuitamente fornecido no local de trabalho. Tinham o direito de utilizar os veículos afectados ao serviço da sua empresa: motos, carros, camiões. As despesas de impressão de panfletos, de instalações dos alti-falantes e da organização de

reuniões eram cobertas pela empresa. Existia portanto a possibilidade orgânica e material de se proceder a um exame da política do Partido a todos os níveis e do comportamento de todos os quadros.

Operários - estudantes, um só combate!

A publicação da Declaração em 16 pontos e a condenação da orientação dos Grupos de Trabalho não pusera no entanto fim às actividades da oposição. É para impedir a fusão do movimento operário e do movimento estudantil que ela se vai tornar mais activa, principalmente em certas províncias onde, por razões diversas, a Revolução Cultural Proletária progredia mais lentamente.

Do ponto de vista de Mao, a acção dos estudantes não podia por si só ser decisiva. Estes poderiam ter um papel de catalisadores, pois tinham sido os primeiros a tomar consciência. Mas só a classe operária, mobilizada para aplicar a linha política de Mao, poderia alterar definitivamente a relação de forças e esmagar a oposição. Não subsistem dúvidas de que seja esta a concepção de Mao. No Ocidente, as asserções bastante fantasistas sobre o comunismo chinês tendem a fazer crer que o Presidente do Partido só acredita no papel político dos camponeses. Cito portanto aqui o que Mao, analisando alguns meses mais tarde, em Julho de 1967, a evolução da Revolução Cultural, declarou a propósito do período que agora analisamos.

«Os intelectuais revolucionários e os estudantes foram os primeiros a tomar consciência, o que corresponde às leis do desenvolvimento da Revolução (...). O progresso do movimento mostrou que os operários e os camponeses são sempre a força principal assim como os soldados, que afinal são operários e camponeses fardados (...). Só com um levantamento das grandes massas operárias e camponesas, tendo os inte-

lectuais e os estudantes revolucionários um papel já secundário, poderá ser radicalmente varrida a camarilha burguesa...». ¹⁰

O papel decisivo dos operários tornava portanto necessária a mobilização destes. Os Guardas Vermelhos esforçaram-se pois por estabelecer contactos nas fábricas, e vimos que isto levou à criação de organizações de massas operárias, análogas às dos Guardas Vermelhos. Estas organizações operárias e estudantis iriam constituir centros de direcção comuns à escala das grandes cidades e das províncias, centros esses que ulteriormente teriam um papel de peso.

Convém dizer que este processo foi relativamente longo e que os contactos entre operários e Guardas Vermelhos deixaram por vezes muito a desejar. Os adversários de Mao no Comité Central exerciam quase todas responsabilidades consideráveis nas províncias. À excepção dos que se tinham comprometido com a facção Peng Cheng - Lu Ting-yi, os outros, o maior número, aliás, mantinha-se nos seus postos. Nas províncias ou nas cidades que dirigiam, manobravam energicamente para preservar as fábricas da contestação estudantil. A propósito disto, não podemos deixar de evocar a semelhança deste fenómeno com alguns acontecimentos que tiveram lugar em França em Maio de 68, quando se viu a C.G.T. e o Partido «comunista» Francês unidos no esforço para manter uma barreira entre os grupos estudantis e os operários. ¹¹

A leitura dos cartazes afixados nas ruas de Pequim, as narrativas feitas pelos Guardas Vermelhos das

¹⁰ Ver Anexo 4, volume II.

¹¹ Esta semelhança entre os acontecimentos de Maio de 1968 em França e os do Outono de 1966 na China é tanto mais notável quanto era inteiramente involuntária, pois nem entre os estudantes nem entre os sindicalistas franceses se agiu deliberadamente à imagem do exemplo chinês. A Revolução Cultural era então praticamente desconhecida em França.

aventuras vividas durante este período mostram que em muitos locais, os responsáveis do Partido lhes multiplicaram os obstáculos.

Para alguns responsáveis provinciais, foi fácil tirar vantagens das dificuldades que os intelectuais encontraram nas relações com os trabalhadores. Diferenças de hábitos e de mentalidade; uma propensão mais viva para as abstrações teóricas por um lado, sentido prático e susceptibilidade por outro, confrontavam-se por vezes e não sem problemas. Além disso, os Guardas Vermelhos eram por vezes desastrados. O ressentimento por parte dos trabalhadores que daqui provinha era atizado de uma maneira oculta e transformado em hostilidade. Havia por vezes fricções, porque durante as viagens dos Guardas Vermelhos, quando estes passavam em localidades que lhes eram estranhas, em vez de procederem a trocas de informação com os habitantes, tomavam parte nos movimentos de crítica em curso. Como conheciam mal os problemas locais, cometiam erros. Alguns burocratas chegaram por isso a incitar os operários e camponeses a atacarem, e por vezes fisicamente, os Guardas Vermelhos. Evocando as realizações locais do Partido a partir da Libertação, a melhoria do nível de vida, a construção de casas, de fábricas, estes responsáveis interpretavam qualquer ataque contra si próprios como tentativas para pôr em causa este estado de coisas. Retomando a manobra dos Grupos de Trabalho, apresentavam os Guardas Vermelhos como elementos contra-revolucionários.

Enganando assim uma parte das massas, iriam opô-la à outra, que a exemplo dos Guardas Vermelhos tomava parte no movimento de crítica. Vendo-se cada vez mais impotente para impedir a mobilização popular, a oposição esforçar-se-ia cada vez mais para cindir e para lhe limitar os efeitos.

A 15 de Setembro, Lin Piao, da tribuna de Tien An Men, evocava estes acontecimentos e fazia um aviso: «Neste momento», dizia ele, «há pessoas que

agem contra a Decisão em 16 pontos. Explorando os sentimentos de classe que as massas votam ao Partido e ao Presidente Mao, suscitam o antagonismo entre elas e os estudantes revolucionários e incitam-nas a lutar contra os últimos. Não podemos cair na ratoeira que essas pessoas nos armam».¹²

A partir daqui, os órgãos centrais do Partido multiplicariam os apelos e avisos. Os *Zu Zi Pai* são uma minoria, mas podem mistificar as pessoas de boa fé. Portanto, é preciso muita vigilância e reflexão. O facto de haver divergências de perspectivas não é anormal, pelo contrário; o essencial é resolver correctamente os problemas que daí advêm. É sobretudo necessário não bater, mas debater, pois como Mao Tsé-Tung escreveu, as contradições no seio do povo não devem ser resolvidas da mesma maneira que as contradições com o inimigo.

A Decisão em 16 pontos, lembrava a imprensa, indicava: «Num debate normal travado a fundo, as massas populares saberão afirmar o que é justo e corrigir o que está errado; gradualmente conseguirão chegar à unanimidade». Tais afirmações podem parecer muito optimistas; no entanto, é incontestável que elas inspiraram o desenrolar da Revolução Cultural, pelo menos durante os dois primeiros anos. Decorrem da convicção de Mao Tsé-Tung de que é preciso ter confiança nas massas populares. Para ele, a confrontação de opiniões diversas é inevitável, necessária e benéfica. Quanto às desordens que daí podem resultar, aceita o risco uma vez que, segundo a sua própria expressão, a Revolução não é um «jantar de gala». O Presidente do Partido parece ter estado convencido desde o início de que a direcção global da Revolução Cultural pelo G.E.R.C., pela acção dos quadros Revolucionários do Partido e pelo dinamismo da juventude

¹² Cf. *Pékin Information*, n.º 39, 26 de Setembro de 1966.

permitiria manter a orientação geral da luta. As vicissitudes, as contradições, os debates e até mesmo as escaramuças fazem parte do curso normal de uma Revolução e não devem ser motivo de inquietação. Não obstante, a imprensa do Partido, retomando a Declaração em 16 pontos, continuou a afirmar que as massas deveriam assegurar o triunfo das ideias justas, opondo-se às violências. Os grupos opostos não deveriam insultar-se reciprocamente com o epíteto infamante de «monárquico» nem lançar-se na pancadaria; deveriam pelo contrário, como indicava a Declaração, tentar convencer-se mutuamente.

A questão das desordens

Neste estádio, convém dizer algo sobre as desordens que ocorreram durante a Revolução Cultural. Julgo que é necessário considerar as desordens como secundárias. No período que acabámos de examinar, por exemplo, tiveram lugar perturbações notáveis mas estas não constituíam o aspecto principal da situação sendo este a movimentação das massas e a extensão da contestação a toda a China sob a influência dos Guardas Vermelhos e, em particular, devido à entrada destes nas fábricas; estes objectivos foram atingidos.

Dir-se-ia que na China as pessoas encaram as desordens e as perturbações de uma maneira diferente da que prevalece nos países capitalistas. Nos nossos países, as desordens, sejam elas de que espécie forem surgem como intoleráveis aos olhos de muitos, alarmam grande parte da opinião pública, e os detentores da autoridade acham-se logo na obrigação de fazerem declarações muito severas sobre a necessidade de que a ordem seja mantida. Na China, o regime que conduz os destinos do país parece considerar que uma certa dose de distúrbios e de violência é em certas circunstâncias normal. Há cerca de doze anos, Mao Tsé-Tung escreveu: «Num grande país como o nosso, não devemos preocupar-nos com os distúrbios provocados por um

pequeno número de pessoas». Durante a Revolução Cultural, Mao Tsé-Tung foi diversas vezes mais longe e afirmou em declarações que não foram difundidas pelo canal oficial: «Quanto mais perturbações, melhor».¹⁸

É evidente que a imensidão da China tende a atenuar o alcance e as consequências das perturbações: estas são quase sempre localizadas; são praticamente impensáveis perturbações generalizadas. Por exemplo, na declaração de Julho de 1967 de que já citei uma passagem, Mao Tsé-Tung afirmava: «Durante as prodigiosas transformações ocorridas durante o ano passado houve por vezes desordens. As desordens que ocorrem nos diversos locais não estão ligadas. Aliás a luta, mesmo violenta, é boa; é assim que as contra-dições surgem claramente e se torna fácil resolvê-las».

Estas concepções esclarecem de uma maneira nova as perturbações ocorridas na China durante a Revolução Cultural. Muitas vezes foram comentadas no estrangeiro como sintoma de dificuldades que Mao Tsé-Tung encontraria na aplicação da sua política, o que em certa medida é exacto. Com efeito, é evidente que estas perturbações tinham fundamentalmente origem na oposição à linha oficial. Mas muitas vezes se omitiu que eram quase desejadas e que o seu desenvolvimento era tolerado. O júbilo não disfarçado com o qual os adversários da China comentaram os acontecimentos naquele país, e penso aqui sobretudo nos dirigentes soviéticos, só se explicam pela incompreensão deste aspecto das coisas.

Uma Revolução não se concebe sem uma mobilização maciça da população. A Revolução Cultural Proletária não foge a esta regra. Nenhuma mobilização das massas é possível se sobre estas se exercerem pressões estatais rígidas. Para que a Revolução Cul-

¹⁸ Ver Anexo 4, volume II.

tural fosse possível, o Estado chinês deveria restringir por iniciativa própria o seu controlo da vida social. Sem prejudicar o regime da Ditadura do proletariado, era necessário permitir certas formas de democracia de massas. Assim, e segundo este princípio de atenuação do centralismo, a polícia, o exército e o governo que as dirigem limitaram as suas intervenções durante a Revolução Cultural, deixando que as massas resolvessem por si os problemas existentes e as divergências susceptíveis de surgir durante o movimento. Nestas circunstâncias, as perturbações eram praticamente inevitáveis. A Declaração em 16 pontos previra-o e dizia expressamente: «Dar a primazia à audácia e não ter medo das perturbações». Se se pretendia que a população, e sobretudo os jovens que nunca tinham vivido a Revolução, se educassem passando pela prova de uma luta, as perturbações eram até necessárias.

Também neste aspecto a Declaração em 16 pontos traçara uma orientação nestes termos: «Devido à resistência ser bastante forte, a luta conhecerá fluxos e refluxos e até refluxos repetidos. Estes fluxos e refluxos não têm porém nada de prejudiciais. Permitirão ao proletariado e às outras camadas laboriosas, sobretudo à geração jovem, tirar daí lições e experiências que os ajudarão a compreender que a via revolucionária é tortuosa e não sem obstáculos.

Novos travões. Novas lutas

Durante o período que vai do princípio de Agosto a Outubro de 1966, assiste-se a uma extensão do movimento da Revolução Cultural a toda a China, sem que no entanto o conteúdo deste movimento seja aprofundado.

Parecia estranho que o episódio dos grupos de trabalho, com os problemas escaldantes que levantara, tivesse caído no esquecimento ou quase. À parte a condenação das actividades deste movimento pela Declaração em 16 pontos e o recuo na hierarquia de

Lin e de Teng, poucos indícios havia de que o problema tivesse sido debatido. No entanto não havia dúvidas de que ele fora abordado durante a 11.ª Sessão Plenária. Dir-se-ia porém que a questão não tivera uma conclusão definitiva. Nenhuma crítica fora oficialmente dirigida ao Presidente da República e ao Secretário Geral do Partido. Os grupos de trabalho tinham sido dissolvidos e já não se falava deles. O caso poderia dar-se como resolvido.

Mao Tsé-Tung e os seus partidários pareciam não querer alargar o campo da Revolução Cultural Proletária. Seria a oposição ainda demasiado forte para os impedir de irem mais adiante? Não se sabe. É mais provável que os maoístas agissem segundo uma tática progressiva e preferissem esperar, enquanto forjavam novas armas. Durante o Verão, Mao e os seus partidários esforçaram-se, aliás com sucesso, em acelerar a mobilização das massas. Utilizando a Guarda Vermelha como detonador, espalharam por todo o país o gosto pela contestação e favoreceram a criação de organismos de massas, montando assim o dispositivo que lhes permitiria passar para a fase seguinte. Entretanto, os objectivos continuavam a ser vagos: lutar contra os velhos hábitos, desmascarar novos elementos da Pandilha Negra; tratavam-se portanto de objectivos a curto prazo. Retrospectivamente, o Verão dos Guardas Vermelhos surgia, apesar da enorme publicidade que teve no estrangeiro, como um episódio digno de ser considerado mas, no fundo, bastante vago. Tem-se a impressão de se assistir aos preparativos de uma batalha e não à batalha propriamente dita. Mao Tsé-Tung mobiliza as suas tropas, é a vigília de armas do combate que começará no Outono.

No seio do Comité Central, esta situação correspondia a uma espécie de equilíbrio temporário e instável. Os maoístas tinham posto fim às actividades dos grupos de trabalho e, com a criação da Guarda Vermelha, tinham estimulado o movimento de massas. Mas os estragos tinham sido limitados e a oposição

não tinha sofrido golpes violentos. Nomeadamente, Liu e Teng mantinham-se de pé, embora numa posição menos importante.

Em princípio todos estavam de acordo em atacar a Pandilha Negra, agora inofensiva; mas as duas tendências preparavam-se para novos afrontamentos. Como vimos, a oposição não estava inactiva: «É um erro pensar que o conteúdo de uma resolução será automaticamente aplicado por todos os Comitês do Partido!» Estas palavras são atribuídas a Mao Tsé-Tung, que as teria proferido durante a 11.ª Sessão Plenária, evocando a Declaração em 16 pontos.

De facto, nos sectores em que a mobilização das massas fora entravada e os revolucionários atacados durante os Cinquenta Dias, a situação não estava radicalmente modificada. A Declaração de 8 de Agosto era aplicada com reticências.

Tao Chu, o homem do dia

Quando se acabou com os grupos de trabalho viu-se chegarem a Pequim os chamados «agentes de ligação». Estas personagens pouco numerosas estavam, pelo menos teoricamente, encarregadas de assegurar a coordenação das actividades políticas que entravam no quadro da Revolução Cultural nas diferentes escolas, faculdades e fábricas. Estavam em contacto com os órgãos dirigentes do movimento, entre outros o G.E.R.C., e principalmente com o homem que, nessa época, era a estrela ascendente nesses órgãos: Tao Chu.

Tao Chu era um quadro experiente do P.C.C. que possuía já um certo passado militante: membro do Comité Permanente do Gabinete político, foi durante muito tempo um responsável influente no Kuangtung e em Wuhan, onde contava muitos amigos na hierarquia local do Partido. Alto, com cerca de 60 anos, mas como muitos asiáticos parecendo mais novo, tem o rosto bastante vincado e o cabelo grisalho. Após a 11.ª Sessão Plenária, sofreu uma ascensão vertiginosa na hierar-

quia dirigente; de um escalão médio passou ao 4.º, a seguir a Chu En-Lai e antes de Liu e Teng.¹⁴

Tao Chu foi considerado pelos observadores estrangeiros como um elemento maoísta de choque, promovido a altos cargos graças àquilo que se julgou ser a confiança que inspirava ao Presidente do Partido. A sua destituição surgiu portanto como incompreensível.

As aparências na China, nunca é demais lembrá-lo, são de facto bastante enganadoras e, do exterior, é frequente não ir além delas.

Conselheiro do Grupo Encarregado da Revolução Cultural, era o seu membro mais influente. Todos os outros responsáveis que constituíam este grupo lhe eram inferiores na hierarquia dirigente; era portanto praticamente o personagem n.º 1 deste organismo, antes do seu chefe nominal Tchen Po-ta. Seria ele a fazer aplicar a linha traçada durante a 11.ª Sessão Plenária: prosseguimento da Revolução Cultural centrada contra a facção Peng Cheng - Lu Ting-yi, poupando Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping. Tao Chu fizera-se intérprete desta política na 11.ª Sessão Plenária. Mao Tsé-Tung sabia que esta iniciativa era apenas uma forma de proteger os seus adversários e um novo obstáculo a contornar; fá-lo-ia com uma subtileza táctica consumada. Impavidamente, deixou que se desenvolvesse a orientação que Tao Chu fora encarregado de pôr em prática. O carácter anti-revolucionário da sua política revelar-se-ia assim aos olhos de todos. Prosseguiu portanto o movimento contra a Pandilha Negra, orientado por Tao Chu, que fez numerosas declarações neste sentido perante representantes dos Guardas Vermelhos da capital. Foi sua a ideia de enviar para as universidades agentes de ligação, agentes esses que escolheu entre os seus homens de confiança. Dentre eles, o

¹⁴ Ver mais atrás.

principal foi Wang Jen-tchong, membro do Comité Central, importante dirigente do Partido em Wuhan, que coordenou a actividade dos agentes de ligação e tomou sob a sua alçada a célebre universidade Tsinghua. Os agentes de ligação contribuíram muito eficazmente para que a crítica se cingisse à facção Peng Cheng - Lu Ting-yi. Isto conduziu-os a reprimirem de uma forma directa ou indirecta qualquer tentativa para reexaminar o período dos Cinquenta Dias. Na Universidade Tsinghua, onde tal tentativa era arriscada, devido aos rancores e à exasperação de alguns estudantes relativamente ao grupo de trabalho que ali exercera as suas actividades, Wang Jen-tchong recorreu a manobras tortuosas para evitar que Liu Chao-chi e Wang Kuang-mei, sua mulher, fossem criticados de uma maneira radical. Como as vítimas do grupo de trabalho não estiveram pelos ajustes, a pressão exercida sobre eles tornou-se ainda maior. Noutros sectores, em que as pessoas injustamente atacadas pelos grupos de trabalho pediram a reabilitação, os agentes de ligação negaram-lha, para evitarem abrir o *dossier* dos Cinquenta Dias.

Daqui nasceu a famosa questão dos «documentos negros». Todo o chinês que tenha cometido erros políticos graves ou actos contra-revolucionários, tem o seu *dossier* ideológico conservado nos arquivos do Comité do Partido do seu local de trabalho. As pessoas atacadas pelos grupos de trabalho pediam que os seus *dossiers* fossem destruídos, e com eles as opiniões formuladas pelos membros dos ditos grupos. Estas apreciações, bastante graves, taxavam-nas frequentemente de contra-revolucionárias. As pessoas visadas pediam que os «documentos negros» fossem queimados, pois achavam que o facto de os conservar equivalia a conservar meios de pressão burocráticos e policiais contra os revolucionários. As suas exigências não foram satisfeitas, pois Tao Chu procurava não fazer nada que pudesse comprometer Liu Chao-chi. O *dossier* do grupo de trabalho permaneceu pois hermeticamente

fechado e os «documentos negros» continuaram a figurar nos ficheiros. As tensões surgidas durante o episódio dos Cinquenta Dias prolongaram-se portanto. Os elementos mais contestatários, cuja actividade fora travada e combatida pelos grupos de trabalho, acabaram progressivamente por constituir uma oposição aos agentes de ligação de Tao Chu. Como em Julho, isto valeu-lhes o serem tratados como elementos anti-Partido e anti-socialistas.

Um dos aspectos da política de Tao Chu posta em prática pelos seus agentes de ligação foi o impulso dado à formação de Comitês de Revolução Cultural. O ponto 9 da Declaração em 16 pontos de 8 de Agosto previa a criação destes Comitês nas escolas, na administração local e central e nas fábricas. Teoricamente, a sua formação deveria ser feita por eleição depois de amplos debates e consultas; deveriam funcionar segundo os princípios da Comuna de Paris, comportando a revocabilidade permanente dos eleitos.

Nas circunstâncias do momento, a pressão da oposição agora incarnada por Tao Chu, que assim prolongava a aplicação da política dos grupos de trabalho sem grupos de trabalho, exercia-se tanto por intermédio dos agentes de ligação, como através dos sectores do aparelho do Partido que ainda tinham nas mãos, para influenciar a formação destes comitês.

Nos sectores-chave, nomeadamente nas universidades de Pequim onde a contestação fora bastante forte e os elementos opostos aos grupos de trabalho bastante numerosos, a intervenção das massas, necessária segundo os 16 pontos para esta designação dos Comitês, foi ainda travada. Por manobras directas e indirectas, os agentes de ligação e os Comitês do Partido influenciados pelos opositores de Mao, ou até directamente por Tao Chu, que várias vezes se deslocou a estabelecimentos de ensino superior, chegaram a afastar da direcção destes Comitês os elementos de vanguarda que em Junho e Julho se tinham feito notar pela sua resistência à linha de Liu

Chao-chi. De um modo geral, estes Comitês eram constituídos por elementos conciliadores ou até francamente conservadores, que orientaram o movimento exclusivamente contra a Pandilha Negra de Peng Cheng-Lu Ting-yi e que com falinhas mansas se opuseram terminantemente à reabilitação das vítimas da repressão durante os Cinquenta Dias.

Diversas publicações dos Guardas Vermelhos acusaram mais tarde Tao Chu e os seus agentes de ligação de terem tentado impedir o desenvolvimento das trocas revolucionárias (*chuan lien*), isto é, as deslocações dos estudantes de Pequim à província. Sobre este ponto faltam-me elementos de apreciação. No entanto, a oposição não conseguiu neste campo grande eficácia.

3. DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1966.
UMA SITUAÇÃO IRREVERSIVEL.

I. O EDITORIAL N.º 13 DO «BANDEIRA VERMELHA»

É dado o passo decisivo

Ao lerem o editorial do *Bandeira Vermelha* de 3 de Outubro de 1966, muitos chineses terão constatado que a Revolução Cultural Proletária seguiria novos rumos. O Verão correspondera a um período de indefinição. Houvera aquele estranho episódio de Junho e Julho em que bruscamente os grupos de trabalho tinham entrado em funcionamento, sendo depois dissolvidos de uma maneira não menos brusca, não sem deixarem atrás de si tristes recordações; depois falara-se de outra coisa, como seja a Pandilha Negra e os seus erros, a luta contra a tradição, a burguesia. A seguir verificara-se o grande movimento dos Guardas Vermelhos, mantendo sistematicamente um clima de grande agitação. Dos grupos de trabalho já nem se falava, e no entanto a presença destes nas universidades levantara muitos problemas, a avaliar pelas polémicas e pelas escaramuças que tinham suscitado e que, segundo alguns boatos, ainda continuavam. Como explicar que Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping tivessem deixado de ser citados e fotografados ao lado do Presidente Mao? Havia quem dissesse que eles tinham cometido erros graves na época dos grupos de trabalho. Estariam as duas coisas ligadas?

O número 13 do *Bandeira Vermelha* publicado no dia seguinte ao da Festa nacional, nesse ano assinalada por um imenso desfile que durara 7 horas, com mais de dois milhões de guardas vermelhos e de «rebeldes», e não por cortejos de carros de flores ou por exhibições artísticas, como habitualmente, começava a dissipar a indecisão e as interrogações.

Nas fábricas, nas escolas, nos escritórios, por toda a parte, foram organizadas leituras colectivas deste editorial. Era assim confirmado oficialmente que em alguns sectores a repressão continuava a exercer-se sobre os revolucionários; que os que haviam sido acusados falsamente continuavam sem obter a sua reabilitação, que pessoas mal intencionadas continuavam a incitar grupos de estudantes a resolverem as suas divergências pelo uso da força física.

Os leitores e auditores do editorial notaram o aparecimento de termos novos. Falava-se por exemplo de uma *luta entre duas linhas no seio do Partido*. Era claramente afirmado que desde o início da Revolução Cultural até então, se manifestara na direcção do Partido uma verdadeira corrente reacçãoária oposta à linha de Mao Tsé-Tung. Os chineses, já com a experiência das batalhas políticas cujo desenrolar tinham podido seguir desde a libertação, lembraram-se do caso Kao Kang em 1952 e da campanha contra os direitistas em 1957. Perceberam que iriam assistir a lutas semelhantes. Com certeza que nem todos pensaram que as que se anunciavam ultrapassariam em muito tudo o que até então tinham visto.

Além disso, quando ao lerem o editorial descobriram estas linhas, «Se os que cometeram erros persistirem nesta atitude e os agravarem, estas contradições podem tornar-se antagónicas», muitos adivinharam que este aviso se dirigia a pessoas com altas funções, até aí poupadas pelos ataques, mas sujeitas a futuros aborrecimentos.

Os Pequineses receberam uma confirmação disto alguns dias depois, descobrindo em vários pontos da

cidade cartazes que reproduziam um texto que o Presidente Mao redigira quando da 11.ª Sessão Plenária, dois meses atrás. O texto dizia que durante os Cinquenta Dias, tempo durante o qual os grupos de trabalho tinham exercido as suas actividades, alguns «dirigentes» tinham adoptado uma posição reaccionária e tinham-se esforçado por esmagar a Revolução Cultural Proletária: «Inverteram o verdadeiro e o falso, trocaram o branco pelo preto, atacaram os revolucionários e estabeleceram o reino do terror branco», lia-se nesses cartazes.¹ Tais acusações eram muito graves e anunciavam sem dúvida acontecimentos importantes.

Peng Cheng, Lu Ting-yi e os seus colaboradores, estavam desde Maio privados das suas responsabilidades e já sem possibilidades de assumirem um papel político. Quem eram então os dirigentes a quem Mao Tsé-Tung aludia? A resposta não era difícil: tratava-se de Liu Chao-chi e de Teng Hsiao-ping.

Nos dias seguintes ouviu-se dizer em Pequim que estavam afixados em Beida e na universidade Tsinghua alguns cartazes atacando *explicitamente* Liu e Teng. Outros cartazes que criticavam violentamente Li Sue-feng, o novo responsável pelo Município de Pequim, cujo papel na actuação dos grupos de trabalho assinalámos, surgiram simultaneamente nas ruas do centro da capital.

A partir daqui, o ritmo dos acontecimentos foi acelerado. No fim do mês de Outubro, novos cartazes colocados no centro da cidade indicavam que, a 23, Liu Chao-chi fizera a sua autocritica perante o Comité Central; eram citados trechos das suas declarações. Os cartazes indicavam igualmente que esta autocritica era insuficiente e não resolvia os problemas existentes.

¹ Cf. *Peking Information*, n.º 33, Agosto de 1967. O texto intitula-se «Fogo sobre o quartel general — o meu dasibao».

Por ocasião do 6.º encontro de Mao Tsé-Tung com os Guardas Vermelhos na praça Tien An Men, a 3 de Novembro, Lin Piao, num novo discurso, evocava por sua vez de uma maneira explícita a luta entre as duas linhas no seio do Partido. Gradualmente, o carácter do conflito e o conteúdo da Revolução Cultural ia-se desvendando.

Existia uma luta de tendências ao nível mais elevado e a eliminação da facção de Peng Cheng não lhe pusera fim, longe disso. Esta reflectia uma segunda, mais vasta, que opunha a Mao Tsé-Tung um grupo de dirigentes com funções ainda mais importantes e cuja posição parecia muito mais sólida.

Alguns esclarecimentos sobre os hábitos políticos na China e o tratamento dos opositores

Para se poder compreender como é que a situação política evoluiu deste modo são necessários certos esclarecimentos. Principalmente convém descrever algumas das práticas políticas correntes na China Popular que mais desconcertam os estrangeiros.

Depois do episódio dos Grupos de Trabalho e da realização da 11.ª Sessão Plenária, Mao Tsé-Tung conseguiu uma vitória sobre os adversários fazendo com que a orientação dos grupos de trabalho fosse condenada e os responsáveis por esta orientação descessem na hierarquia. No entanto, um adversário ou opositor raramente é considerado de imediato como um inimigo cuja sorte é decidida pela expulsão do Partido Comunista, como aconteceu e acontece na U.R.S.S., por exemplo. Na China, estas pessoas também não correm o risco de liquidação física.

Geralmente, o opositor é colocado na situação seguinte: não é definitivamente catalogado; a imprensa ou os órgãos oficiais do Partido evitam fazer juízos definitivos sobre ele e não se lhe referem nominalmente. Todavia, pode ser objecto de críticas durante reuniões internas do organismo a que pertence. No caso

de Liu Chao-chi, estas críticas devem ter-se processado durante reuniões alargadas do Secretariado do Partido ou do Gabinete Político. Além disso, podem surgir críticas nominais visando o opositor em questão, embora não se revistam de um carácter oficial: é este o caso dos cartazes afixados nas ruas por estudantes ou operários.

Durante a Revolução Cultural, o grande número de cartazes criticando dirigentes do Partido eram, em princípio, da responsabilidade exclusiva dos seus autores; veremos que, aliás, os órgãos centrais do Partido nem sempre estiveram de acordo com os ataques pessoais que eles continham.

No final de um período mais ou menos longo, são reunidos elementos suficientes para se decidir da sorte de um opositor. Se por exemplo se considera que este mudou de posição, pode retomar as suas actividades e «esquece-se» tudo o que podem ter dito dele os cartazes afixados nas ruas. Se, pelo contrário, se considera que persiste nos seus erros, pode ser privado das suas responsabilidades ou até mesmo excluído do Partido; é então que o nome do opositor aparece oficialmente na imprensa, em que é designado como um adversário do Partido.

Este sistema presta-se a um tratamento cada vez mais severo do opositor e a uma espécie de escalada de que o caso de Liu Chao-chi é um exemplo. Na 11.ª Sessão Plenária falara-se em erros dos grupos de trabalho e de contra-ataques visando revolucionários, sem se fazer alusão a Liu. Entretanto, este recuou na hierarquia, primeiro sinal de que a sua posição se tornara mais difícil. Em Outubro, sem que Liu Chao-chi fosse referido, citou-se o texto de Mao Tsé-Tung que aludia à sua linha reaccionária burguesa. Por outro lado, a imprensa oficial, sem aludir a Liu Chao-chi, procedeu através de subentendidos, evocando uma linha reaccionária burguesa e contradições não antagónicas, mas que poderiam vir a sê-lo.

Nova escalada: autorizou-se e encorajou-se os estudantes a afixar cartazes que, esses sim, criticavam explicitamente o presidente da República. Por mais complicado que isto possa parecer a alguns ocidentais, as diferentes etapas desta progressão são perfeitamente seguidas pelo público chinês, que está habituado a estas práticas e lhes dá o significado adequado.

Este sistema, se é tortuoso, não é absurdo. Permite, durante muito tempo, uma saída aberta ao opositor. Este tem assim a possibilidade de renunciar às suas opiniões e rectificar os erros. Se o fizer, ele próprio contribuiu para aniquilar a fonte de oposição, e será por vezes mantido em funções.

A crítica tem por complemento a autocritica, à qual, como já dissemos, Liu Chao-chi se submetera em Outubro de 1966. Nas sociedades ocidentais, hiper-individualistas, a autocritica é considerada com descrédito. Interessa aqui explicar em que consiste e quais os seus objectivos, esclarecendo que na China, onde o individualismo é mal visto, entrou perfeitamente nos hábitos das pessoas e, ao que parece, ninguém a contesta.

A autocritica é o balanço feito por um indivíduo das acusações que outras pessoas lhe dirigem, normalmente os seus companheiros de trabalho. É preciso um tempo bastante longo para que um indivíduo receba estas críticas, as anote, estude, aceite e adopte. As sessões de crítica e de autocritica são portanto frequentes.

De uma maneira geral, a autocritica tem por finalidade levar o indivíduo a alinhar o seu comportamento pelo dos outros e a reduzir assim as manifestações de individualismo. Isto pode por exemplo acontecer quando alguém negligencia a sua família ou o seu trabalho.

Quando se trata de um opositor político, a autocritica tem um objectivo mais subtil, pois permite reduzir eficazmente uma corrente de ideias. Quanto mais autocriticas houver, mais diminui a envergadura

e a influência da oposição, pois os que permaneceriam fiéis a uma determinada corrente de ideias têm menos possibilidades de o conseguir se os seus principais representantes a renegarem. Mas, em ambos os casos, a autocritica repousa, no fundo, no mesmo princípio.

A autocritica não constitui uma punição. Baseia-se na fórmula de Mao: «É necessário curar a doença para salvar o homem». Não se trata de repressão mas de reeducação revolucionária. É necessário atingir o espírito da pessoa criticada e permitir-lhe que encontre a raiz ideológica dos seus erros, que é sempre o individualismo. Vai portanto alterar a ordem de valores dessa pessoa e, por uma espécie de vitória sobre si mesma, levá-la a reencontrar o caminho da Revolução.

Para ser válida, uma tal autocritica não deve ser formal e, principalmente, não pode ser arrancada por constrangimento físico. Durante a Revolução Cultural, Mao declarou: «A política a seguir quanto aos contra-revolucionários e àqueles que cometeram erros deve reter toda a nossa atenção. O alvo de ataque deve ser restringido. Devemos ajudar e educar. É necessário dar uma maior importância às provas válidas, aos inquéritos e ao estudo. É absolutamente proibido arrancar confissões e fazer uso delas. Aqueles que cometeram erros devem receber a nossa ajuda e ser reeducados».

Isto torna normalmente inúteis as prisões e, mais ainda, as execuções de oponentes, com o seu cortejo de rancores e de ódios inexpiables. É de lamentar que nas Democracias Populares e na U.R.S.S. não se tenham sabido evitar estes erros, que tanto pesam hoje sobre o movimento comunista europeu.

Para não serem formais, as autocriticas devem atingir verdadeiramente a raiz do conflito, permitindo assim a possibilidade de reconciliação. Se é raro que na China um opositor se recuse à autocritica, nem todas as autocriticas são aceites. As de Liu Chao-chi, no decurso da Revolução Cultural, não o foram. Isto leva-nos a estudar o desenvolvimento histórico dos acontecimentos.

A grande viragem

O Outono coincide com um período de maior complexidade e de perturbações no decurso da Revolução Cultural Proletária. A nova ofensiva desencadeada contra a linha reaccionária burguesa acarretava determinado número de consequências, uma das quais bastante importante, a resistência que iria levantar. A oposição iria de facto reunir forças para se defender e contra-atacar.

Já evocámos a situação desta oposição invisível e indefinida, que não ousava dizer o seu nome. A eliminação de Peng Cheng fizera com que alguns dos seus componentes se mostrassem, mas tal não bastava. A actividade dos grupos de trabalho, em Junho e Julho, criara-lhe um primeiro e precioso baluarte antes que a 11.ª Sessão Plenária a condenasse. Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping tinham sido criticados mas nenhuma sanção fora aplicada, nenhuma depuração lançada. Os objectivos do movimento permaneciam limitados. Oficialmente, só era visada a facção «negra» de Peng Cheng. Mas nada garantia que as coisas ficassem por aí; o *dossier* Liu-Teng poderia ser aberto em qualquer altura e esta ameaça pairava, como uma espada de Damocles.

Na reunião de Agosto, alguns tinham mesmo exprimido o desejo de que se atacasse o problema a fundo. No entanto, esta decisão não fora tomada e adoptara-se uma linha de compromisso.

Tao Chu queria por seu lado que as coisas se limitassem à denúncia de Peng Cheng. A presença daquele à testa do G.E.R.C. garantia a aplicação da linha de compromisso. Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping, dizia, são «velhos revolucionários que se deparam com problemas novos». É necessário, nos seus casos, enfrentar um «problema de consciência». Ainda não compreenderam as novas condições de luta; não estavam preparados para ela. Tao Chu minimizava o caso, e

durante todo o Verão, pensou-se que seria esta a atitude vencedora.

Mas as coisas começaram a correr mal para a oposição. Os Guardas Vermelhos tinham lançado por toda a parte o hábito de escrever cartazes, de denunciar o burocratismo e de criticar os quadros. Agora, estas práticas já não eram apanágio das escolas e das universidades; tinham-se difundido, nomeadamente nas fábricas. Perante esta agitação e contestação insólitas, os opositores sentiam-se numa posição cada vez mais falsa. Não seriam estas o prólogo de uma ofensiva maior por parte de Mao Tsé-Tung e dos seus aliados?

Não se ouvia já dizer que na Universidade Tsinghua, alguns excitados, sempre os mesmos, não contentes com os ataques aos agentes de ligação e aos novos Comitês da Revolução Cultural, tinham chegado ao cúmulo de atacar nominalmente Liu Chao-chi e a sua esposa e de os designar como adversários da Revolução?

Quando a 3 de Outubro o editorial n.º 13 do *Bandeira Vermelha* denunciou a linha reaccionária burguesa, apelou para que se reexaminasse toda a acção dos grupos de trabalho, revelou as pressões que se exerciam sobre as massas, os entraves postos à mobilização destas e a recusa persistente em reabilitar os revolucionários, os opositores ficaram preocupados. Tudo se agravava; a partir de então, os ataques já não eram dirigidos apenas à facção de Peng Cheng mas a Liu Chao-chi e a Teng Hsiao-ping. Esta inquietação dos opositores cresceu quando estes souberam que os estudantes tinham passado a afixar em plena cidade cartazes hostis ao Presidente da República e ao Secretário Geral do Partido e que o G.E.R.C., até então na linha de Tao Chu, lhes permitia estas acções. Aproximava-se a hora decisiva. Vendo que a fórmula de compromisso assumida por Tao Chu fora rejeitada, a oposição iria lutar com toda a sua energia.

As armas da oposição

Esta oposição incluía uma parte dos membros do Comité Central e diversos responsáveis locais sobre quem aqueles tinham influência. O hábito, nessa altura já divulgado, de contestar as decisões dos superiores, privava-os em certa medida da arma que as suas altas responsabilidades constituíam e que lhes permitira manobrar sectores importantes do aparelho do Partido. Impedir a mobilização através de directivas, por mais hábeis que fossem, tornava-se difícil; mas por outro lado, havia muita confusão e profundas divergências de opiniões quanto a problemas concretos entre as massas que se agitavam e organizavam. Como todos se afirmavam defensores de Mao Tsé-Tung e da Revolução Cultural, seria impossível intrigar eficazmente.

As discordâncias entre a população eram múltiplas. Vimos que a Revolução Cultural não se desenvolveu com o mesmo ritmo em toda a China. Depois do Verão dos Guardas Vermelhos, o movimento alastrou por todo o país mas nos locais de trabalho, onde agora os debates e as discussões se desenvolviam, começavam a surgir divergências profundas entre o pessoal.

Em qualquer colectividade humana há progressistas, conservadores e elementos intermédios. Há os que tomam consciência mais rapidamente, aqueles que têm um temperamento que os predispõe mais à rebelião, há também os que se fecham mais depressa na rotina e na passividade. Havia também nas fábricas chinesas diferenças mais profundas que separavam certas camadas de operários mais bem pagos, ligeiramente privilegiados e menos inclinados à contestação que outros, cujas condições económicas eram inferiores. Além disso, quando os grupos de trabalho abandonaram as diversas fábricas e escolas, deixaram atrás de si uma atmosfera de contradições e de divisões. Tudo isto tinha como consequência o facto de em cada unidade de trabalho ou de ensino se conceber de uma maneira dife-

rente tanto a linha reaccionária burguesa como a linha revolucionária proletária.

Todos estavam de acordo para combater a primeira e apolar a segunda, mas isto não impedia as divergências. Não tardou que se levantasse um problema espinhoso. O juízo que as massas deveriam fazer sobre o valor dos quadros do Partido tornou-se uma fonte de conflitos e de contradições que deveria subsistir com acuidade durante um longo período da Revolução Cultural. Lembremos que durante o período dos grupos de trabalho estes quadros estiveram numa posição muito incómoda: primeiro objectivo dos grupos de trabalho e portanto vítimas, depois auxiliares da repressão exercida por estes e portanto carrascos. Como apreciá-los serenamente nestas condições, com todo o ressentimento e os conflitos que a sua atitude anterior provocara?

Estas discordâncias materializavam-se no aparecimento de organizações de massa diferentes que se opunham entre si e provocavam grandes polémicas, defendendo umas os quadros do Partido que as outras atacavam e vice-versa. O esquema característico que encontraremos ao longo de várias fases da Revolução Cultural começou a desenhar-se nas escolas e nas fábricas: a facção A ataca X e defende Y; a facção B defende X e ataca Y.

Estas organizações depressa reflectiram a diversidade dos comportamentos políticos humanos: umas eram moderadas, conciliadoras; outras francamente conservadoras; outras dinâmicas, sempre na vanguarda, por vezes até confusas. Os responsáveis do Partido que seguiam uma via oposta à de Mao Tsé-Tung, a indefinível e invisível oposição, consideraram esta atmosfera confusa boa para pôr em prática as suas maquinações. Depressa souberam, directa ou indirectamente, aberta ou secretamente, utilizar todas as tendências conservadoras que se manifestavam para fazer frente às tendências revolucionárias. Utilizando as divergências de opinião que por toda a parte se

exprimiam sobre os quadros, esforçaram-se mais ou menos eficazmente para evitar que o jogo dos ataques se concentrasse sobre eles ou sobre os seus auxiliares que detinham responsabilidades a níveis inferiores da organização do Estado e do Partido. Nasceu então um verdadeiro entrançado de correntes. O conflito de tendências no seio da direcção do Partido refractou-se numa multidão de polémicas entre as organizações de massa das fábricas e das escolas. Os adversários de Mao Tsé-Tung não se contentaram com utilizar esta situação para se protegerem da crítica dos elementos de vanguarda; iriam igualmente esforçar-se por atizar todos os conflitos e principalmente por lhes conferir um carácter violento, para que as massas se mantivessem divididas e para conseguirem assim limitar o alcance da mobilização que não tinham apesar de tudo conseguido impedir.

II. A CONTRA - OFENSIVA DA OPOSIÇÃO

O papel de Tao Chu

Em Pequim, este processo de divisão tomou na altura um certo relevo. Anteriormente, no mês de Agosto, tinham-se constituído para coordenar as actividades dois quartéis gerais das organizações de Guardas Vermelhos da capital. Durante o verão, surgiram conflitos de tendências em cada um destes centros de direcção. Conviria fazer-se uma crítica profunda da linha aplicada durante o período dos grupos de trabalho, ou considerar esta linha como um simples acidente de percurso e voltar a impulsionar o movimento nas mesmas bases que em Junho, isto é, na base da crítica à facção de Peng Cheng? O juízo a fazer sobre o episódio dos grupos de trabalho e sobre os responsáveis do Partido que tinham aplicado uma linha errada nessa altura dependia em grande parte da atitude destes responsáveis. Se aproveitassem a saída que se lhes oferecia, se corrigissem os seus erros aplicando os 16 pontos, isso limitaria simultaneamente as críticas que lhes eram dirigidas. Se persistissem, seria preciso ir mais longe. Esta última eventualidade tornou-se de facto necessária ao fim de um certo tempo, pois os 16 pontos continuavam a não ser correctamente

aplicados em muitos sectores e a oposição ao desenvolvimento da Revolução Cultural persistia. Como os Comitês da Revolução Cultural² eram por vezes bastante tímidos, não faltavam jovens revolucionários desejosos de estimularem o movimento de crítica e de o levar mais longe. Não tardou que estes jovens classificassem de conservadora a atitude dos dois quartéis gerais da Guarda Vermelha.

Esta oposição entre elementos conservadores e elementos revolucionários no interior da Guarda Vermelha reproduzia uma diversidade de correntes análoga à existente no seio da direcção do Partido Comunista; na 11.ª Sessão Plenária também se tinham defrontado duas tendências: uma que queria ir até ao fim da crítica de Liu Chao-chi, outra que o queria proteger. Vimos que este conflito tinha sido contornado por um compromisso assumido por Tao Chu. De facto, durante Agosto e Setembro, este último tinha praticamente sido encarregado de dirigir a Revolução Cultural. Tao Chu deveria ter-se recordado que, já antes dele, Peng Cheng, que dirigia o Grupo dos Cinco, e depois Liu Chao-chi, na sua qualidade de vice-presidente do Comité Central e na ausência de Mao Tsé-Tung, tinham estado à testa da Revolução Cultural, e que isso só tinha contribuído para lhes precipitar a queda. Expliquei mais atrás as razões pelas quais a direcção da Revolução Cultural era por vezes e provisoriamente confiada a pessoas que não partilhavam as perspectivas de Mao Tsé-Tung.

Durante Agosto e Setembro, Tao Chu conseguiu influenciar substancialmente o desenrolar da Revolução Cultural. Como foi substituir Lu Ting-yi no departamento de Propaganda, detinha um lugar-chave. Presidente da Comissão pedagógica do Comité Central e conselheiro do G.E.R.C., recebia muitas vezes estu-

² Ver mais atrás.

dantes e conversava com eles. Foi ele quem deu ao 1.º e ao 2.º quartel general da Guarda Vermelha a orientação conservadora de que nesta altura sofriam. Foi seguindo os seus conselhos que durante Agosto e Setembro os Guardas Vermelhos se recusaram a criticar Liu e Teng nas universidades e a reabrir o *dossier* dos grupos de trabalho.

Creemos que é esta a primeira vez que o papel de Tao Chu na Revolução Cultural é explicado. Os observadores estrangeiros ficaram muito surpreendidos quando souberam que tinha sido expulso pois, como veremos mais tarde, Tao Chu era especialista em discursos bombásticos e adquiriu assim a reputação de ser um dos homens da linha «dura».

O 3.º Quartel General da Guarda Vermelha

No princípio de Setembro diversos grupos de Guardas Vermelhos, principalmente da Universidade Tsinghua, do Instituto de Aeronáutica e do Instituto de Geologia, cansados das inibições e do pouco entusiasmo dos seus quartéis gerais, decidiram estabelecer um terceiro. Este empreendeu, desde a sua criação, a luta contra Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping e a crítica da linha aplicada pelos grupos de trabalho durante os Cinquenta Dias. Também neste caso podemos admitir que foi com o apoio discreto de Mao Tsé-Tung, provavelmente representado mais uma vez pelo fiel Tchen Po-ta, que foi fundado o 3.º Quartel general. O núcleo era constituído por estudantes que em Junho e Julho tinham resistido aos grupos de trabalho (por vezes encorajados pelo mesmo Tchen Po-ta) e que, desde essa altura, não se cansaram de reclamar, além da sua reabilitação, a elaboração do processo dos grupos de trabalho; isto levava-os a oporem-se progressivamente aos agentes de ligação de Tao Chu. Quando a 3 de Outubro a crítica da linha reaccionária burguesa incarnada por Liu e Teng foi oficialmente lançada, tal atitude foi imediatamente interpretada

como uma condenação da linha de Tao Chu e os que lhe tinham resistido sentiram-se encorajados.

A nova ofensiva da linha maoísta enfrentaria uma oposição redobrada que se tornou imediatamente violenta. No fim de Outubro e no princípio de Novembro, grupos de Guardas Vermelhos instigados por Tao Chu iriam discutir as suas divergências com o 3.º Quartel general por processos que se aproximavam muito da luta armada. Neste conflito de tendências que opunha Mao a Liu e Teng, Tao Chu tivera um papel de travão, moderando ou reprimindo as críticas que poderiam prejudicar os dois últimos. A partir de Outubro, o vento mudou; foi sem dúvida para tentar que a sua anterior moderação caísse no esquecimento e para evitar ser abrangido pela nova ofensiva maoísta que Tao Chu resolveu dar-se ares de exaltado fanático pronunciando discursos aparentemente muito radicais que induziram em erro os observadores estrangeiros.

A partir de 3 de Outubro, Tao Chu passou a ser um ultra-esquerdista, um homem de verbo inflamado. Mas estas camuflagens são inseparáveis da actividade dos opositores no seio do regime chinês, e é preciso tomá-las em conta, apesar dos elementos de complexidade que introduzem na situação. De facto, a linha política deste indivíduo não mudara; veremos agora como se manifestava, nesta sua nova fase «radical», a sua posição de classe direitista.

Quando ia às universidades ou quando recebia os estudantes, quase faiscava de ardor maoísta. Era evidentemente necessário criticar Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping, uma vez que toda a gente o fazia; mas arranjou maneira de fazer deles apenas dois adversários entre outros. Soube retomar a tática que Liu seguira com os grupos de trabalho: atacar um grande número de pessoas para proteger meia dúzia. Responsáveis comprometidos na via capitalista, era o que mais havia, disse ele. Portanto era necessário atacá-los vigorosamente, ocupassem eles os lugares que ocupassem. «Além de Mao e Lin Piao», terá dito, «todos

podem ser criticados». Isto abriu caminho para um ataque a Tchen Po-ta e a Kiang Tsing. Foi desencadeado por todos os que eram solidários de Liu Chao-chi e por diversas organizações ou tendências que por uma razão ou outra mantinham uma posição conservadora. Este ataque dirigia-se também contra os elementos de choque da linha maoísta, principalmente contra o 3.º quartel general dos Guardas Vermelhos.

Como já dissemos atrás, também esta corrente conservadora, que ainda mobilizava uma parte da direcção comunista e uma fracção das massas chinesas, se proclamava maoísta, revolucionária e proletária. Apesar da agudização da luta de tendências e da violência dos afrontamentos, não se saíu dos quadros do consenso ideológico geral; assim aconteceu durante toda a Revolução Cultural. Mais do que nunca, combatia-se Mao em nome de Mao. Isto provocou uma imensa embrulhada e conferiu a estes acontecimentos um aspecto desconcertante e por vezes bastante confuso. No entanto, objectivamente, este período revelou a existência de um conflito entre uma corrente desejosa de preservar o ideal maoísta e de reforçar as características revolucionárias do regime e uma corrente contrária, com raízes sociais no que a sociedade chinesa poderia ter de privilegiado ou de relativamente privilegiado.

O Liandong

Este aspecto das coisas manter-se-ia nos incidentes do Outono de 1966, e revelava-se tanto entre os estudantes como entre os operários.

A nova ofensiva da linha maoísta, de que os cartazes contra Liu e Teng afixados no centro de Pequim em Outubro eram provas espectaculares, tinham por ponta de lança os Guardas Vermelhos do 3.º quartel general recentemente criado. Chu En-lai recebera-os em pessoa a 25 de Setembro e, fazendo-se intérprete de Mao Tsé-Tung, dera-lhes carta branca. Não é por-

tanto de admirar que o 3.º quartel general se tenha tornado imediatamente alvo de uma contra-ofensiva.

No decorrer do mês de Outubro apareceram nas ruas de Pequim cartazes de tipo diferente. Impressos e com fotografias, viam-se neles pessoas feridas, com a cabeça cheia de ligaduras; pessoas nos hospitais mostrando feridas ou marcas de pancadas. Estes cartazes acusavam algumas organizações de terem praticado violências e de terem assim agido contra o que a Declaração em 16 pontos prescrevia. As pessoas visadas também afixavam cartazes semelhantes queixando-se de violências análogas; e as organizações começaram a atribuir-se mutuamente a responsabilidade dos recontros violentos. Como todos estes cartazes continham imprecações em que os epítetos de revisionista e de anti-maoísta eram generosamente atribuídos ao adversário, não é de admirar que muitos correspondentes estrangeiros os tenham citado abundantemente para ilustrar as dificuldades múltiplas com que, segundo diziam, os maoístas se debatiam. Tomando estes cartazes à letra, os que batiam eram sempre contra-revolucionários, e os que apanhavam pancada eram defensores de Mao.

Apareceram por sua vez nas ruas da capital alguns cartazes emitidos pelo Comité Central pedindo às pessoas que não recorressem a métodos violentos; que não lutassem, não fizessem raptos nem rusgas ilegais.

Neste mês de Novembro de 1966, quando o Inverno descia sobre a China, a Revolução Cultural Proletária entrava no seu período mais implacável. Apesar dos avisos das organizações centrais, as violências iam continuar.

Na segunda quinzena de Novembro, incidentes graves opuseram Guardas Vermelhos do Instituto de Aeronáutica de Pequim. No interior de muitas escolas e faculdades, os recontros entre Guardas Vermelhos que pertenciam ao 3.º quartel general e os do 1.º e 2.º tornaram-se frequentes. Existia um velho conflito entre as organizações de Guardas Vermelhos quanto à esco-

lha dos critérios que deveriam presidir ao seu recrutamento. Algumas defendiam a possibilidade da admissão de numerosos jovens revolucionários sem tomar excessivamente em conta a sua origem de classe; outras pretendiam que fosse estritamente mantida a exigência de filiação operária ou camponesa pobre.

Nas organizações de Guardas Vermelhos eram admitidos, além de filhos de operários e camponeses, os filhos dos quadros do Partido. Ora, entre estes, alguns frequentavam escolas especiais, melhor equipadas, mais confortáveis, e para as quais eram destacados os melhores professores; estas escolas funcionavam unicamente para os filhos de quadros. No princípio deste livro fizemos referência a elas.³ Estes estabelecimentos de ensino, cuja existência remontava ao período das zonas libertadas, tinham sido transformados por Lu Ting-yi e por Liu Chao-chi em viveiros de um neo-mandarinato comunista. A organização dessas escolas revelava o germe da formação na China de um grupo social privilegiado no seio dos quadros, semelhante à que actualmente exerce o poder na U.R.S.S. Hoje tais escolas desapareceram mas, no princípio da Revolução Cultural, existiam ainda e os seus alunos já nelas faziam um jogo político contestável. Eram privilegiados e tinham consciência disso. Acabaram por julgar que os privilégios não hereditários não são verdadeiros privilégios; os Guardas Vermelhos dessas escolas participaram também na Revolução Cultural Proletária com uma palavra de ordem reveladora das suas tendências políticas e sociais, abundantemente difundida em Pequim: «Pai revolucionário, filho valente, pai reaccionário, filho indigno!».⁴ Por outras

* Ver mais atrás.

* Em chinês, *Laosi geming er haohan, Laosi fandong er hundan*. Referimos, quanto a isto, o papel desempenhado por um estudante da Universidade de Pequim, chamado Tan Li-fu, filho de um procurador geral adjunto ao Supremo Tribunal Popular. Em 20 de Agosto de 1966 publicou um texto, bastante

palavras: os filhos de quadros consideravam-se revolucionários de nascença. Esta espantosa pretensão dava uma nova importância à teoria da «linhagem» e mostrava bem a vivacidade das sobrevivências feudais e burguesas numa sociedade socialista; esta palavra de ordem era por outro lado suficientemente confusa para permitir diferentes interpretações. O Comité de Acção Unida procurava assim juntar à sua volta o maior número de organizações de Guardas Vermelhos formados em Agosto, e que eram em princípio de origem estritamente operária ou camponesa, opondo-as aos que tinham sido admitidos mais recentemente e cuja origem de classe era menos «pura». Assim acontecia com uma parte dos Guardas Vermelhos do 3.º Quartel General.

Estes Guardas Vermelhos, filhos de quadros, reagruparam-se em Pequim sob a égide de um Comité de Acção Unida (em chinês: *Xingdong Weiyuanhui*), que imediatamente começou a atacar o 3.º Quartel General. Tendo-se persuadido ou tendo sido persuadidos por discretos instigadores de que os membros do dito Quartel General eram filhos de burgueses ou de proprietários fundiários, sendo portanto reaccionários, serviram-se de métodos terroristas para os combater.

É difícil saber o número de vítimas que resultou das acções do Comité de Acção Unida. Houve assassinatos, mas felizmente foram poucos; no entanto as brutalidades, as agressões, os raptos, os sequestros, tocaram um número de pessoas muito mais elevado.

difundido, onde desenvolvia a tese da linhagem. Foi um dos dirigentes do Comité de Acção Unida. Durante a Revolução Cultural, a teoria da linhagem era sinónimo da teoria de Tan.

O historiador trotskista P. BROUÉ, procurando encontrar na China a todo o custo uma oposição de esquerda ao maoísmo, julgou poder encontrá-la na pessoa de Tan Li-fu (ver «La Révolution Culturelle en Chine», *La vérité*, 551, Março de 1971, pág. 61). Mas não tem razão; Tan Li-fu era um produto puro e um defensor da burocracia que os próprios trotskistas intencionalmente querem aniquilar.

O G.E.R.C., organismo que dependia do Comité Central e tinha como dirigente máximo Tchen Po-ta, ex-secretário de Mao Tsé-Tung, e Kiang Tsing, mulher deste último, deu imediatamente o seu apoio oficial ao 3.º quartel general. Isto não fez no entanto com que o Liandong perdesse a coragem; acrescentou pura e simplesmente à sua lista negra o próprio G.E.R.C.!

De acordo com uma prática que se revelará sistemática no desenrolar da Revolução Cultural, o Liandong, organização conservadora oposta aos revolucionários, atacará os seus adversários em nome de Mao Tsé-Tung. Acusará o G. E. R. C. de não respeitar a Decisão em 16 pontos e de se opor à mobilização das massas. Chega ao ponto de acusar Tchen Po-ta e Kiang Tsing de aplicarem a linha reacçãoária burguesa. Eis um novo exemplo desta táctica da direita, característica durante a Revolução Cultural chinesa, que imputa à esquerda os seus próprios erros.

Apareceram palavras de ordem, principalmente no Instituto das águas e florestas, pedindo a dissolução do G.E.R.C. Algumas delas indicavam que a partir de 3 de Outubro o grupo tomara uma orientação errada. O rigor da data indicada não deve espantar-nos, pois esta define, do mesmo modo que o n.º 13 do *Bandeira Vermelha*, o início de uma nova luta contra Liu Chao-chi.

Através das palavras de ordem enganadoras e das referências ideológicas abusivas que este grupo de Guardas Vermelhos fazia a Mao Tsé-Tung, vemos desenhar-se uma tendência profunda que pretendia interromper a nova etapa iniciada pelos maoistas em Outubro. Isto será nítido no princípio de Dezembro quando novos cartazes do Liandong, sem atacarem explicitamente Mao Tsé-Tung, coisa quase impensável na China,⁵

⁵ Certos estudantes da Universidade de Pequim escreveram porém artigos onde negavam abertamente a possibilidade de Mao ser considerado como um teórico marxista comparável a Marx, Engels ou Lenine.

acusarão Lin Piao de conspirador. Informada do conteúdo destes cartazes, a Rádio-Moscovo falará muito deles nas suas emissões. Pormenor divertido, vai «esquecer-se» de dizer que os Guardas Vermelhos do Liandong acusavam Lin Piao de ser um «novo Krouchtchev» (prova de que os adversários chineses de Mao não saem do âmbito ideológico maoísta).

Mais tarde foram expostas fotocópias de documentos que levavam a crer que o Liandong recebera grandes somas de dinheiro da parte de alguns altos funcionários. É certo que esta organização parecia dispor de grandes verbas. Os seus membros efectuavam deslocações múltiplas, utilizando para isso veículos motorizados (que na China custam um preço relativamente elevado). Nas ruas, identificavam-se por andarem sempre em grandes grupos e usarem uma braçadeira de seda vermelha em que os caracteres Hong Wei Bing estavam inscritos a negro, assim como na sua bandeira. Especialistas no manejo das barras de ferro e das correntes de bicicleta, estes jovens depressa adquiriram uma sinistra reputação. Eram costumeiros em selváticas intontonas nocturnas, e mais do que um pequinense os viu atravessar a capital durante a noite para assaltar escolas e atacar os estudantes que lá viviam.

O Exército dos Trabalhadores Vermelhos

Nesta época multiplicaram-se as organizações de massas da classe operária. Anteriormente descrevemos como, apesar dos obstáculos diversos, o exemplo dos Guardas Vermelhos fizera escola e como toda uma série de contactos entre eles e os trabalhadores da indústria conduziu à entrada destes últimos na Revolução Cultural. Contudo, a classe operária está longe de ser homogénea; existem no seu seio camadas diferenciadas cujas tendências por vezes se opõem. Um país socialista como a China não está ao abrigo destes fenómenos; na segunda parte deste livro descreveremos alguns deles.

A contra-ofensiva da linha reaccionária burguesa, no Outono, encontrou apoio em alguns grupos organizados das fábricas. Em Pequim criou-se assim (principalmente na Fábrica Metalúrgica n.º 1) o Exército dos Trabalhadores Vermelhos que, em Outubro, dirigiu igualmente os seus ataques contra o 3.º Quartel General dos Guardas Vermelhos e contra o G.E.R.C. (dirigido por Tchen Po-ta e Kiang Tsing). Não há muitas informações sobre esta organização, mas parece que era principalmente constituída por alguns operários da indústria a quem o sistema de prémios e de estimulantes materiais, instituído alguns anos antes pelo ex-ministro da Indústria Pao Yi-puo, trouxera vantagens. Parece também que alguns responsáveis dos sindicatos (anteriormente Liu Chao-chi esforçara-se por organizar estes últimos segundo o modelo soviético e portanto contava amigos entre os responsáveis) aderiram ou apoiaram esta organização. Devemos ver aqui a origem da reputação abusiva de Liu Chao-chi como «homem dos operários», enquanto Mao seria o dos camponeses. Tudo isto revela apreciações muito esquemáticas, mas que nos países ocidentais, à força de serem repetidas, passam por verdades estabelecidas. Mao Tsé-Tung tem tanta influência entre os operários como entre os camponeses.

III. A RÉPLICA, FIM POLÍTICO DE TAO CHU

O editorial n.º 15

Foi nesta atmosfera tensa e em lutas por vezes agudas que decorreu o mês de Novembro e chegou Dezembro. Como já era hábito, os organismos centrais do Partido intervieram de novo depois de terem deixado que as lutas de tendências se desenvolvessem durante algumas semanas.

O Primeiro Ministro Chu En-lai contrariou a ofensiva do Liandong declarando num discurso feito perante os representantes de todas as organizações de massas de Pequim: «O Presidente Mao e o Vice-Presidente Lin Piao confiam inteiramente no Grupo Encarregado da Revolução Cultural». Além disso, o *Bandeira Vermelha* n.º 15 publicou a 13 de Dezembro um editorial muito importante intitulado «Alcancemos novas vitórias»*, que apelava para o esmagamento da contra-ofensiva da linha reaccionária burguesa. Claramente condenadas pelas autoridades, as organizações conservadoras viram-se abandonadas por grande número dos

* Cf. *Pékin Information*, n.º 51, 19 de Dezembro de 1966.

seus aderentes. A polícia desarmou-as mas não as dissolveu.

Em 16 e 17 de Dezembro, os Guardas Vermelhos do 3.º Quartel General, cujo número aumentara consideravelmente nas últimas semanas, organizaram duas imensas concentrações no Estádio dos operários e camponeses para denunciarem e combaterem a linha de Liu Chao-chi. Tchen Po-ta, Kiang Tsing e Kang Cheng assistiram a estas concentrações e na segunda fizeram-se acompanhar pelo próprio Chu En-lai e pelo G.E.R.C. em peso. Cerca de 100 000 pessoas participaram nestas concentrações, durante as quais foram denunciadas as acções do Liandong e as diferentes tendências reaccionárias que se tinham manifestado no ataque contra o 3.º Quartel General. A partir daqui este avançaria de vento em popa. A 17 de Dezembro vai acusar uma personalidade importante: Wang Jen-tchong, coordenador das actividades dos agentes de ligação, «animador», por assim dizer, da Revolução Cultural na Universidade Tsinghua e colaborador próximo de Tao Chu. Nesta altura Tao Chu deve ter sentido que o seu lugar estava muito comprometido.

Foi a coberto da palavra de ordem de Tao Chu, «Todos podem ser criticados salvo Mao e Lin» que se desencadeara a ofensiva contra o 3.º Quartel General e contra o G.E.R.C. A tática dos adversários de Mao Tsé-Tung variava segundo as circunstâncias: conservadores, recorrendo à repressão directa ou indirecta em certas alturas, «radicais» noutras, alargavam os alvos visados e confundiam as frentes de luta. Tao Chu surgiu sob o primeiro aspecto durante o Verão, quando pronunciou vários discursos que incontestavelmente tendiam a dourar o caso Liu Chao-chi, e sob o segundo no Outono, quando tentou afogar na confusão a ofensiva anunciada pelo editorial n.º 13 do *Bandeira Vermelha*. O braço direito de Tao Chu, Wang Jen-tchong, é posto em causa a 17 de Dezembro; por sua vez Tao Chu sê-lo-á pouco depois. Soube-se então que tinha feito a sua autocrítica. Esta não foi admitida e, duas sema-

nas mais tarde, uma campanha de dazibaos de uma intensidade sem precedentes semeou Pequim de uma torrente de imprecações contra Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping, acrescentando agora o nome de Tao Chu. Durante muitos meses ecoaria nas ruas das cidades chinesas esta palavra de ordem: «Abaixo Liu-Teng-Tao!»

O contra-senso cometido no estrangeiro sobre a personalidade e o papel de Tao Chu acentuou-se ainda mais neste momento. Como os observadores estrangeiros consideravam Tao Chu um «duro» do maoísmo, erro permitido pela sua promoção vertiginosa e pelos excessos verbais das semanas anteriores, pensou-se que o acusador-acusado estava a ser vítima de um ataque dos anti-maoístas.

A nova situação

No frio glacial de Dezembro, ouviam-se pelas ruas de Pequim altifalantes difundindo o processo de Liu Chao-chi e de Teng Hsiao-ping. Uma verdadeira avalanche de cartazes e caricaturas denunciava-os em todas as paredes, e milhares de jornais de Guardas Vermelhos faziam outro tanto. Contudo, a imprensa oficial e a rádio, no ataque desencadeado contra a linha reaccionária burguesa, não tinham ainda citado os seus nomes. A 11 e 26 de Novembro, aquando das duas últimas concentrações de Guardas Vermelhos, estavam ainda presentes na tribuna de Tien An Men. Oficialmente, portanto, os seus casos não tinham ainda sido resolvidos. Seriam inimigos de classe? Seriam camaradas tendo cometido erros graves, mas «recuperáveis»? A contradição seria antagónica ou não antagónica? A resposta a estas perguntas permanecia em suspenso. No entanto, era incontestável que a posição política destes homens se deteriorara. A escalada dos ataques de que eram alvo prosseguia, e toda a China sabia agora que pertenciam ao lote dos «contestáveis».

Como conhecer a situação pessoal destes indivíduos? Depois do dia 26 de Novembro não voltaram a ser vistos em qualquer cerimónia oficial. É provável que tenham sofrido a sorte que a China reserva habitualmente aos dirigentes severamente criticados, cujo caso não está ainda resolvido: residência fixa na sua própria casa, de onde saem apenas para comparecerem nas sessões de crítica e de autocritica. Foi nesta época que a imprensa chinesa deu a notícia de que os novos embaixadores tinham entregue credenciais não ao Presidente da República Liu Chao-chi, mas à vice-Presidente Soong Chin-ling.*

Como explicar pois que, privados de influência política e de qualquer possibilidade de intervenção nos assuntos de Estado, estes dois homens continuassem a ser responsabilizados por acontecimentos posteriores e a ser submetidos a críticas numa escalada que continuou a acentuar-se? Isto parece de certo modo ilógico, porquanto os acontecimentos futuros já nada teriam a ver com eles. Simplesmente, a sua linha continuara de pé, aplicada e defendida por outros homens. As ulteriores vicissitudes da luta entre as duas linhas deixariam de estar ligadas a intervenções directas desses dois indivíduos, mas estes continuariam a fornecer a base humana indispensável, na China, a qualquer ideia. Poder político, linha revolucionária e ideologia marxista, são personificadas por Mao. Linha reaccionária burguesa e revisionismo passaram, desde então, a ser personificadas por Liu Chao-chi.

A 13 de Dezembro, o *Bandeira Vermelha* publicava um editorial fazendo o balanço do movimento e dando início a uma nova fase. De acordo com o texto, a linha revolucionária conseguira sucessos, mas os partidários da linha reaccionária burguesa e os responsáveis empenhados na via capitalista não estavam desarmados.

* A viúva de Sun Yat-sen.

Utilizavam a palavra de ordem de combate à linha reaccionária burguesa para semear a confusão e conduzir efectivamente a luta contra os revolucionários, de forma insidiosa e hábil (vimos realmente como o Liandong acusara o G.E.R.C. de aplicar a linha reaccionária burguesa). No n.º 15 do *Bandeira Vermelha*,⁸ podia ler-se: «Como as massas revolucionárias lutam resolutamente contra a linha reaccionária burguesa, algumas pessoas mal intencionadas utilizam palavras de ordem de combate contra esta linha reaccionária burguesa para enganarem o povo e semear a confusão...» «Esforçam-se por lograr uma parte das massas para as incitar a combater a linha que segue uma orientação revolucionária». Este editorial aludia ao facto de operários e camponeses terem sido incitados a atacar Guardas Vermelhos revolucionários. Afirmava ainda que a linha reaccionária burguesa também fora aplicada em sectores para onde não tinham sido enviados grupos de trabalho. Comitês do Partido tinham portanto decalcado as suas atitudes sobre as dos grupos de trabalho e perseguido verdadeiros revolucionários. Os responsáveis por estas acções não deveriam ripostar às críticas que agora lhes eram dirigidas sob o pretexto de não ter havido grupos de trabalho no seu sector e, portanto, de não haver razões para pôr o problema. Outra forma, adoptada por alguns, de oposição às massas e aos elementos revolucionários, era a recusa das críticas que lhes eram dirigidas com o argumento falacioso de visarem representantes do proletariado. Em Outubro, depois da publicação do *dazibao* de Mao, todos pensavam que era preciso destruir o quartel general burguês de Liu e Teng e proteger o quartel general proletário de Mao Tsé-Tung. Ora, alguns responsáveis, entre os quais Tao Chu, defendiam-se das críticas dizendo, em desabono da

⁸ Cf. *Pékin Information*, n.º 51, 19 de Dezembro de 1966.

verdade, que pertenciam ao quartel general proletário. «Isto não é mais», afirmava o editorial, «do que uma manobra perigosa e pérfida da linha reaccionária burguesa».

Aludindo ao Liandong e aos seus dirigentes nos bastidores, entre os quais se encontrava Tao Chu, e tal como era agora incansavelmente divulgado pelos cartazes afixados nas ruas, o editorial prosseguia: «Actualmente, a faceta característica das actividades do punhado de *Zu Zi Pai* existente no seio do Partido e do pequeno número de indivíduos que persistem na linha reaccionária burguesa, é o facto de se manterem nos bastidores e manobram daí as organizações de estudantes e operários que conseguem enganar, semeando assim a discórdia, criando seitas, impulsionando a utilização da coerção e da violência e recorrendo até a diversos meios ilegais de luta contra as massas». O editorial insistia mais uma vez na necessidade de evitar o emprego da força, congratulando-se com os sucessos já conseguidos e concluindo com um vigoroso apelo aos revolucionários proletários, a fim de «que estes redobrassem os esforços para alcançar novas vitórias para a linha revolucionária do Presidente Mao».

Com a recente abertura da China ao mundo exterior, a ida de numerosos jornalistas estrangeiros a esse país e as múltiplas visitas de delegações, começou a circular uma informação suficiente para um melhor conhecimento de certos acontecimentos da Revolução Cultural. Com o passar do tempo, torna-se possível proceder a análises mais ricas; na época em que escrevi a primeira edição deste livro, a Revolução Cultural acabava de findar e muitos dos seus aspectos mantinham-se obscuros, apenas submetidos a interpretações hipotéticas.

No 2.º capítulo, contesto a reputação de vandalismo que os Guardas Vermelhos adquiriram no estrangeiro. Guillermaz, num livro recente, chegou até a enumerar uma lista de monumentos danificados.

Nesse capítulo referi-me àquilo que tive oportunidade de ver e que, portanto, constituíam certezas. Pode acontecer que certos excessos me tenham escapado; isto não invalida porém o absurdo da informação ou insinuação de que esses excessos faziam já parte das intenções dos promotores da Revolução Cultural.

Na mesma passagem, afirmo que os Guardas Vermelhos efectuaram buscas em casas de antigos burgueses nas quais descobriram armas e velhos títulos de propriedade. Conviria ter então definido que os contra-revolucionários e os ex-proprietários fundiários conhecidos, são mantidos pelas massas sob observação e submetidos a estreitos controlos policiais. Era a casa destes indivíduos que os Guardas Vermelhos se dirigiam depois de terem recebido listas de nomes e endereços nos comissariados.

A passagem relativa à equipa dirigente chinesa, nesse mesmo capítulo, deve ser completada. Sabe-se hoje em todo o mundo que Lin Piao morreu num acidente de aviação na Mongólia, em 13 de Setembro de 1971. De acordo com o que foi dito em Pequim, Lin fugia para a U.R.S.S. depois de ter conspirado para assassinar Mao Tsé-Tung. O conhecimento destes conflitos no seio dos dirigentes tem ainda muitos pontos imprecisos, pois as informações a seu respeito provêm muitas vezes de Taipé e são, portanto, suspeitas. No entanto, há já a certeza de Lin Piao ter caído em «desgraça» antes da sua morte (a partir do Outono de 1970) e de isso ser resultado dos conflitos entre o Partido e o Exército e da orientação da Política externa. Abordarei estas questões mais amplamente numa obra dedicada ao estudo do ultra-esquerdismo na China.

Aliás, nada tenho a modificar neste livro quanto ao papel de Lin Piao na Revolução Cultural. Falei pouco dele, até pelo facto de o seu papel ter sido relativamente apagado, pelo menos se o compararmos ao de Chu En-lai no mesmo período. Por outro lado, é pouco discutível que uma parte dos méritos do Exército

Popular até 1969 foram devidos à sua direcção; isto não significa, porém, que a actuação de Lín só apresente qualidades. Pelo contrário, é fácil encontrar nele erros de simplismo, de excessos caricaturais na propaganda, de empobrecimento no conteúdo do trabalho ideológico e da teoria revolucionária, cujo inevitável corolário é o espontaneísmo e o esquerdismo.

É muito provável que Lín tenha estado em conflito com Chu En-lai durante a Revolução Cultural. Sabe-se hoje que, para vencer Liu Chao-chí, Mao se apoiava numa coligação de forças representadas por Lín e por Chu En-lai. Esta coligação entre os dois grupos não era porém de uma solidez a toda a prova. Durante muito tempo, Mao manteve-se no papel de árbitro, tentando manter um equilíbrio e um controlo mútuo das tendências contraditórias. Mais tarde, as circunstâncias impuseram-lhe opções sem dúvida dolorosas. Os discursos pronunciados em Tien An Men por Lín e Chu, aquando das recepções dos Guardas Vermelhos, revelam diferenças de tom suficientes para deixar adivinhar as divergências existentes. O silêncio de Mao na época em que esses encontros se realizaram confirma a sua posição de árbitro.

No que diz respeito a Teng Hsiao-ping, cujo nome foi muitas vezes associado ao de Liu Chao-chí no opróbio, sabe-se hoje que foi isento da acusação de contra-revolucionário, segundo revelação feita a Edgar Snow em 1970. Teng manteve-se como membro do Partido a pedido do próprio Mao; já não ocupa porém qualquer lugar de responsabilidade.

O que afirmo na 1.ª parte sobre Tao Chu foi entretanto amplamente confirmado. No entanto, o seu caso é ainda suficientemente complexo para expor aqui. Para tal, conviria ter acesso aos arquivos do Partido Comunista Chinês, coisa impensável na hora actual. Digamos, no entanto, que a sua palavra de ordem «tudo pode ser derrubado menos Mao e Lín» teve um certo eco. Com efeito, a resistência de certos Comitês do Partido à Declaração em 16 pontos conduziu à

rejeição de toda a autoridade. Aos olhos dos seus acólitos, Tao Chu tornava-se assim o promotor de uma linha antipartido que ulteriormente viria a favorecer a queda de um grande número de Comitês do Partido. Tudo isto pesou nos acontecimentos subsequentes, principalmente em Fevereiro e Março.

Em alguns parágrafos tive uma certa tendência para minimizar a agitação, por reacção à importância absurda que a imprensa ocidental lhes conferiu.

Verifica-se porém que a tendência para considerar a agitação sem inquietações, encorajada pelo próprio Mao, era demasiado optimista. Na Primavera, a amplitude das desordens preocupou seriamente as autoridades.

Aquilo que afirmo na passagem intitulada «Alguns esclarecimentos sobre os hábitos políticos na China e o tratamento dos opositores», no capítulo 3, deve ser completado.

É certo que as execuções de pessoas têm sido raríssimas na China desde há dezoito anos. No entanto, durante a Revolução Cultural verificaram-se, a partir de Outubro de 1967, algumas execuções de indivíduos culpados de assassinio e de violação ou tendo realizado espionagem a soldo de Taipé.

No que se refere à autocritica, devo afirmar que tendo vivido na China Popular e falado com pessoas que aí me precederam, não ignoro que se trata de uma prova longa e dolorosa. Também não ignoro que estas práticas foram frequentemente repudiadas no Ocidente, e particularmente nos Estados Unidos, sob a designação de «lavagem ao cérebro». É impossível abordar aqui o assunto; aqueles que desejem informar-se seriamente sobre este ponto devem ler o capítulo 4 do livro de Edgar Snow intitulado *Red China Today* (Pelican Books, 1970).

CAPITULO II

DE JANEIRO A ABRIL DE 1967.

O NÓ DO PROBLEMA

1. A REVOLUÇÃO DE JANEIRO EM XANGAI

I. AS CONTRADIÇÕES AGUDIZAM-SE

O centro de gravidade desloca-se

Na primeira parte mostrei como a Revolução Cultural progrediu em duas direcções paralelas, passando do domínio artístico e literário ao político, do aparelho do Partido às Universidades e seguidamente às fábricas.

Esta Revolução Cultural, nascida em 10 de Novembro de 1965,¹ só desvendou o seu objectivo em 3 de Outubro de 1966,² data em que começou a luta aberta contra a facção de Liu Chao-chi. Preparada pelas acções dos Guardas Vermelhos, esta nova fase só podia atingir o seu objectivo com a ajuda de uma força social que até ali ainda não estava plenamente mobilizada: a classe operária.

No Outono de 1966, o papel desempenhado pela classe operária chinesa na Revolução Cultural cresceu e tornou-se decisivo. Por sua vez, o papel desempenhado

¹ Dia da publicação do famoso artigo de Yao Wen-yuan. A propósito da nova peça histórica «A Destituição de Hai Jue».

² 3 de Outubro de 1966, editorial n.º 13 do *Bandeira Vermelha*.

pelos estudantes, tão importante de início, entrou em declínio. Este facto explica a deslocação do centro de gravidade do movimento revolucionário de Pequim, capital intelectual e administrativa, para as regiões industriais de Heilongkang (ex-Manchúria) e Xangai.

Esta cidade iria estar, a partir de Novembro de 1966, na vanguarda da Revolução Cultural. Eis a razão por que a segunda parte deste livro começa com a descrição dos acontecimentos que lá se passaram: estes seguiram o esquema típico de evolução da Revolução Cultural nas províncias. Convém no entanto esclarecer que, se numerosas regiões viveram conflitos análogos, o tempo que levaram a solucioná-los variou segundo a especificidade das condições locais.

Desde o princípio do ano de 1967, a situação revolucionária em Xangai estabilizou-se rapidamente devido ao elevado nível de organização e politização da população. Um facto semelhante se constatou em Heilongkiang, Chansi e Kueitchu. Este processo desenvolveu-se muito mais lentamente no centro e sul do país.

Os acontecimentos no Verão de 1966 em Xangai

Em Novembro de 1966 a situação em Xangai começou a chamar a atenção, pois formaram-se poderosas organizações operárias que acusaram o Presidente do Município de Xangai e o seu superior hierárquico, o secretário do gabinete do Partido para a China oriental, de aplicarem a linha de Liu Chao-chi.

Porém, convém descrever em primeiro lugar e brevemente os acontecimentos do Verão precedente. O prestígio do Comité Municipal de Xangai era considerável desde 10 de Novembro de 1965, pois dera as primeiras salvas à Revolução Cultural ao atacar Wu Han. Surgia como um sólido bastião maoísta e, às notáveis realizações que desde 1949 tinham feito da cidade uma florescente capital industrial, vinham juntar-se ainda a popularidade e a consideração de que os seus dirigentes usufruíam junto da população.

Dois membros do Comité Municipal eram os principais responsáveis pela acção que eclodiu a 10 de Novembro: Yao Wen-yuan, autor do célebre artigo contra a *Destituição de Hai Juei* e Tchang Tchuen-kiao,² um dos responsáveis do município.

No começo do Verão de 1966, estes dois homens foram destacados para Pequim para fazerem parte do G.E.R.C. e ficaram na capital. O primeiro secretário do município de Xangai, Tchen Pai-sien, e o seu adjunto, Tsao Ti-sieu, tornaram-se então os únicos guias dos destinos da Revolução Cultural na grande cidade portuária da China oriental. A linha política que aplicaram revelou-se cada vez mais contestável.

Em Julho, apareceram em alguns estabelecimentos de ensino e fábricas da cidade grupos de trabalho que agiram da mesma maneira que os de Pequim. Exerceiram-se pressões e perseguições diversas sobre os estudantes e operários. Após a 11.ª Sessão Plenária, como esta orientação fora condenada pelo Comité Central, o Comité municipal seguiu uma política análoga à de Tao Chu: o episódio dos grupos de trabalho foi «enterrado» e evitou-se reabilitar os revolucionários vítimas de acusações injustas. A «questão dos documentos negros»³ desenrolou-se como em Pequim, com os revolucionários a pedirem a destruição destes documentos, e os Comités locais do Partido a recusarem-se.

Quando começaram as deslocações dos Guardas Vermelhos, Xangai deu um acolhimento reticente aos que vinham de Pequim. Os dois secretários não viram com bons olhos a chegada destes adolescentes turbulentos. Receavam possivelmente que a agitação que

² Tchang Tchuen-kiao é hoje membro do Comité permanente do Gabinete político. Foi nomeado para este posto após o 9.º Congresso.

³ Cf. *Supra*.

estes poderiam espalhar acabasse por pôr em causa as suas responsabilidades aquando do episódio dos grupos de trabalho. Os contactos dos Guardas Vermelhos de Pequim com os operários e com os Guardas Vermelhos de Xangai foram contrariados de diversas maneiras. Tal facto esteve na origem de um incidente que ocorreu em 31 de Agosto. Grupos de Guardas Vermelhos de Pequim acompanhados de alguns Guardas Vermelhos de Xangai, seus aliados, foram em delegação à Câmara Municipal a fim de conseguirem uma entrevista. Recusaram recebê-los. Então, decidiram ocupar os acessos ao edifício para protestarem contra tal recusa. Esta situação durou até 4 de Setembro, teve imensa repercussão na cidade e suscitou a cólera de Tchen Pai-sien e Tsao Ti-sieu, que decidiram reagir. Aproveitando-se do prestígio que tinham junto dos seus administrados apelaram para a «defesa do Comité municipal» contra os contestatários, que qualificavam de agitadores anti-socialistas. Organizou-se uma contra-manifestação para apanhar os Guardas Vermelhos, donde resultaram vivos recontros.

Sob a influência da linha de compromisso de Tao Chu,² a Revolução Cultural manteve em Xangai, durante os meses de Agosto e Setembro, um carácter rotineiro e sem distúrbios. Tchen Pai-sien e Tsao Ti-sieu não desejavam dar ao movimento muita amplitude, tentando mantê-los nos limites que achavam aceitáveis. Deixou-se atacar alguns elementos da «Pandilha Negra», mas impediu-se que o movimento fosse avante e se reabrisse o *dossier* dos grupos de trabalho. A Revolução Cultural caiu assim numa rotina burocrática. A afixação de «dazibaos» e a organização de debates eram limitadas por toda a espécie de pressões administrativas: «É necessário», diziam Tchen e Tsao, «distinguir entre o exterior e o interior». Segundo este

² Cf. *supra*.

princípio, não se deveria saber fora das escolas e das empresas o que se passava dentro delas; as críticas de certos membros do Partido Comunista permaneciam internas e os que não fizessem parte do Partido não eram autorizados a participar nelas.

Após o incidente de 4 de Setembro, os Guardas Vermelhos passaram por cima de tais interdições e afixaram nas ruas da cidade cartazes a desmascarar os seus autores. Estes cartazes sublinhavam com muita insistência que a oposição aos Guardas Vermelhos era uma violação à Declaração em 16 pontos. Os Guardas Vermelhos de Pequim e uma parte dos de Xangai, aliados neste ponto, denunciaram os limites burocráticos que Tchen e Tsao impunham à Revolução Cultural na cidade. A Declaração em 16 pontos insistia na necessidade de mobilizar as massas e encorajar a expressão das opiniões e das críticas. A distinção entre o exterior e o interior, afirmavam os jovens, não passa de um sofisma — uma manobra para intimidar as massas e dissuadi-las de se exprimirem e agirem. Os Guardas Vermelhos invocam como «leitmotiv» a seguinte passagem da Declaração em 16 pontos: «é necessário que se dê a primazia à audácia e que se não tenha receio das dificuldades; as massas devem libertar-se por si próprias e não se deve agir em vez delas. Proceder de maneira diferente é opor-se à linha do Comité Central, é opor-se à mobilização das massas, é aplicar a linha reaccionária burguesa».

Apesar das dificuldades, os Guardas Vermelhos conseguiram entrar em contacto com os operários que tinham sido perseguidos pelos grupos de trabalho e lutavam pela sua reabilitação e destruição dos «documentos negros». A audiência dos primeiros foi aumentando e a tenacidade com que denunciavam a violação da Declaração em 16 pontos acabou por espalhar por um número crescente de habitantes de Xangai o sentimento de que estavam perante um problema real. Nas circunstâncias do momento, as restrições impostas aos Guardas Vermelhos não podiam ser totais. Qualquer

que fosse a hostilidade que as suas actividades inspirassem aos dirigentes da municipalidade, estes não podiam reprimi-los abertamente sem se arriscarem a aparecer em opposição à linha do Partido, uma vez que a imprensa e a rádio não cessavam de exaltar os Guardas Vermelhos. Os «Pequenos Generais» souberam tirar partido desta margem de manobra.

II. A REVOLTA

A reviravolta da situação

O editorial n.º 13 do *Bandeira Vermelha* assinalou uma nova escalada na luta revolucionária que teve vastas consequências. Dentro de algumas semanas o conflito que se desenrolava em Xangai iria surgir sob um outro aspecto. Recordando o episódio dos grupos de trabalho, denunciando as pressões burocráticas contra os revolucionários, a recusa de os reabilitar e destruir os «documentos negros», e os entraves persistentes à mobilização das massas, o editorial de 3 de Outubro pronunciava a condenação política da orientação do Comité municipal de Xangai e de todos os que nas diferentes regiões chinesas seguiam uma orientação semelhante. O editorial dava razão aos Guardas Vermelhos, o que aumentou imediatamente a sua liberdade de acção.

Convém sublinhar de novo o papel preponderante da propaganda oficial na vida política chinesa. Os editoriais são publicados em milhões de exemplares, difundidos pelos quotidianos e emissões locais, refundidos em brochuras, lidos colectivamente, sendo os temas mais importantes retomados em novos artigos. Redigidos em termos muito claros de modo a serem aces-

síveis aos leitores de menor cultura, estes artigos exercem sempre grande influência.

No mês de Outubro um novo artigo do *Bandeira Vermelha* sublinhava que os responsáveis que se opunham aos estudantes universitários e liceais fazendo-os passar por esquerdistas e mesmo contra-revolucionários seguiam a linha reaccionária burguesa. Tendo em conta que era esta a situação em Xangai, devido aos boatos lançados pelos dirigentes municipais, é fácil avaliar a repercussão deste novo artigo.

Paralelamente, a imprensa do Partido empreendeu uma campanha de propaganda incitando os operários a lançarem-se ainda com mais vigor no movimento de crítica e a não se deixarem enganar pelas manobras burocráticas de certos responsáveis. Tal facto veio estimular a Revolução Cultural nas fábricas: a afixação de «dazibaos» vulgarizou-se, enquanto um número cada vez maior de operários pedia contas a certos quadros do Partido pela sua atitude na época dos grupos de trabalho.

Em Xangai, onde a população operária é numerosa e está muito concentrada, este movimento teve uma rápida expansão. Apareceram organizações operárias que multiplicaram os seus contactos com os Guardas Vermelhos e apoiaram a acção dos mesmos. Este processo havia sido encorajado pelo G.E.R.C., cuja sede era em Pequim. Efectivamente, tinham sido mandados a Xangai dois militantes maoístas célebres, com a missão de acelerarem o dito processo. Tratava-se de Nieh Yan-tseu, professora de filosofia na Universidade de Pequim, que escrevera o «primeiro dazibao marxista-leninista nacional»,⁶ e Kuaí Ta-fu, estudante da Universidade Tsinghua, célebre por se ter oposto ao grupo de trabalho dirigido por Wang Kuang-mei, esposa de Liu Chao-chi. Estes dois indivíduos fizeram sessões

* Cf. supra.

nas fábricas de Xangai a fim de explicarem o que se passara em Pequim e incitarem os operários a fazerem o mesmo.

No princípio de Novembro, criou-se o Quartel General da Revolta Revolucionária dos Operários, que reagrupava diversas organizações das fábricas de Xangai decididas a combater Tchen Pai-sien e Tsao Ti-sieu. Esta organização aliou-se aos Guardas Vermelhos e passou a desempenhar um papel dirigente. Procurou criticar os dois responsáveis pela sua atitude na época dos grupos de trabalho e pelos obstáculos que tinham levantado à acção dos Guardas Vermelhos em Agosto e Setembro. Começaram a multiplicar-se nas ruas da cidade cartazes hostis aos dois homens. A partir daí, estes colocaram-se na defensiva. O vento tinha mudado.

O incidente de Anjing

O Quartel General dos «operários revoltados» não agrupava toda a classe operária de Xangai. O prestígio do município era ainda suficientemente grande para este ser digno de confiança aos olhos de uma parte dos trabalhadores. Nas fábricas apareceram assim duas correntes, uma a favor e outra contra Tchen e Tsao, que algumas vezes se chocavam violentamente.

Muitas vezes se perguntou o que teria estado na origem da divisão da classe operária chinesa em facções opostas. Este fenómeno não me parece muito misterioso. Há por toda a parte tendências conservadoras e tendências progressistas, assim como há por todo o lado pessoas cuja tomada de consciência é mais rápida que a de outras. Embora de uma maneira não linear, isto corresponde a situações económicas diferentes. A existência de camadas categoriais distintas entre os operários chineses, com vantagens materiais diferentes, é um fenómeno indubitável apesar de ser difícil avaliá-lo rigorosamente por falta de dados estatísticos. Esta situação justifica posições políticas e

ideológicas diferentes; e é sugerida por numerosos indícios que surgiram no decorrer da Revolução Cultural.

Estas duas correntes contraditórias na classe operária de Xangai manifestaram-se pela formação de duas grandes organizações opostas: de um lado o Quartel General contestando a política seguida pelo município; do outro, o Destacamento da Defesa Vermelha de Mao Tsé-Tung, organização conservadora, criada por instigação deste mesmo município e protegendo-o.¹ Neste ponto da narração dos acontecimentos já o leitor não deverá admirar-se pelo facto de ambas se proclamarem defensoras do pensamento de Mao Tsé-Tung e de se acusarem reciprocamente de seguir a linha reaccionária burguesa de Liu Chao-chi.

O Quartel General da Revolta Revolucionária dos Operários pediu no princípio de Novembro a Tchen Pai-sien e Tsao Ti-sieu que se autocriticassem perante representantes das suas organizações; mas aqueles recusaram e declararam que apoiavam a revolta contra a burguesia mas não a revolta contra eles, pois representavam o proletariado. Tal facto deu origem a polémicas e debates entre grupos adversários que deram brado pela cidade inteira.

O Quartel General decidiu que se enviasse uma delegação a Pequim para aí se fazer um relatório sobre a situação em Xangai, junto dos organismos centrais do Partido, e denunciar o Presidente do Município e o respectivo adjunto. De conviência com outros responsáveis do Gabinete do Partido pela China oriental, Tchen e Tsao fizeram com que o comboio que transportava os emissários fosse bloqueado por manifestantes. Estes, enganados por boatos falsos, julgaram que se tratava de reaccionários e fizeram parar o comboio em Anjing, pequena estação ao norte de Xangai. Tal acontecimento passou-se a 9 de Novembro de 1966.

¹ Era composto por quadros sindicais. Os seus membros são por vezes chamados «Guardas escarlates».

Primeira intervenção de Pequim

A situação em Xangai era bastante característica; numerosas províncias encontravam-se em situação semelhante. Convém abrir aqui um parêntesis para indicar como reagia em semelhante caso a direcção central do Partido de Pequim. A oposição que o movimento revolucionário encontrava em certos ramos locais do Partido Comunista de Xangai estava longe de ser comparável a manifestações de dissidência. As informações frequentes e erradas propagadas pelas agências de imprensa estrangeiras induziram o leitor estrangeiro ao erro. Pelo menos exteriormente, a força de certas correntes conservadoras não parecia pôr em questão a lealdade ideológica e política face ao Partido Comunista e à sua direcção. Basta este facto para explicar em parte o vigor das lutas entre tendências, pois muitos elementos de cada uma delas estavam persuadidos de agir no interesse do socialismo e em conformidade com a doutrina de Mao Tsé-Tung; só alguns conservadores, conscientes dos seus verdadeiros interesses, dissimulavam as suas intenções. Convinha portanto às autoridades de Pequim actuarem com muita diplomacia.

Devido à inexperiência dos Guardas Vermelhos e dos «rebeldes» operários que se lançavam na Revolução Cultural, as suas iniciativas não podiam deixar de ser afectadas por uma série de erros e confusões. O facto de terem enfrentado uma certa reserva por parte das secções locais do Partido tinha a sua explicação; estas secções ainda não estavam preparadas para explorar o movimento novo da situação, e era necessário dar tempo a estas organizações regionais para se adaptarem a ele e ultrapassarem as tendências burocráticas. Não seria correcto denunciar irreflectidamente como oposicionistas os responsáveis locais que a Revolução Cultural tivesse apanhado «desprevenidos». Também aqui transparecia a preocupação de Mao Tsé-

-Tung, tão visível nos seus escritos, de não alargar inconsideravelmente os alvos das lutas revolucionárias. De maneira gradual e calculada, a direcção maoísta, com a sua propaganda escrita ou oral, indicava a orientação a seguir, insistindo na necessidade de mobilizar as massas.

Só ao fim de um grande período se podem avaliar correctamente as tendências profundas de um Comité local do Partido. Se ele se adaptasse à situação e conseguisse guiar as massas no trabalho político, o problema estaria resolvido. Se se prolongassem os obstáculos à mobilização e às iniciativas das massas apesar da repetição das directivas, já não se estaria perante um mero erro burocrático e seria de considerar a possível existência de uma oposição influente. Era então que intervinham os órgãos centrais do Partido.

Isto explica que, após o incidente de Anjing, em Novembro, o G.E.R.C. tenha enviado o chefe-adjunto Tchang Tchuen-kiao a Xangai, sua terra natal. Pequim confiara-lhe uma «missão de aviso». Além de ter ordem para libertar as pessoas presas em Anjing, devia transmitir aos dois responsáveis municipais um aviso sobre a sua tendência para desencorajarem as críticas da população e para a dividirem em facções, anulando assim a eficácia da sua mobilização. Era-lhes assim feito um convite claro a renunciarem à aplicação da sua linha política anterior.

Quando o *Diário do Povo* e o *Bandeira Vermelha* exaltavam a palavra de ordem «Temos razão para nos revoltarmos»,* e o tabú da autoridade e a noção de uma disciplina absoluta em relação aos escalões superiores tinham sido postos em causa, tornava-se intolerável que os responsáveis locais tratassem como reac-

* «O marxismo comporta múltiplos princípios que se sintetizam em definitivo numa só frase: Temos razão para nos revoltarmos». Esta frase é extraída de um texto de Mao Tsé-Tung. Os Guardas Vermelhos fizeram dela a sua divisa.

cionários aqueles que os criticavam e procurassem imputar actividades anti-socialistas aos que se mostravam mais contestatários. Após a saída do editorial n.º 13 denunciando pela primeira vez os grupos de trabalho, com a propagação do movimento de crítica em todo o país, a persistência destas manobras colocava os autores das mesmas numa posição de oposição ao Partido.

Os conflitos continuam

Os responsáveis do Partido em Xangai criticaram Tchang Tehuen-kiao pela sua atitude em Anjing e o apoio que dava aos rebeldes. Por sua vez, este criticara Tchen e Tsao pelo facto de, recorrendo à violência, manobram secretamente uma parte das organizações de massa para se oporem ao Quartel General operário. Ao deixar Xangai, talvez Tehuen-kiao ainda tivesse dúvidas sobre a possibilidade de os ver mudar de linha política; mas a resposta surgiu sem qualquer ambiguidade quando, nas semanas que se seguiram, a sua casa em Xangai foi saqueada por membros do Destacamento da Defesa Vermelha. A situação na cidade não melhorou e atingiu até um ponto crítico marcado por incidentes sucessivos. A partir de então Pequim iria intervir mais abertamente.

Para combater a política de Mao Tsé-Tung os oposicionistas serviam-se principalmente da tendência dos subordinados para aplicarem burocraticamente as directivas recebidas. Era necessário algum tempo para que estes se desembaraçassem de uma disciplina de organização que não estava ao serviço da política revolucionária. Isto requeria muita lucidez: os «rebeldes» reclamavam-se maoístas mas os responsáveis do Partido, por eles criticados também, cada um deles pegava como queria nas palavras de ordem oficiais e na terminologia marxista. Como apreciar nestas condições o que era ou não era revolucionário? Por outro lado, era necessária coragem para se dessolidarizar dos supe-

riores. A disciplina comunista é rigorosa; subtrair-se a ela pode trazer consequências graves, como a revogação. Como justificar um acto de indisciplina com base no zelo pelos interesses supremos do Partido, se os representantes visíveis e reconhecidos desse Partido vos condenam? As hesitações eram inevitáveis, tanto mais que a liberdade de contestar os superiores, em nome da palavra de ordem «Temos razão para nos revoltarmos», não era habitual na China nem no movimento comunista internacional.

Todavia, a partir do momento em que, num determinado ramo do aparelho do Partido, se desenhava entre os quadros uma clara tomada de consciência do papel nefasto desempenhado por certos dirigentes, estes encontravam-se isolados e privados da arma mais eficaz que possuíam: a obediência irreflectida dos seus subordinados. A partir de então, a sua posição à linha oficial estava neutralizada.

A fim de favorecer a aceleração deste processo e impedir que as tendências burocráticas continuassem a favorecer os opositoristas, Tchang Tchuen-kiao voltou a Xangai em Dezembro (a data do seu regresso não está claramente definida; de acordo com as informações de certas organizações de massas Tchang só teria voltado no início de Janeiro). Aí divulgou a notícia de que o G.E.R.C. condenava a actividade de Tchen Pai-sien e Tsao Ti-sieu e procurou especialmente suscitar e encorajar um movimento de revolta contra eles entre os quadros do Comité municipal de Xangai, onde era uma personalidade conhecida. Isto resultou e, em 18 de Dezembro, um grande número deles colocou cartazes afirmando que deixavam de apoiar os dois secretários.

Isto, acrescentado ao facto de o Quartel General da Revolta Revolucionária dos Operários e os grupos de Guardas Vermelhos terem aumentado consideravelmente a sua audiência no decorrer das semanas precedentes, criou condições favoráveis ao estabelecimento

de uma grande união contra os dois dirigentes. A política destes últimos aproximava-se assim da derrota.

Sentindo a fragilidade da sua posição, Tchen e Tsao contra-atacaram uma última vez. Foi esta a origem da onda economista que surgiu nos últimos dias de Dezembro.

III. A CONTRA-OFENSIVA ECONOMISTA E A REVOLUÇÃO DE JANEIRO

O economismo

Os operários de Xangai, então completamente mobilizados, formavam o destacamento de vanguarda desse proletariado chinês cujo papel na Revolução Cultural se tornava decisivo e dava a esta última um impulso sem precedentes. Para contra-atacar eficazmente, a oposição devia lançar uma ofensiva visando directamente a desorganização das fileiras da classe operária. Uma das armas mais facilmente utilizada em tal caso, era o economismo. Este termo é susceptível de diferentes significados e deve tornar-se bem claro o que os marxistas entendem por ele. O economismo consiste em afastar a luta operária dos seus fins políticos para a canalizar para reivindicações de ordem puramente material. É uma tática frequentemente utilizada quando a classe operária se torna combativa. Também Lenine, no início das lutas proletárias na Rússia, enfrentou este problema; existe toda uma série de outros exemplos históricos em diversos países.

Assim, no momento em que na China a Revolução passava das escolas, das universidades, dos escritórios e de diferentes meios culturais, para as fábricas, as

forças neoburguesas opostas à linha maoísta recorreram igualmente ao economismo.

Argumentando que se podiam admitir perdas económicas desde que fossem compensadas por vantagens políticas, Tchen Pai-sien e Tsao Ti-sieu resolveram afastar as massas operárias concedendo-lhes vantagens materiais. Com esse objectivo, agiram de forma ainda mais clandestina do que anteriormente.

Não parece que as medidas tomadas tenham feito parte de um plano bem definido. Foram bastante diversificadas, e até por vezes contraditórias: surgiram sobretudo para criar uma situação instável e desagradável.

As decisões tomadas com vista a estimular a vaga economista (entrega de prémios, redução dos fundos postos à disposição das empresas nos bancos, etc.), pela sua própria natureza, emanavam de responsáveis do Partido com autoridade suficiente para agir de tal modo. Tinham um carácter sistemático e coordenado que demonstra o facto de constituírem a obra de um grupo organizado que actuava de acordo com um plano. Mas não emanavam abertamente do Comité municipal, pois este encontrava-se dividido desde que alguns dos seus membros tinham manifestado dissidências. Por outro lado, Tchen e Tsao deviam mostrar-se prudentes.* Pode-se pensar que estas medidas foram tomadas após consultas mais ou menos ocultas entre os dois homens e certos directores de fábricas de Xangai que seguiam uma orientação semelhante à deles. Uns enganados, outros com perfeito conhecimento de causa, continuavam contudo a aceitar a municipalidade como guia.

* Desde a viagem de Tchang Tchen-Kiao e a protecção que ele levou ao Quartel General, os dois homens tomaram precauções. Tentaram mesmo algumas vezes aparecer como neutros entre as duas facções rivais. Isto enganou certos observadores que acreditaram que a greve de que falo (ver adiante) era dirigida contra o Comité municipal. Com efeito, Tchen e Tsao ficaram até ao fim ligados aos conservadores.

As medidas economistas entraram assim em vigor em diferentes ramos industriais.

Tchen e Tsao procuravam consolidar o seu domínio sobre a fracção cada vez menor de operários que ainda os apoiavam, ganhando o seu reconhecimento pela distribuição de diversos privilégios. Em certos sectores foram concedidos aumentos de salários com efeito retroactivo e numerosas promoções.

Outras medidas parecem ter tido como objectivo criar uma atmosfera de divisão e choque dentro das empresas, a fim de impedir a unidade de acção. Aos estudantes que, de acordo com as directivas do Partido, tinham vindo trabalhar para as fábricas durante a Revolução Cultural, foram dados salários elevados. A finalidade era evidente: suscitar invejas aos operários, seus camaradas de trabalho. A decisão de aplicar um novo sistema de prémios num montante mais elevado tinha como finalidade a diversificação de categorias de salários e quebrava a coesão operária.

Quando se concediam vantagens em determinados sectores, os outros começavam também a reivindicá-los. Desenvolveu-se rapidamente um clima «economista». Os trabalhadores que tinham empregos provisórios na indústria reclamavam um estatuto. Foram estabelecidos contactos entre pessoas que exerciam as mesmas profissões, como por exemplo os condutores de táxi, a fim de formularem as reivindicações da sua corporação.

Não é possível condenar operários que pretendem melhorar o seu nível de vida. O facto de os operários de Xangai quererem reformar o sistema de salários não era contrário à linha revolucionária. Existiam desigualdades de pagamento e daí vinham descontentamentos diversos. Nos anos que precederam a Revolução Cultural tinha-se seguido no domínio industrial uma política que visava ligar estreitamente o montante do salário ao rendimento, o que aumentara a intensidade e a dificuldade do trabalho. Estas disposições tinham sido tomadas sob a égide de Puo

Yi-puo, Ministro da Indústria, e foram vivamente criticadas durante a Revolução Cultural pela própria imprensa oficial do Partido Comunista Chinês. A crítica mais importante feita a este sistema foi a de ter favorecido o nascimento de uma aristocracia operária e a divisão dos trabalhadores, diversificando os seus interesses. Certas estruturas administrativas e certos métodos utilizados em matéria de planificação e de gestão de empresas, decalcados do modelo soviético, inspiravam-se numa tendência análoga. Também era necessário efectuar neste domínio modificações completas e os operários chineses eram muito sensíveis a esta necessidade.

É de crer que estes problemas tenham sido abordados pelos dois responsáveis de Xangai com um objectivo diferente. Se por um lado era possível modificar certas formas de gestão a partir das críticas e sugestões dos operários, já a transformação do sistema dos salários ou a planificação só poderia ser feita à escala nacional, de acordo com uma direcção global e medidas apropriadas. Existe evidentemente uma diferença entre esta reforma em grande escala e a utilização local dos problemas salariais com o objectivo de velar o carácter político de uma luta.¹⁰

Dou todos estes esclarecimentos porque julgo importante mostrar a falsidade da interpretação dos acontecimentos de Xangai dada por numerosos jornais franceses, cujo leque político se estendia curiosamente da extrema-esquerda à extrema-direita. Com efeito, apresentou-se o economismo como uma manifestação do antagonismo entre a classe operária e os Guardas Vermelhos. Aos visionários do maóismo que pregam a prioridade do político sobre o económico, os operários teriam oposto as suas reivindicações materiais. Tais

¹⁰ Depois deste acontecimento, o Comité Central afirmou publicamente que as questões estritamente económicas deveriam ser resolvidas na última etapa da Revolução Cultural.

interpretações vêm pôr a nu um desconhecimento total das realidades da vida política e social na China, assim como o desprezo pelo papel político do proletariado. A força de serem repetidas sem serem contraditas, adquiriram crédito em numerosos espíritos; não deixam por isso de se basear em especulações erradas. O preconceito que está na base desta visão das coisas é que o proletariado chinês se opõe a Mao Tsé-Tung, «*leader camponês*». Estes comentários simplificados e fantasistas apenas aumentam a ignorância que nos separa da China. Favorecem enormes erros de apreciação sobre este país e um desinteresse ridículo pelas suas reais possibilidades.

O que me parece demonstrar que as manobras de Tchen e Tsao tinham como objectivo lançar a cidade na confusão, é o seu aspecto contraditório: em certas empresas aumentavam os prémios de rendimento do trabalho, que visam estimular a produtividade; mas fizeram-no de tal modo que provocaram a suspensão do trabalho em certos locais. Como em Pequim,¹¹ estes dois dirigentes beneficiaram do apoio de certos responsáveis sindicais formados sob a égide de Liu Chao-chi e que se transformaram em «*correias de transmissão*» da linha de Tchen e Tsao.

Alegando, segundo o método corrente na China que consiste em acusar a esquerda de ser a direita, que o Quartel General da Revolta Revolucionária dos Operários de Xangai e as diversas organizações de massa que o apoiavam representavam a linha reaccionária burguesa e que a sua influência não cessava de aumentar, os dois responsáveis municipais incitaram os estivadores e os ferroviários a desencadearem uma greve como réplica. O trabalho interrompeu-se parcialmente nos serviços portuários de Xangai, nos transportes e nas diversas empresas onde uma fracção dos

¹¹ Ver a 1.ª parte.

trabalhadores se mantinha hostil aos rebeldes. Diversos trabalhadores foram convidados a largar o seu posto e receberam numerosas autorizações de viagem para, a coberto de «trocas revolucionárias», irem a Pequim para «protestar» contra as actividades dos «reaccionários» de Xangai. Por estas deslocações eram concedidas somas atraentes. Indivíduos possuidores de importantes somas de dinheiro iam aos armazéns da cidade e aí compravam bicicletas, transistores, aparelhos fotográficos e relógios, fazendo com que certas mercadorias rarassem, provocando a desordem no comércio da cidade e abalando as estruturas da economia planificada.

A réplica dos «rebeldes»

Xangai vivia horas graves neste começo do ano de 1967. Para recompor a situação impunha-se que houvesse uma réplica rápida e enérgica. Esta foi essencialmente obra dos operários reagrupados no Quartel General da Revolta. Dez outras organizações de massa da cidade apoiaram a sua acção. A 5 de Janeiro, estas 11 organizações enviavam uma *Mensagem a toda a população de Xangai*. Foi publicado no *Wen hui Bao*, jornal importante da cidade de cuja direcção se tinham apoderado os revolucionários. Nesta mensagem lançava-se um grito de alarme e denunciava-se a contra-ofensiva economista. Chamava-se a atenção sobre a desorganização que acabava de se produzir em certos serviços e para as pesadas perdas que podiam trazer à economia nacional. Faziam-se lancinantes apelos aos operários que se mantinham no seu posto para que redobrassem os esforços, e aos que se tinham afastado para que compreendessem os seus erros e retomassem o trabalho. A *Mensagem* insistia fortemente na necessidade de se respeitar a Decisão em 16 pontos e os princípios directores salientados pelo Comité Central do Partido segundo os quais era necessário «fazer a Revolução estimulando a produção». A *Mensagem* dizia

aos operários logrados que tinham entrado em greve: «Acolheremos calorosamente o vosso retorno a fim de fazermos em comum a Revolução e levarmos a cabo conjuntamente a produção».

A 6 de Janeiro, os «rebeldes» tomavam conta da direcção de um outro jornal de Xangai: *Libertação*. Esta tentativa de controlo provocou conflitos, pois as organizações opostas tentaram impedir que ela se realizasse. Tiveram lugar diversas escaramuças. Senhores dos dois grandes jornais da cidade, os revolucionários publicaram a 9 de Janeiro um *Aviso Urgente* em 10 pontos.¹² Este texto apelava para que os «grevistas» voltassem de novo aos seus postos. Os serviços de propaganda de Xangai estavam nas mãos dos revolucionários e, com todo o poder que estes órgãos possuem na China, em breve empreenderam uma vasta campanha de denúncia do economismo apoiada nas organizações «rebeldes» da cidade. Foram afixados nas ruas milhares de cartazes multicores mostrando operários a quebrarem a resistência de burocratas barricados atrás de um muro de sacos de ouro. Juntamente com estes, havia cartazes manuscritos pedindo aos que tinham abandonado os seus postos de trabalho para voltarem aos mesmos. Apareceu uma nova onda de caricaturas. Numa delas, muito célebre e frequentemente reproduzida daí em diante, via-se Liu Chao-chi e Teng Hsiao-ping febrilmente ocupados a descarrilar o comboio da Revolução, colocando na via férrea pacotes de notas de banco.

Em Pequim as ruas cobriram-se igualmente de cartazes e palavras de ordem pedindo aos visitantes originários de Xangai que voltassem para casa e retomassem o trabalho. Em Pequim, como em Xangai, as lojas especializadas na venda de bicicletas, de aparelhos de rádio e outros objectos de elevado custo foram

¹² Cf. *Pékin Information*, n.º 4, 23 de Janeiro de 1967.

fechadas e o fornecimento cessou de maneira a parar a onda economista. As autorizações de viagem foram anuladas, os fundos das empresas congelados e proibido o lançamento de aumentos de salário. Avisou-se que os responsáveis por actos de sabotagem seriam castigados. As organizações de massa de Xangai, juntamente com as forças de segurança, encarregaram-se de aplicar estas medidas.

A intervenção dos órgãos centrais

Não podemos deixar de notar a vastidão da corrente anti-revolucionária durante os acontecimentos que acabámos de narrar. Numerosos comentadores estrangeiros viram aí sinais de força da oposição à linha de Mao Tsé-Tung. Esta interpretação não é falsa, mas para ser exacta deve considerar o contexto político específico que os rodeava. Primeiramente é necessário sublinhar que a oposição não levaria uma parte das massas atrás dela se se não afirmasse abusivamente defensora de Mao Tsé-Tung e não retomasse as palavras de ordem oficiais. Tchen e Tsao também pretendiam representar o proletariado e acusavam os «rebeldes» de serem antimaoístas e de aplicarem a linha reaccionária burguesa. Isto limita consideravelmente o alcance das manobras da oposição.

Fiz referência ao facto de as autoridades centrais se absterem frequentemente de intervir nos conflitos locais a fim de deixarem desenvolver-se a confrontação entre as organizações regionais do Partido e seus administrados, avaliando assim a atitude dos primeiros face aos segundos e reciprocamente. O relevo que certas actividades da oposição tomaram, só se explica na maior parte dos casos, como aconteceu no episódio dos grupos de trabalho, por o seu desenvolvimento ter sido deliberadamente facilitado pelos dirigentes da Revolução Cultural. Recordemos que a Declaração em 16 pontos já afirmara em Agosto que os chineses não deveriam assustar-se com as lutas de tendências e o agudizamento

das contradições políticas e sociais que daí adviriam. O número e a violência dos afrontamentos só foram possíveis porque o risco tinha sido deliberadamente aceite e porque eram num certo sentido desejados.¹² Este método está de acordo com a preocupação de Mao Tsé-Tung em educar politicamente as massas populares. A finalidade última da Revolução Cultural era, não o esqueçamos, transformar a mentalidade do homem. Ora isto não podia fazer-se por meio de medidas administrativas: para implantar a ideologia maoísta em todos os espíritos, era necessário que esta se concretizasse numa luta prática. Os homens deviam distinguir sozinhos, a propósito de problemas concretos, o que era ou não revolucionário. Isto implicava trocas de ideias, debates, controvérsias, lutas de tendências e afrontamentos por vezes violentos a que a Revolução Cultural dava origem e de que por sua vez se alimentava. Reflectia-se assim na sociedade a luta entre as duas linhas que existiam no Partido. Era então mais fácil descobrir as raízes sociais da oposição e pô-las a nu; chegava-se depois a uma situação em que o problema já podia ser sancionado directamente pelas instâncias superiores.

Sucediam-se pois intervenções activas dos órgãos centrais a períodos de não-intervenção relativamente

¹² Sobre este assunto, é característica a seguinte declaração feita por Chu En-lai a um grupo de representantes operários vindos do Setchuan para o consultar, e que foi reproduzida por um cartaz manuscrito colocado nas ruas de Pequim a 23 de Dezembro de 1966:

«O Presidente Mao autoriza-me a dizer-vos que haverá necessariamente distúrbios bastante intensos no Sudoeste. Não devemos receá-los. Os problemas amadurecem por meio dos distúrbios.»

«Pediram que Li Ching-tsuan e Li Ta-chang (Primeiro Secretário da Província de Setchuan e seu adjunto) fossem chamados a Pequim. O Comité Central não tem posição rígida sobre o assunto. Podem decidir o que vos interessar, pois o Comité Central não intervirá.»

extensos. Esta alternância marca cada uma das grandes fases da Revolução Cultural.

Em Janeiro de 1967, os órgãos centrais iam intervir de novo em Xangai, pois as contradições tinham então evoluído aí para o antagonismo.

A 11, o Comité Central, o governo, a Comissão militar do Comité Central e o G.E.R.C. enviavam uma mensagem às organizações revolucionárias de Xangai anteriormente mencionadas e apoiavam o seu *Aviso Urgente*.

A *Mensagem à população de Xangai*¹⁴ e o *Aviso urgente* foram propagados pela rádio em todo o país, enquanto que o conjunto dos órgãos de propaganda começavam a comentá-los favoravelmente e a citá-los como exemplo, o que criava imediatamente condições novas extremamente favoráveis aos rebeldes. O apoio que as 11 organizações recebiam do Comité Central constituía para elas um factor de sucesso decisivo na luta em que estavam empenhadas. Isto esclarecia evidentemente aqueles que até então os tinham combatido por estarem persuadidos de boa fé de que a sua orientação estava errada. A partir deste momento tornava-se impossível a Tchen e a Tsao darem a entender que a sua política tinha o apoio do Comité Central, pois este tomava uma posição inequívoca a favor dos «rebeldes revolucionários». As organizações de massa que até então tinham apoiado os dois responsáveis de Xangai foram profundamente abaladas e atravessaram uma crise. Segundo os casos, vieram a desagregar-se ou a reconhecer os seus erros, mudar de linha e aliar-se aos que tinham combatido anteriormente. Os editoriais do Partido pediam precisamente que se acolhesse bem estes indivíduos enganados que voltavam a unir-se.

¹⁴ Ver igualmente *Pékin Information*, n.º 4, 23 de Janeiro de 1967.

A 12 de Janeiro de 1967, um artigo comum do *Diário do Povo* e do *Bandeira Vermelha* indicava: «Devemos desenvolver com paciência e vigor um trabalho político e ideológico entre as massas temporariamente logradas. Devemos estar convencidos de que a esmagadora maioria das massas quer apoiar a Revolução. Uma vez esclarecidos os factos, elas poderão distinguir o verdadeiro do falso e voltar à linha revolucionária proletária do Presidente Mao.» É claro que tais acções não faziam desaparecer como que por encanto os rancores e as oposições. Era necessário muito tempo para que as divisões se apagassem definitivamente; mas a intervenção dos órgãos centrais facilitava este processo que, pelo menos em Xangai, se desenrolou sem dificuldades de maior. Num lapso de tempo relativamente curto, a onda economista foi destruída. Graças à acção rápida e enérgica dos rebeldes apoiados pelas autoridades centrais e por todo o aparelho de propaganda do Partido, a situação restabeleceu-se e o trabalho foi retomado.

Acabava de se desenrolar em Xangai uma fase crucial da Revolução Cultural. A amplitude atingida pela luta, a entrada maciça da classe operária na cena política, o papel de peso que ela jogava assim como as contra-ofensivas violentas desencadeadas pela oposição, mostravam que deviam e iam iniciar-se etapas decisivas.

As lições do movimento

Os 7 últimos meses da Revolução Cultural trouxeram múltiplos ensinamentos a Mao Tsé-Tung e aos seus partidários. Aos seus olhos devia ser o proletariado a dirigir a China; mas nas estruturas do poder proletário existiam contradições. Em certos sectores, homens que governavam em nome do povo tinham perdido as suas qualidades revolucionárias.

No conjunto, e de acordo com o que Mao Tsé-Tung muitas vezes dissera, o Partido era são. A maior parte

dos seus quadros formara-se na acção e o Partido assegurara com sucesso, ao longo de 18 anos, o desenvolvimento do país. Apesar disso, esperava-o uma doença grave que progredia insidiosamente: a perda da sua vitalidade revolucionária. Nos sectores onde os quadros tinham cessado de ser servidores do povo para se tornarem burocratas, surgiam ameaças de corrupção e degenerescência. Alguns deles tinham-se mesmo comprometido na via do revisionismo; era certamente uma minoria mas, resoluta e detentora de pontos directivos, vira aumentar a sua força. O aparelho do Partido e do Estado tinha pontos fracos nos quais os opositores se podiam infiltrar e levar a cabo actividades subterrâneas.

Foram estas considerações que levaram sem dúvida Mao Tsé-Tung a concluir que, para parar este processo, era necessário privar do poder este tipo de quadros, a fim de o transmitir a revolucionários.

Todavia isto não era suficiente. Uma simples repartição das responsabilidades não equivaleria a uma transusão de sangue novo. Uma vez que a alteração de certas zonas do poder comunista derivava essencialmente de uma ruptura entre este poder e as massas, era necessário refundi-lo e fazer com que ele se exercesse sob um controlo popular crescente. A possibilidade oferecida a todos de criticar as actividades dos quadros do Partido a todos os níveis já constituía uma forma de o conseguir. Mas era ainda necessário que surgissem novas estruturas capazes de institucionalizarem este controlo. As formas degeneradas do poder deviam ser eliminadas.

A um certo grau de desenvolvimento da luta, as organizações de massa «rebeldes» deviam portanto destituir os responsáveis do Partido a que se opunham. Deviam seguidamente designar representantes para os substituir e conservar a possibilidade de dar a conhecer as suas opiniões e as suas críticas aos novos dirigentes.

A transferência do poder

O *Bandeira Vermelha* n.º 2, que apareceu na segunda quinzena de Janeiro de 1967, justificava a transferência do poder nos seguintes termos: «Os rebeldes revolucionários proletários devem retirar aos responsáveis comprometidos na via capitalista (*Zu Zi Pai*) o poder de direcção de que dispõem».¹⁵ Foi por possuírem postos de direcção, explicava a revista, que puderam opor-se à linha revolucionária de maneira obstinada. Foi por isso que os obstáculos por eles levantados durante o movimento de crítica foram tão numerosos e por vezes difíceis de ultrapassar. Graças ao poder de que dispunham podiam utilizar fracções do aparelho do Partido, aproveitar as tendências burocráticas, encorajar o servilismo e a aplicação cega das palavras de ordem por quadros colocados sob as suas ordens. Tinham usado as suas prerrogativas administrativas para despedir as pessoas que os criticavam e, em certos casos, para as prenderem. Tinham actuado do mesmo modo ao desencadear uma onda de economismo. Este poder açambarcado pelos elementos burgueses revisionistas ou contra-revolucionários devia ser resolutamente arrancado pelo proletariado e exercido por ele mesmo.

Um editorial muito importante do *Diário do Povo* focava este assunto a 22 de Janeiro.¹⁶ Afirmava logo nas primeiras linhas que o Presidente Mao e o Comité Central apoiavam o movimento que consistia em arrancar o poder aos responsáveis revisionistas.

«Por toda a parte onde tenha sido açambarcado pelos representantes da burguesia, este poder deve ser

¹⁵ Cf. «Revolucionários proletários, uni-vos!», *Peking Information*, n.º 4, 23 de Janeiro de 1967.

¹⁶ Cf. «Revolucionários proletários, uni-vos largamente para tirar o poder aos responsáveis comprometidos na via capitalista!», *Peking Information*, n.º 5, 30 de Janeiro de 1967.

reconquistado» afirmava o editorial, que acrescentava: «Os rebeldes revolucionários tiraram lições profundas dos revezes e vicissitudes destes últimos meses [...] Viram cada vez melhor que a Revolução Cultural enfrentava dificuldades porque os revolucionários não controlavam o poder».

Esta transferência efectuou-se pela primeira vez em Xangai. Após a ofensiva dos «rebeldes», a contra-ofensiva economista e a réplica enérgica que se seguiu, os responsáveis do Comité municipal de Xangai ficaram isolados e sem qualquer prestígio. A maior parte dos seus defensores abandonaram-nos. Estavam pois reunidas as condições para que estes indivíduos fossem privados das suas funções e para que o poder que anteriormente detinham fosse exercido a partir de então pelos representantes dos «rebeldes revolucionários proletários». Isto concretizou-se com a fundação da Comuna de Xangai, em 5 de Fevereiro, que mais tarde tomou o nome de Comité Revolucionário da municipalidade de Xangai. O conjunto destas peripécias vividas na China como acontecimentos tumultuosos e exaltantes recebeu o nome de Revolução de Janeiro.

Xangai não foi o único lugar na China onde o economismo alastrou. Noutras cidades e províncias, onde o nível de mobilização das massas operárias era sensivelmente idêntico, verificou-se o mesmo fenómeno. Em Pequim com menor intensidade porque a municipalidade já não estava nas mãos de elementos oposicionistas, mas com vigor em Tientsin, Wuhan, Chenyang, Si Ngan. Em muitos lugares a Revolução Cultural passava por fases análogas às que descrevemos em Xangai. A questão do poder iria igualmente ser colocada. O eco da tempestade da Revolução de Janeiro soaria com força no país, vindo juntar uma nova página à história da China.

2. A CONTRA - CORRENTE DE FEVEREIRO

Em Fevereiro de 1967 as ruas chinesas ofereciam um prodigioso espectáculo: paredes, vitrinas e passeios cobertos de cartazes, de *slogans* em caracteres enormes, de caricaturas. Estas últimas consistiam muitas vezes numa série de desenhos de grande formato retratando com humor e subtileza diversos episódios da luta que se estava a desenvolver. De uma maneira geral visavam Liu Chao-chi, Wang Kuang-mei, sua esposa, Teng Hsiao-ping e Tao Chu; mas também alguns ministros e altos funcionários eram frequentemente atacados. O seu número crescia, as cores vivas e o talento satírico dos seus autores contribuíam para dar às ruas da cidade o aspecto de grandes páginas de jornais ilustrados. Nesta série de caricaturas, assistia-se por exemplo ao exame radiológico de Liu Chao-chi: os raios X mostravam o seu coração «negro», cor que simbolizava na China todo o mal da criação, cuja expressão suprema é o revisionismo. Além via-se Tao Chu abrir uma loja de seguros especializados na protecção aos revisionistas; mais além era Ho Lung que se apresentava com os fatos e distintivos convencionais que a Ópera de Pequim reservava aos militaristas da China feudal. No princípio estes desenhos foram obra de profissionais ou de estudantes de Belas-Artes. Depois, todos os que sentiam alguma vocação, operários, trabalhadores anónimos, os executaram; nascia espontaneamente uma nova forma artística e só é de lamentar

que as autoridades chinesas não tenham pensado em dar a esta criação espantosa a publicidade que merecia no exterior do país. Muito mais que as obras pictóricas, aliás muito raras, que a imprensa exaltou mais tarde como sucessos do proletariado, este florescimento de caricaturas pareceu-me ser um apaixonante exemplo de arte popular.

Pequim não escapava à febre que parecia ter-se apoderado da China no começo do ano. Durante todo o dia a cidade era atravessada por cortejos. A pé ou de camioneta, estudantes e trabalhadores reuniam-se em encontros ou regressavam deles hasteando bandeiras vermelhas, retratos de Mao Tsé-Tung, pequenas bandeiras e estandartes diversos. Nas grandes encruzilhadas do centro da capital, nas artérias principais, na enorme praça Tien An Men, grupos compactos de pessoas iam e vinham; formavam-se grandes ajuntamentos, discutia-se, estabeleciam-se contactos, trocavam-se informações. Nunca foram distribuídos tantos comunicados e vendidos tantos jornais dos Guardas Vermelhos e das organizações operárias. Nesta época estes jornais eram extremamente numerosos. Cerca de 200 vendiam-se regularmente em Pequim; eram distribuídos por estudantes e operários nos locais mais animados. Enquanto a imprensa central do Partido, extremamente selectiva, não distribuía informações sobre o desenrolar das lutas em curso durante a Revolução Cultural, estas publicações reflectiam de maneira muito mais viva os debates, as polémicas e as diferentes fases que a marcavam. A existência desta rede de informação paralela permitia a todos os Chineses estarem ao corrente dos acontecimentos sem que as notícias e acusações contidas nelas tivessem um carácter oficial. Foram estes jornais e os cartazes de parede que começaram a criticar Liu, Teng e Tao quando a imprensa central ainda não o fazia.

O Grupo Encarregado da Revolução Cultural instalara perto de Tien An Men um centro de recepção que nunca se esvaziava: vinham continuamente repre-

sentantes das diferentes organizações da capital e da província pedir informações, levar questionários, mensagens, relatórios. Camiões munidos de altifalantes estacionavam nos pontos mais frequentados e distribuíam constantemente declarações das organizações de massa. Nas empresas e escolas havia também altifalantes que transmitiam informações, apelos e proclamações diversas. Por vezes dois grupos diferentes entregavam-se assim a uma polémica sonora, daí resultando uma grande algazarra.

As pessoas desfilavam frequentemente ao som de gongues e tambores trazendo painéis impressos com o duplo sinal da felicidade e retratos floridos de Mao Tsé-Tung, para celebrar publicamente a transferência do poder que acabavam de efectuar no próprio local de trabalho. Nestes casos penduravam-se solenemente nas fachadas das empresas, universidades ou escolas, dos dois lados da entrada, grandes painéis de madeira vermelha impressos em caracteres dourados com a indicação do nascimento de um Comité Revolucionário. O frontão era também ornamentado com uma grande fita de tecido vermelho plissado coberto de flores multicores, e suspendiam-se à entrada enormes lanternas de papel púrpura próprio dos dias festivos. Pela noite fora ouviam-se rebentar foguetes, outros sinais tradicionais de festa.

I. OS PROBLEMAS DA TRANSFERÊNCIA DO PODER

Uma situação complexa

A partir do fim de Janeiro e princípio de Fevereiro de 1967 apareceram os primeiros sinais de uma vitória dos maoístas sobre a oposição. A transferência do poder de Xangai seguiu-se outra em Tsingtao e pouco depois em todo o Xantung. O poder foi seguidamente transferido à escala provincial no Chansi, no Kueitcheou e Heillongkiang. Era assim eliminada uma boa parte de oposicionistas, enquanto os jovens militantes da Revolução Cultural vinham insuflar o seu dinamismo no aparelho do Estado. Isto constituiu uma vitória apreciável, mas o seu alcance foi limitado pelas dificuldades diversas que a seguir descreveremos.

A progressão geográfica das transferências de poder não se estendia para além das regiões mencionadas. Devido à imensidão do território chinês e à diversidade das condições locais, a Revolução Cultural Proletária não pudera desenvolver-se ao mesmo ritmo em todo o país: havia pois regiões em que os opositores eram suficientemente fortes para actuar. O movimento para a transferência do poder progredia aí mais lentamente e a luta mantinha-se mais ou menos aguda. Províncias como Setchuan, Kiangsi, Yunan, Chensi e

a Mongólia, por exemplo, entravam nesta categoria, embora em graus diversos.

Surgiu então um emaranhado de situações diferentes. Por vezes o poder à escala provincial residia, teoricamente pelo menos, nas mãos dos oposicionistas, apesar de já ter sido transferido para os «rebeldes» em certas municipalidades dessa província; outras vezes, acontecia o contrário: a província era dirigida por rebeldes mas incluía municipalidades onde os opositores se mantinham ainda. A relação de forças entre «rebeldes» e «conservadores» variava portanto de uma província para outra e até de uma localidade para outra.

A esta situação já confusa vem juntar-se um novo elemento de complexidade.

Um fenómeno imprevisto

A transferência do poder realizada em Xangai e a que se lhe seguiu pouco depois no Heillongkiang eram constantemente exaltadas pela imprensa do Partido que aconselhava que se seguissem estes exemplos. No entanto, insistia-se sempre na necessidade de o fazer onde apenas fosse indispensável. Não parece que a direcção central do Partido tenha considerado necessário proceder a transferências de poder em grande escala nos outros escalões: fábricas, escolas e subdivisões técnicas e administrativas destas. Sem que fosse afastada esta eventualidade, não foi considerado como devendo realizar-se em grande escala. O estudo atento dos editoriais do *Diário do Povo* e do *Bandeira Vermelha* deste período mostra de facto que a lealdade maoísta da maioria dos quadros médios e inferiores do Partido fora conseguida, apesar dos erros que alguns tinham cometido na difícil prova em curso.

Ora nas últimas semanas de Janeiro e nas primeiras de Fevereiro, assistiu-se em várias regiões a múltiplas transferências de poder a níveis inferiores da administração e do aparelho do Partido. Verificava-

-se que as massas iam espontaneamente muito mais longe do que o previsto.

Isto teve duas consequências. A primeira foi dar origem à resistência dos opositores nestes escalões da administração: embora apoiados por uma reduzida minoria, não se revelaram por isso menos capazes de efectuar manobras de obstrução. Mesmo em regiões onde o poder tinha sido transferido ao nível municipal e provincial, não se verificou transferência de poder em todas as fábricas, escritórios e escolas de cada província ou cidade. Isto explica-se por duas razões diferentes: ou porque a transferência não era necessária pois o comité do Partido funcionava convenientemente, ou porque os adversários da linha revolucionária tinham conseguido resistir aos «rebeldes». A relação entre «rebeldes» e «conservadores» teve variações não só de uma província para a outra e de uma localidade para outra, como de um local de trabalho para outro. Como em 1966, a luta entre duas linhas continuou pois a diluir-se numa série de conflitos que se estenderam a numerosos sectores da sociedade chinesa. A segunda consequência desta vaga espontânea de transferências de poder, realizadas muitas vezes de maneira prematura e sem preparação suficiente, foi a de criar problemas duráveis que iam pesar sobre o curso dos acontecimentos.

O problema dos quadros

O primeiro e o mais agudo destes problemas foi o dos quadros. A transferência fazia-se acompanhar, a todos os níveis, da criação de novos órgãos chamados Comités Revolucionários, dos quais faziam parte os chefes das organizações «rebeldes». Era necessário que os quadros também participassem nos novos organismos de direcção, pelo menos aqueles que não podiam ser tomados por revisionistas e que constituíam a maioria, segundo afirmava a Declaração em 16 pontos. A sua experiência, maturidade política e capacidade

de organização eram o fruto de decénios de trabalho revolucionário e constituíam um bem precioso e indispensável. Sem eles as novas estruturas não podiam consolidar-se e funcionar correctamente.

Já falámos das imensas dificuldades que os quadros tiveram de enfrentar nas fases precedentes da Revolução Cultural Proletária. Os grupos de trabalho e alguns comités do Partido influenciados pela linha de Liu-Chao-chi, tinham utilizado os quadros para reprimir e combater os elementos revolucionários no seio das massas. Anteriormente, quase todos os quadros tinham sido apontados como alvos possíveis da crítica das massas: outras vítimas da linha de Liu Chao-chi, umas vezes executantes da mesma, oscilando entre a autoridade dos superiores e a pressão das massas, a sua situação era sem dúvida difícil e muitas vezes hesitavam e tomavam uma atitude que alguns consideravam equívoca. Alguns cometeram erros que tanto podiam ser pouco importantes como graves. Alguns jovens revolucionários alimentavam contra eles sentimentos de desconfiança e rancor. Além disso, os privilégios materiais de que uma parte deles usufruía, modestos em si mesmos mas significativos num país onde o igualitarismo é um sentimento poderoso, criava uma antipatia por parte de alguns trabalhadores.

Levados pela precipitação e ardor que inspira a exaltação dos grandes momentos, estes não souberam frequentemente avallar o papel dos quadros. O seu erro era o de assimilar o burocratismo de numerosos responsáveis, na verdade bastante irritante, a uma atitude contra-revolucionária. Tratava-se, contudo, de uma visão simplista das coisas: um manga de alpaca não é a figura ideal do combatente revolucionário, mas não se pode acusá-lo de revisionismo ou de traição pelo simples facto de ser manga de alpaca! Em consequência disto, tinha sido portanto irradiado um número excessivo de quadros. Existia mesmo entre certos trabalhadores e estudantes uma tendência bastante acentuada para os afastar a todos. Tornava-se por isso difícil

assegurar as tarefas de administração e de gestão, devido à falta de capacidade e actividade dos jovens a quem eram confiadas, naturalmente com pouca formação e experiência.

Quero esclarecer aqui qual a situação de um quadro irradiado, devido às informações incorrectas saídas em diversos órgãos de imprensa ocidentais. Falando de depuração, abusando por vezes de fórmulas chinesas desajeitadas a que a tradução literal conferia ainda uma aparência mais violenta, alguns artigos tendiam a fazer acreditar num verdadeiro massacre da oposição. O gosto dos chineses pelas metáforas de fraseado militar do estilo, «Bombardear o quartel general da burguesia», ou «Tomar de assalto as muralhas do revisionismo», deu lugar, mesmo por parte de jornalistas sérios, a muitas extrapolações sobre o encarniçamento sangrento das lutas em curso. Devido à má tradução de uma expressão chinesa de sentido figurado, cujo significado geral é, «Abrir o fogo da crítica sobre a linha reaccionária burguesa», uma agência de imprensa estrangeira afirmou muito calmamente que os adversários de Mao Tsé-Tung eram lançados ao fogo pelos seus partidários.

Na realidade, o afastamento de um quadro, mesmo acusado de revisionismo, não era seguido de prisão e ainda menos de execução. Os quadros privados da sua função continuavam a ir todos os dias à sua empresa e os salários a ser-lhes pagos normalmente. Só lhes eram suprimidos certos benefícios materiais relacionados com as necessidades da função que tinham deixado de exercer, como por exemplo a utilização de viaturas da empresa. Uma parte do seu tempo disponível era destinado a trabalhos manuais simples. Transportavam carvão, cuidavam dos aparelhos de aquecimento, ou preparavam as refeições. Isto passava-se geralmente de manhã, uma vez que a tarde era consagrada a estudos políticos e a sessões de crítica e autocrítica.

O afastamento de um quadro não o isentava da crítica, pois os Chineses estão persuadidos, e Mao Tsé-Tung muito contribuiu para que assim fosse, de que o homem está sempre a tempo de mudar. Uma vez que não se mata nem se prende o opositor, só resta uma coisa: fazê-lo mudar de ideias. A crítica e a auto-crítica surgem como um processo de reeducação da pessoa que a elas for submetida. Além disso, a crítica das anteriores actividades dos quadros irradiados deveria continuar para que se pudesse analisar devidamente o que deveria ser transformado na fábrica ou na escola; e isto levava tempo.

Em Fevereiro de 1967, nas empresas em que a tendência espontaneísta para o afastamento excessivo de quadros era manifesta, viam-se grupos compactos de responsáveis destituídos partir de manhã para o trabalho manual, enquanto à tarde compareciam em batalhões igualmente compactos nas assembleias gerais do pessoal para serem criticados.

A consequência deste estado de coisas foi, bem entendido, uma certa degradação da actividade corrente dos escritórios e das empresas, bastante notória nas primeiras semanas de Fevereiro.

Alguns quadros encontravam-se desamparados face à violência das críticas que os visavam. Uma parte da opinião pública hesitava, interrogando-se perante certos excessos. Nas empresas e nas escolas, era com veemência, e com base em acusações por vezes débeis, que se criticavam os quadros alinhados em longas filas diante das tribunas. E a esta atmosfera tensa, juntava-se ainda a violência verbal característica dos Chineses.

Obrigava-se os reprovados a usar boinas pontiagudas, sinal chinês tradicional de infâmia política, prática que deu azo a uma intervenção vigorosa de Mao Tsé-Tung para lhe pôr fim. Chegaram a ver-se quadros, alguns de passado glorioso, apupados por jovens, o que chocou muito a opinião. Ninguém estava livre deste frenesim de crítica. Não foi o marechal

Chu Teh, um dos artesãos da libertação da China ao lado de Mao Tsé-Tung, apelidado de «velho cretino» nos cartazes de parede? Havia quem começasse a dizer que os «rebeldes» e os «pequenos generais» exageravam.

As tendências para a cisão e o espírito de clã

A insuficiente preparação com que se efectuaram algumas transferências de poder, teve por consequência não só a ausência de unidade entre os «rebeldes» e os quadros do Partido, como também, por vezes, a desunião entre as próprias organizações rebeldes. Frequentemente, estudantes e operários repartiam-se por múltiplas organizações de massa, inicialmente de acordo, para lutarem conjuntamente contra a linha de Liu Chao-chi, mas prontos a entrarem em conflito sobre os métodos a aplicar. Para além das opiniões divergentes que pudessem ter sobre os diferentes quadros do Partido, estas organizações dividiam-se tanto a propósito das transferências do poder como da criação de Comitês Revolucionários. Foi por vezes devido à rivalidade com outros grupos rebeldes, no intuito de provar que eram os mais revolucionários, que organizações de massa se apressaram a anunciar a transferência do poder em seu proveito. Estas acções surgiam assim como movimentos minoritários, pouco preocupados em assegurar um vasto apoio dos operários ou dos estudantes do local em questão.

Outras organizações, unidas no momento da transferência do poder, dividiam-se logo a seguir por causa das divergências surgidas no momento de designação dos responsáveis das organizações que deveriam fazer parte dos Comitês Revolucionários: uns queriam uma representação proporcional e outros igualitária.

Certos grupos reivindicavam a preponderância: «Fomos os primeiros a constituir-nos e tivemos um papel mais importante; seria preferível que as outras organizações se dissolvessem e que os seus adeptos se juntassem a nós». «De maneira nenhuma», respondiam

os interessados, «pois na revolução todos somos iguais.» O diálogo de surdos prosseguia, sendo por vezes transmitido através de altifalantes nos pátios das fábricas e recintos universitários.

Além disso, a unidade das fileiras rebeldes era abalada, pois as várias organizações obedeciam a quartéis gerais frequentemente distintos, ou mesmo rivais, estabelecidos à escala de uma cidade ou de um agrupamento de empresas. Numa mesma oficina ou escritório, pessoas que se conheciam bem eram impedidas de unir-se pelo facto de os seus dirigentes, no exterior, estarem em desacordo. Esta estrutura vertical correspondia mal às necessidades do movimento: a unidade das pessoas que trabalhavam juntas estava com efeito submetida aos acordos estabelecidos pelas direcções, ao nível dos «cumes», pelo que estas se arriscavam a «isolar-se das massas». Para remediar este inconveniente, a imprensa do Partido recomendou mais tarde o estabelecimento de alianças em função da divisão administrativa ou técnica local: oficina, secção, etc. Foi amplamente divulgada uma experiência deste tipo tentada com sucesso numa fábrica de têxteis em Kueiyang. A ideia dos dirigentes da Revolução Cultural era evidentemente torner os conflitos entre direcções de organizações de massa, encorajando a unidade na base. Mas isto trouxe poucos frutos.

As cisões e divisões persistiram em diversos locais, enquanto o espírito de clã progredia. Certos Comitês Revolucionários estabelecidos nas fábricas e nas universidades, sem grande adesão de estudantes e trabalhadores, tinham uma representatividade medíocre e uma autoridade relativa. A ausência de um número suficiente de quadros experientes nas suas fileiras, restringia-lhes ainda as capacidades de administração. Por isso, poucos comitês receberam desde a sua criação o apoio oficial das autoridades maoístas.

Ao panorama das dificuldades existentes, juntava-se pois uma proliferação de clãs engendrando uma tendência para a esterilização das forças «rebeldes».

II. A CONTRA - CORRENTE DE FEVEREIRO

A Revolução Cultural Chinesa apresenta-se como uma alternância contraditória de correntes de direita e de esquerda. A mobilização das massas e a transferência do poder surgem fundamentalmente como uma ofensiva de esquerda para quebrar uma tendência de direita utilizando um sector do aparelho do Partido para levar a cabo os seus fins. Esta ofensiva de esquerda acarretou excessos, tornando necessária uma rectificação que certos opositores desviaram para a direita. Este acontecimento verificou-se por volta dos fins de Fevereiro de 1967, e é conhecido na história da Revolução Cultural por «contra-corrente de direita de Fevereiro». Vamos recordar-lhe a origem, descrever as suas manifestações e, seguidamente, o seu fracasso.

O contexto social e político

A China estava em plena efervescência: acções de massa e transferências de poder em numerosos escalões. A Revolução Cultural tomara um aspecto tumultuoso e exaltado. A sociedade chinesa mergulhara num vasto e poderoso turbilhão. A confusão e nervosismo tinham naturalmente a sua parte nesta efervescência de lirismo político que teria feito sonhar muitos

dos nosso libertários parisienses, se dela tivessem sido testemunhas.¹

Esta violenta sacudidela era necessária para fazer rebentar a cobertura de chumbo que as tendências burocráticas e revisionistas ameaçavam fazer recair sobre a China. Como Mao dissera em Maio de 1966, começara-se por destruir, a construção viria mais tarde. Mas havia o risco de a destruição, alimentando-se da sua lógica própria, engendrar, por acumulação e aceleração, uma semianarquia. Ora, tinham aparecido fenómenos negativos: alguns Comitês do Partido, incapazes de se adaptarem à especificidade da situação, tinham deixado de funcionar, enquanto que os novos órgãos de direcção, os Comitês Revolucionários, se implantavam lenta e dificilmente. O tabú da autoridade tinha sido de tal forma abalado pela crítica dos quadros que, aqui e ali, a disciplina colectiva tendia a enfraquecer e a organização do trabalho a ser entravada. Isto atingia a vida de todos os dias. Por vezes, tornava-se quase impossível aos sinaleiros regular o tráfego das bicicletas. Muitos cidadãos achavam-se no direito de recusar as suas indicações, tantas vezes era citada a frase de Mao Tsé-Tung: «Temos razão para nos revoltarmos». Nos parques, os jovens patinavam sobre grandes superfícies de água gelada, em infracção aos regulamentos inseridos em tabuletas bastante visíveis. Muitas vezes o trabalho era desprezado em pro-

¹ Nunca houve Revolução de conteúdo tão profundo. Nunca um regime receou tão pouco as perturbações nem depositou tal confiança nas massas dando-lhes o direito de serem elas próprias a designar os seus dirigentes e a destruir, se necessário pela força, aqueles que não desejavam. Nada disto tem precedentes históricos. E não deixa de ser útil lembrá-lo na Europa, onde tantos ideólogos ignorantes e tagarelas se esforçam por minimizar estes acontecimentos, apresentando-os como uma luta entre duas burocracias e uma falsa Revolução em que as massas foram manobradas, ou mesmo reprimidas quando se aventuravam a ir longe de mais.

veito de actividades políticas exteriores. Os comboios ainda levavam muitas pessoas à província para procederem a trocas revolucionárias; mas quando o período dos transportes gratuitos terminou, muitos passageiros recusavam-se a pagar o seu lugar.

Se por um lado se agravava a situação do momento, havia também o perigo de se instaurar um vazio político; nos escalões intermédios da sociedade, as estruturas de organização arriscavam desagregar-se, e a oposição podia aproveitar as circunstâncias para reagir.

Centralismo e espontaneísmo

Todo o marxista considera que, nas revoluções, as massas devem ser conduzidas e dirigidas por uma só classe: o *proletariado*, considerada como a classe mais revolucionária. Esta direcção deve ser exercida pelos seus elementos mais conscientes e mais resolutos, a vanguarda, organizados num partido comunista. Lenine consagrou numerosas páginas à demonstração desta tese, considerada hoje como essencial ao marxismo. Mao Tsé-Tung acha-a correcta e orientou a sua acção durante a Revolução Cultural Proletária de acordo com esses princípios.

A direcção comunista das massas não deve excluir a hipótese de estas se exprimirem, tomarem iniciativas e agirem. É isto precisamente a democracia. Mas, divididas em classes, as massas têm tendências, capacidades de luta e ideias distintas. A direcção comunista deve pois centralizar as ideias e as iniciativas que considera justas e elaborar a sua política nesta base, à luz do marxismo. É isto o «centralismo democrático», a que Mao Tsé-Tung chama uma unidade de contrários. O equilíbrio a manter entre estes dois elementos é delicado. A Revolução Cultural e a mobilização de massas que esta implicou devem ser consideradas, de um ponto de vista marxista, como uma tentativa para compensar um excesso de centralismo por um incremento da democracia de massas. Em Fevereiro de 1967, quando

os excessos da democracia de massas deram origem ao espontaneísmo — iniciativas efervescentes saídas do âmbito de uma orientação política definida — viria a ser necessário corrigi-los pelo restabelecimento de uma certa dose de centralismo.

Rectificação e campanhas de imprensa

Este centralismo não deveria revestir formas brutais e repressivas, pois a mobilização das massas seria travada, ficando assim comprometido o ulterior desenvolvimento da Revolução Cultural, para o qual continuava a ser necessária. Devia aplicar-se o centralismo, mas com peso e medida.

Incitou-se as organizações de massa a rectificar os seus próprios erros e, para tal, deu-se início a uma vasta campanha de imprensa. Reforçou-se assim o centralismo no plano ideológico para compensar o seu enfraquecimento no plano da organização, uma vez que o afastamento de numerosos quadros tinha perturbado o funcionamento dos Comitês do Partido em certos locais. A campanha de imprensa processou-se em torno de dois temas. O primeiro, era a denúncia das tendências para a divisão grupuscular e o espírito de clã. Os jornais do Partido citaram abundantemente o exemplo de Tsingtao, onde os rebeldes já tinham conseguido rectificar este tipo de erros. Citaram igualmente a rectificação empreendida com sucesso pelo «Destacamento Lu Sin»,² em Xangai.

O movimento de rectificação que se efectuava em diversos lugares consistia em fazer reuniões de todos os aderentes de um grupo para lhes pedir que criticassem os chefes que tinham eleito e a política dos mesmos. A imprensa do Partido aconselhou a que se realizassem sessões de rectificação «à porta aberta», quer dizer,

² Cf. *Pékin Information*, n.º 10, 6 de Março de 1967.

os excessos da democracia de massas deram origem ao espontaneísmo — iniciativas efervescentes saídas do âmbito de uma orientação política definida — viria a ser necessário corrigi-los pelo restabelecimento de uma certa dose de centralismo.

Rectificação e campanhas de imprensa

Este centralismo não deveria revestir formas brutais e repressivas, pois a mobilização das massas seria travada, ficando assim comprometido o ulterior desenvolvimento da Revolução Cultural, para o qual continuava a ser necessária. Devia aplicar-se o centralismo, mas com peso e medida.

Incitou-se as organizações de massa a rectificar os seus próprios erros e, para tal, deu-se início a uma vasta campanha de imprensa. Reforçou-se assim o centralismo no plano ideológico para compensar o seu enfraquecimento no plano da organização, uma vez que o afastamento de numerosos quadros tinha perturbado o funcionamento dos Comitês do Partido em certos locais. A campanha de imprensa processou-se em torno de dois temas. O primeiro, era a denúncia das tendências para a divisão grupuscular e o espírito de clã. Os jornais do Partido citaram abundantemente o exemplo de Tsingtao, onde os rebeldes já tinham conseguido rectificar este tipo de erros. Citaram igualmente a rectificação empreendida com sucesso pelo «Destacamento Lu Sin»,² em Xangai.

O movimento de rectificação que se efectuava em diversos lugares consistia em fazer reuniões de todos os aderentes de um grupo para lhes pedir que criticassem os chefes que tinham eleito e a política dos mesmos. A imprensa do Partido aconselhou a que se realizassem sessões de rectificação «à porta aberta», quer dizer,

² Cf. *Pékin Information*, n.º 10, 6 de Março de 1967.

permitindo aos aderentes de outras organizações assistirem a estas reuniões e darem a conhecer as suas críticas.

A imprensa central sublinhou a necessidade de execução da chamada Grande Aliança, entendendo por isso o reagrupamento desejável de 95% de trabalhadores e quadros do Partido, em cada unidade de trabalho ou de ensino. Os revisionistas só eram verdadeiramente apoiados por uma minoria que não representava mais de 5% da população. As tendências para o sectarismo e para a cisão deviam pois ser rejeitadas sem timidez.

O segundo tema da campanha da imprensa centrou-se no problema crucial dos quadros. Na segunda quinzena de Fevereiro, o *Bandeira Vermelha* publicou no seu n.º 4 um editorial intitulado: «É preciso tratar correctamente os quadros».² Afirmava que a luta deveria ser conduzida com lucidez, que os elementos estranhos ao proletariado e infiltrados nas fileiras dos quadros eram pouco numerosos: «Alargar de maneira errada a frente de ataque», dizia o artigo, «dirigir a luta contra a massa dos quadros, significa não fazer uma distinção clara entre o inimigo e nós, e isso é muito perigoso». Era pois necessário proceder a um exame profundo da actividade dos quadros nos diferentes escalões e distinguir os que eram bons e relativamente bons, de acordo com a Declaração em 16 pontos. Quanto aos que tinham cometido erros, era necessário, após terem sido criticados, dar-lhes a possibilidade de se corrigirem: «É necessário criticá-los no sentido de os ajudar e, feito isso, ter largueza de espírito e recorrer aos seus serviços», indicava o artigo.

Só se devia pois afastar uma minoria de quadros constituída por elementos obstinadamente comprometidos na via capitalista, que se revelavam incapazes ou pouco interessados em corrigir os seus erros.

² Cf. *Pékin Information*, n.º 10, 6 de Março de 1967.

O Partido esforçou-se por popularizar na imprensa um certo número de experiências conseguidas neste domínio, principalmente no Heilongkiang. O departamento do Comité Central encarregado da propaganda mandou afixar por toda a parte citações de Mao Tsé-Tung extraídas do capítulo do *Livro Vermelho* que diz respeito aos quadros, sobretudo um que diz: «Saibamos julgar os quadros. Não fundamentemos a nossa apreciação num único facto isolado, num dado momento da vida de um quadro; consideremos o conjunto do seu passado e do seu trabalho». Esta era uma referência muito clara aos quadros do Partido que possuíam um passado militante glorioso e que convinha proteger, mas que não tinham sido poupados à crítica. Segundo um método corrente na China, e que as particularidades da língua desse país facilitam, estas citações foram musicadas e cantadas com frequência na rádio.

O apelo para a reabilitação dos quadros injustamente afastados, comportava o risco de os revisionistas serem repostos nas suas funções. A importância que de repente foi dada aos erros dos rebeldes implicava um outro erro: o de desacreditá-los. A oposição que não tinha sido ainda completamente abatida podia encontrar ocasião para se reabilitar. O restabelecimento do centralismo podia fazer suceder aos excessos espontaneístas e esquerdistas, um excesso direitista inverso. Foi exactamente isto que aconteceu, marcando assim o começo da «contra-corrente direitista de Fevereiro».

Aparecimento da contra-corrente

Esta é uma das fases mais importantes mas também uma das mais mal conhecidas da Revolução Cultural. Numa época em que os cartazes murais davam uma quantidade impressionante de informações sobre os acontecimentos em curso, permaneceram discretos relativamente às circunstâncias exactas nas quais a

contra-corrente surgiu e se desenvolveu. As controvérsias no seio dos órgãos dirigentes do Partido que marcaram esta época permaneceram secretas, contrariamente ao que se passou com os acontecimentos do período precedente. Não me é possível esclarecer todos os aspectos deste assunto. O que conto a seguir corresponde simplesmente ao que o homem da rua chinês tinha possibilidade de saber na época.

Parece que alguns dirigentes do Partido ficaram muito preocupados com as tendências espontaneístas para a destituição maciça dos quadros, surgidas aquando da transferência do poder. Parece igualmente que alguns deles tenham nesta ocasião mantido uma certa reserva quanto à linha política de mobilização das massas em grande escala, que se seguiu à 11.ª Sessão Plenária de Agosto de 1966. De facto, dir-se-ia até que a posição deles se teria aproximado da fracção de Liu Chao-chi e que teriam preconizado uma linha mais moderada defendendo o compromisso com ela.* Isto foi condenado mais tarde pelo Comité Central como uma nova manifestação da linha reaccionária burguesa. Só se pode citar o nome de Tan Chen-lin, Ministro da Agricultura e membro do Gabinete Político, entre os promotores da contra-corrente, tendo sido em seguida alinhado na categoria dos opositores à linha de Mao Tsé-Tung. Outros nomes foram evocados em diferentes momentos da Revolução Cultural, mas as fontes são incertas. Como estas pessoas conservaram até agora as suas funções, pode-se considerar que a sua responsabilidade no desencadear da contra-corrente é, se não completamente dúbia, pelo menos secundária. Tan Chen-lin passa por ter declarado que, se numerosos quadros do Partido tinham aplicado a linha reaccionária burguesa face às massas, os rebeldes por seu lado tinham

* Alguns reclamaram o alargamento do G.E.R.C. e a reintegração de personalidades criticadas.

aplicado a linha reaccionária burguesa face aos quadros. Ora, acusar um indivíduo ou um grupo de cometer um erro de «linha» era, no contexto político da época, extremamente grave. Ignoro em que circunstâncias o Ministro pronunciou estas palavras: tê-lo-á feito em público perante as organizações de massa ou à porta fechada, aquando das reuniões dos organismos dirigentes? Isto não foi esclarecido. Mas, na altura, as declarações e palavras de ordem recebiam uma ampla difusão através dos inúmeros cartazes de parede, dos jornais das organizações de massa, das brochuras e dos comunicados diversos por elas publicados. As palavras de Tan Chen-lin foram retomadas e forneceram um argumento que ia ser utilizado pela oposição.

No Ministério da Agricultura, Tan Chen-lin readmitiu por sua iniciativa muitos funcionários afastados;⁵ foi então acusado de ter readmitido revisionistas; medidas semelhantes foram tomadas num outro ministério importante. Tais factos preocupavam bastante os maoístas, pois este fenómeno podia vir a anular os resultados das lutas anteriores. Certos partidários de Peng Cheng e de Liu Chao-chi começavam a encontrar nos organismos centrais posições que tinham perdido. Este reavivar da direita ao nível da direcção da administração e do Partido constituiu o primeiro aspecto da contra-corrente de Fevereiro.

A fórmula de Tan Chen-lin segundo a qual os «rebeldes» tinham aplicado a «linha reaccionária burguesa» face aos quadros, implicou também um outro movimento ameaçador. Manifestou-se com certa amplitude, não só nos organismos superiores mas também nas universidades e fábricas.

⁵ O próprio Tan Chen-lin organizou tomadas de poder fictícias em unidades dependentes do seu ministério.

Uma contradição suplementar

Os grupos rebeldes eram em geral compostos por membros e não membros do Partido unidos num espírito de contestação de certos responsáveis cuja orientação era tida por não conforme à linha política de Mao Tsé-Tung. Os excessos do período precedente, o tratamento incorrecto dado a numerosos quadros e o descrédito que as palavras de Tan Chen-lin se esforçavam por lançar sobre os revolucionários, engendraram numa fracção dos membros do Partido e da Liga Comunista uma tendência difusa para se retirarem das organizações «rebeldes» (o termo de membro do Partido aplica-se aqui às pessoas que pertencem à organização deste, sem terem responsabilidade particular, e distingue-se assim de quadro). Na atmosfera turbulenta de cisões e desacordos da época, alguns grupos rebeldes desapareceram e surgiram outros cujos aderentes eram, em proporção considerável, membros das organizações do Partido e da Liga e que criticavam os seus antigos companheiros de armas.

Uma primeira contradição separava as organizações de massa rebeldes, que desempenhavam um papel de vanguarda na promoção da política maoísta, e as organizações influenciadas pela oposição. Uma nova contradição, nascida da cisão das próprias organizações rebeldes, veio juntar-se a esta. Ora, era muito grave que uma linha divisória tendesse a estabelecer-se entre membros e não membros do Partido.

Com efeito, o princípio estratégico que Mao Tsé-Tung tinha afirmado frequentes vezes era unir 95% das massas e dos membros do Partido numa luta que visava isolar e seguidamente privar de influência, uma oposição considerada revisionista mas não representando senão uma minoria, um «punhado», como o repetia constantemente a propaganda oficial. A Declaração em 16 pontos de 8 de Agosto de 1966 insistia muito neste tema. O curso da Revolução Cultural afastava-se portanto deste esquema em certos locais e

corria riscos de se comprometer se o fenómeno se amplificasse.

Como bom marxista, Mao Tsé-Tung achava que uma luta de massas só pode ser eficaz se for colocada sob a direcção centralizada de um Partido Comunista. O princípio da unidade dos quadros e das massas populares correspondia à preocupação de contribuir para que a actividade dos segundos fosse apoiada pelos primeiros. Mas entretanto esboçava-se uma tendência inversa.

Esta tendência comportava dois obstáculos ao desenvolvimento revolucionário: por um lado, esboroava as fileiras de rebeldes acentuando a proliferação das organizações existentes e suas divergências; por outro lado, enraizava assim o sectarismo e o espírito de clã. Ora o poder não podia ser exercido pelos representantes de uma só organização revolucionária mas sim pelo conjunto destas. Era necessário que estas se unissem, o que se tornava cada vez mais difícil.

Se se reagrupassem em organizações distintas como já começara a acontecer em alguns locais, os membros do Partido e da Liga deixariam de lutar contra a linha de Liu Chao-chi e passariam a querelar-se entre si. Como a oposição, embora enfraquecida, não estava destruída e ainda conservava alguns pontos de apoio influenciando organizações de massa, podia explorar esta situação em seu proveito. Os seus cabecilhas, bem colocados, tinham muitas vezes demonstrado grande habilidade. Por meios tortuosos podiam tentar conduzir os membros do Partido e da Liga a fazerem o seu jogo e a apoiarem ou reforçarem as tendências conservadoras. Efectivamente, esta situação serviu de trampolim a uma nova ofensiva contra os rebeldes, que constitui o segundo aspecto da contracorrente de Fevereiro.

O Ataque contra as organizações de massa rebeldes

Os grupos de vanguarda arriscavam-se a ficar privados, pelos seus próprios erros, de uma fracção

dos seus aliados entre os militantes do Partido. Utilizando o descontentamento suscitado pelos excessos espontaneístas do movimento, armando-se em defensora dos quadros inconsideradamente afastados, estigmatizando a desordem, tentando aliciar hesitantes, descontentes e moderados de vária ordem, a oposição tentava por todos os meios contra-atacar os rebeldes e desacreditar a transferência de poder.

Esta manobra era mais uma vez inseparável da tática habitual que consistia em «agitar a bandeira vermelha para combater a bandeira vermelha». Tomava formas muitas vezes insidiosas e subterrâneas. Espalhavam-se falsos boatos sobre os chefes das organizações rebeldes, tentando fazê-los passar por oportunistas ou corrompidos. É desta altura que data o recurso, pela segunda vez, à «teoria da linhagem», que já vimos ser invocada por certos Guardas Vermelhos em Novembro de 1966. Para fazerem desacreditar as organizações revolucionárias, alguns espalhavam o boato de que as mesmas eram formadas por filhos de burgueses ou de reaccionários. Nas fábricas, os operários camponeses eram apresentados como filhos de proprietários fundiários; de novo se espalhará o *slogan*: «Pai reaccionário, filho indigno».⁶

Espalhava-se também o boato de que os rebeldes eram de facto elementos antipartido. Era difícil fazer passar a transferência do poder por uma operação antipartido, uma vez que a imprensa e a rádio a exaltavam constantemente; mas os agentes da oposição rodearam a dificuldade com grande subtilidade. «Em certos lugares», diziam, «os *Zu Zi Pai* simularam transferências de poder para enganar as massas» (o que se produziu efectivamente em Cantão e em alguns organismos dependentes do Ministério da Agricultura). «Fingiram abandonar o poder, mas apenas o transmitiram a orga-

* *Vor supra.*

nizações reaccionárias e continuam a exercê-lo por seu intermédio». Propagou-se então uma psicose das falsas transferências de poder.

Numa parte das escolas e das fábricas as disputas a propósito desta transferência de poder tornaram-se frequentes. Quando os membros dos novos Comitês Revolucionários organizavam assembleias gerais do pessoal, os grupos opostos apupavam-nos. Injuriavam-se; cada moção do Comité Revolucionário era amesquinhada em público pelos contraditores e as reuniões acabavam em grande confusão. E isto constituía apenas uma forma menor de desordem. Nalguns locais desenhava-se uma tendência mais preocupante, pois os opositores chegaram a utilizar estes diferendos para montar novas organizações conservadoras ou reforçar as antigas e lançarem-se em ataques físicos contra os revolucionários.

Foi assim que, num grupo de fábricas e nos serviços administrativos e culturais de Pequim, foi levantada a «querela dos selos» (desenrolaram-se na província outros acontecimentos análogos). As pessoas opostas aos Comitês Revolucionários quiseram impedi-los de se apoderarem dos diversos selos de que o Comité local do Partido dispunha e de os utilizarem para validar os seus documentos. Isto deu origem a uma série de desavenças. Quando um grupo conseguia apoderar-se dos selos, os indivíduos do grupo adversário atacavam a sua sede tentando reavê-los. Num número considerável de locais isto implicou uma tensão que afectava o bom andamento do trabalho. Os opositores entregaram-se a repetidos golpes de mão; os chefes de certas organizações rebeldes foram raptados e detidos por grupos conservadores; os dirigentes destes últimos foram por sua vez vítimas de represálias e sequestrados. Estas represálias cedo se estenderam a quadros do Partido. Os defendidos pelas organizações conservadoras foram raptados pelos rebeldes; os quadros do Partido que apoiavam estes últimos foram por sua vez raptados pelos conservadores. Ao fim de alguns

dias, uns e outros libertavam os prisioneiros; o rapto constituía apenas um «aviso», se bem que em nada contribuisse para diminuir a confusão.

Esta atmosfera de excitação era incomodativa mas não chegava a ultrapassar o nível das escaramuças. Falar de agitações tumultuosas graves e mesmo de guerra civil, como por vezes se chegou a fazer, seria um exagero ridículo. Nesta época, e salvo excepções, o balanço dos recontros era ainda ligeiro mas, com o decorrer dos meses, as coisas passar-se-iam diferentemente devido à agudização dos antagonismos.

III. O FRACASSO DA CONTRACORRENTE

Um esclarecimento

Seria errado julgar que estas dificuldades encontradas pela Revolução Cultural eram gerais. Afirmei no começo do capítulo que a relação de força entre rebeldes e opositores variava de uma localidade para a outra e mesmo de uma empresa e de uma escola para a outra. A extensão das desordens e dos obstáculos ao movimento revolucionário variavam de maneira correlativa. As três províncias e os dois municípios onde primitivamente se operara a transferência do poder constituíam um sólido bastião das forças rebeldes. Isto não significava, por outro lado, que a oposição dominasse tudo o resto. Com efeito, a sua situação tinha sido consideravelmente abalada em toda a China pela acção das organizações revolucionárias estudantis e operárias. Todavia, para que esta vitória se concretizasse na fundação de Comitês Revolucionários seria necessário tempo para ultrapassar as dificuldades internas. O número de locais onde os Comitês Revolucionários tinham sido formados já era muito importante, mas as autoridades não os apoiaram imediatamente, deixando-os primeiramente consolidarem-se e alargarem a sua base de massa.

As dificuldades encontradas, as cisões e a desorganização dos Comitês do Partido devido ao afastamento de imensos quadros, não se tinham, apesar de tudo, generalizado. A contra-corrente de Fevereiro não foi um fenómeno de envergadura nacional que afectasse todas as regiões e todos os sectores da sociedade. A reabilitação de quadros revisionistas tocou apenas dois ministérios, e a contra-ofensiva visando os rebeldes só se efectuou num número relativamente limitado de locais. Muitas vezes, no estrangeiro, interpretou-se de maneira extensiva certas informações sobre as complicações então existentes. É uma estupidez: se a China estava perto do caos e os maoístas enfrentavam uma situação desesperada, como compreender o posterior sucesso destes? A importância destas ocorrências foi portanto média; teve porém de ser energicamente combatida de modo a evitar precisamente a sua extensão. Os acontecimentos de Março de 1967 mostram que os revolucionários maoístas dominavam a situação, pois conseguiram eliminar estes obstáculos num lapso de tempo muito curto.

A contra-corrente é vencida

A primeira tarefa que se impunha a Mao Tsé-Tung e aos seus partidários era repelir a contra-corrente de Fevereiro. A tentativa de desculpar os quadros revisionistas foi denunciada na imprensa. Os rebeldes foram defendidos. Afirmou-se que estes tinham cometido erros de apreciação mas não erros de linha. Uma série de directivas que não foram transmitidas pela imprensa oficial e se inspiravam nestas considerações foram dadas aos representantes das organizações de massa. Nos dois ministérios onde teve origem a contra-corrente de Fevereiro, os dirigentes do G.E.R.C. intervieram para levar a bom caminho o movimento revolucionário. Sem dar detalhes e sem citar nomes, a imprensa oficial denunciou a contra-corrente direita.

O *Bandeira Vermelha*, nos termos velados que lhe são habituais, fez avisos contra a tentativa de reintrodução dos *Zu Zi Pai* nas fileiras revolucionárias: «Não se deve impor às massas os que persistem nos seus erros, os que não se afastaram claramente da linha reaccionária burguesa, introduzindo-os nos órgãos de direcção», declaravam em Março os seus editoriais.⁷

Numerosos artigos contendo indicações semelhantes foram igualmente publicados pelo *Diário do Povo* e difundidos na rádio. Os membros do G.E.R.C. multiplicaram os contactos com os organismos de massa e efectuaram missões nas diferentes províncias para que se orientassem no mesmo sentido.

Um problema delicado

Já expliquei as razões de Mao Tsé-Tung para se apoiar num grande movimento de massa a fim de vencer a oposição. Enquanto a sua vitória não estivesse assegurada, ia utilizar plenamente esta arma. Em Fevereiro de 1967 a oposição ainda não estava destruída; como consequência, a mobilização popular continuava a ser essencial. As organizações de massa rebeldes que haviam sido a ponta de lança da estratégia do Presidente do Partido deviam pois continuar a desempenhar um papel tão importante quanto possível.

Mas era necessário reforçar o centralismo para que a Revolução Cultural Proletária continuasse a desenvolver-se. Devia ser mantido um equilíbrio delicado e minucioso entre o centralismo e o trabalho de massas, o que exigia medidas flexíveis e firmes. Os excessos esquerdistas do movimento de massas, alimentando excessos direitistas de centralismo, obrigavam a navegar constantemente entre dois escolhos.

⁷ Cf. «A propósito da Tripla União Revolucionária», *Peking Information*, n.º 12, 20 de Março de 1967.

A solução do problema dos quadros era a chave da situação. Com efeito, convinha subtrair à crítica um número suficiente deles para poder estruturar os Comités Revolucionários. A unidade das organizações que tinham sido minadas pelo espírito de clã e pelas cisões seria também largamente facilitada por um acordo neste domínio.

Com efeito, nas empresas e escolas onde as organizações de massa se guerreavam, as divergências tendiam a concentrar-se à volta do problema dos quadros. Em geral, existia uma divisão em duas fracções opostas, tendo de cada lado uma organização grande e pequenas organizações satélites. Constatava-se que os quadros do Partido defendidos por uma fracção que os considerava revolucionários ou simplesmente «recuperáveis» eram combatidos pela outra que os considerava revisionistas e vice-versa. Por outras palavras, enquanto que para a fracção A, X era revolucionário, para a fracção B era revisionista; e enquanto que Y era revolucionário para B, era revisionista para A. Onde isso acontecia, poucos quadros escapavam à crítica de um e outro grupo e reuniam em torno de si uma unanimidade de sufrágios que lhes permitisse exercer uma verdadeira autoridade. Para se poder compreender a sequência dos acontecimentos não deve esquecer-se este emaranhado de conflitos.

Os organismos dirigentes do Partido não podiam intervir directamente para solucionar estes problemas sem anularem a participação das massas na Revolução Cultural, sem destruir o seu dinamismo e renegar os princípios até então seguidos. Só os estudantes e os operários deviam avaliar o valor dos quadros. Mas esta avaliação devia romper com os excessos precedentes e adoptar o método dos inquéritos profundos e dos debates prolongados. Era necessário analisar bem a actividade dos diferentes quadros durante um período bastante longo da sua vida militante e não apenas durante os últimos meses. Este exame em pro-

fundidade tinha também a vantagem de evitar a reabilitação de opositores.

A imprensa do Partido também convidava as organizações de massa a unirem-se. Era necessário combater o espírito de clã, afastar as divergências sobre pontos secundários e reforçar a Grande Aliança. Também aqui havia uma dificuldade considerável. Com efeito, num certo número de lugares, as organizações de massa conservadoras tinham sido influenciadas subrepticamente pela oposição e defendiam de facto os quadros revisionistas. Não se devia fazer apressadamente uma união com estes grupos na base de compromissos ocasionais que só poderiam, afinal, reabilitar os opositores. Era necessária uma união, mas sem ecletismo. A imprensa oficial recomendava pois que se empreendesse um trabalho de explicação e persuasão para reconduzir os aderentes destes grupos a uma posição revolucionária, mostrando-lhes que eram enganados pelos adversários de Mao Tsé-Tung.

Esta política subtil faz lembrar o trabalho delicado das inimitáveis bordadoras chinesas. Só um homem de talento incomparável, um mestre de diplomacia, poderia ser o artesão desta política: o Primeiro Ministro Chu En-lai. Infatigável apesar dos seus 68 anos, Chu En-lai estaria em toda a parte, nos ministérios, nas fábricas, nas escolas, em Pequim e na província. Ia multiplicar os encontros com os representantes dos Guardas Vermelhos e dos operários, explicando infatigavelmente as directrizes de Mao Tsé-Tung e a maneira de as aplicar. A sua forte personalidade marcou profundamente este fim do primeiro trimestre de 1967; com a sua acção directa e por vezes a sua presença física nos Ministérios e diferentes serviços e empresas, com o seu poder de persuasão e habilidade, contribuiu enormemente para cessar as desordens e solucionar os conflitos.

Um trabalho tão complexo não podia porém realizar-se pela simples magia do verbo, nem utilizando simples directivas, por muito hábeis que fossem, ou

o talento, mesmo que excepcional, de um só homem. Era necessária uma sólida base estrutural, uma organização de homens experimentados para darem o enquadramento necessário. Onde encontrá-los? Os quadros do Partido em muitos locais tinham ganho a confiança das massas e não se tinham afastado da linha revolucionária; sendo assim, podiam ser utilizados. Mas noutros locais isso não acontecera. A apreciação do seu papel pelas organizações de massa era uma tarefa difícil e que exigia tempo; as necessidades imediatas da manutenção da vida administrativa e do restabelecimento do centralismo político e orgânico nestes sectores impunha outras soluções.

Foi o exército chinês, o Exército Popular de Libertação (Renmin Jiefang Jun) que, nestas circunstâncias, se constituiu em reserva preciosa dos quadros de que a Revolução Cultural tinha necessidade.

A intervenção do E. P. L.

As tarefas puramente militares do Exército chinês no decorrer da Revolução Cultural Proletária foram muito limitadas. Neste período o seu papel foi duplo. Primeiro, encarregou-se de manter a continuidade da gestão de ramos delicados da actividade do país como a aviação civil e comercial, certas fábricas, tipografias, etc.: este aspecto do trabalho do E.P.L. chama-se «controlo militar». Podia acontecer, como por exemplo no Kuangtung, que a administração das actividades de uma província fosse colocada «sob controlo militar». Isto significava que eram os soldados, pouco numerosos e sem armas, que asseguravam o bom funcionamento das empresas ou dos organismos importantes velando por que esse funcionamento não fosse interrompido pelos debates e acções da Revolução Cultural a que a sua intervenção não punha, de forma alguma, fim.

Para não complicar a narração, deixei de parte um aspecto da contra-corrente de Fevereiro: o desencadear de uma onda de economismo nos campos. Parece

não haver dúvida de que o Ministro da Agricultura Tan Chen-lin tem aqui uma boa parte de responsabilidade. Em certas comunas populares, seguindo diretrizes mal intencionadas, alguns haviam decidido distribuir reservas de mercadorias (os depósitos em dinheiro eram muito limitados nas comunas chinesas, pois não existiam praticamente remunerações salariais), alterar os pontos de trabalho e modificar a unidade de contagem de modo a avaliar diferentemente o esforço de produção de cada trabalhador. O Fukien, o Kiangsi e o Yunnan conheceram assim problemas bastante sérios ao mesmo tempo que o trabalho agrícola sofria de uma certa falta de assiduidade, da desorganização dos comités do Partido e da confusão que daí resultava.

O E.P.L. tomou também a seu cargo a rectificação dos efeitos desta vaga economista. Alguns quadros militares vieram reorganizar as equipas de produção, enquanto numerosos soldados iam para os campos ajudar às tarefas da Primavera nos sítios onde a produção tinha sido abalada. Foi-lhes igualmente confiada a guarda das reservas e dos silos.

O outro aspecto do trabalho do exército foi o apoio à esquerda, anunciado por um editorial de 25 de Janeiro de 1967; esta intervenção acentuou-se durante a contra-corrente de Fevereiro. Procurou-se defender as organizações rebeldes dos contra-ataques adversários, impedir que os seus erros os levassem ao isolamento e à dissolução. O Exército efectuava ainda o seu apoio a estas organizações de modo a ajudá-las a empreender campanhas de rectificação, a unirem-se às outras organizações revolucionárias e a analisar melhor o problema dos quadros. Era necessário que os soldados desembaraçassem a meada de interpretações divergentes sobre os quadros, por vezes atacados e defendidos por grupos opostos. É evidente que o Exército não interveio em toda a parte mas apenas nos locais onde estes problemas surgiam com acuidade.

A sua acção desenvolveu-se de maneira muito branda, por intermédio das famosas equipas de propaganda. Estas compunham-se de uma dezena de soldados sem armas que iam para as escolas, escritórios ou fábricas onde a sua presença era necessária, a fim de participarem nos debates das organizações de massa e impedi-los de degenerarem. É necessário não cometer o erro de pensar que eles substituíam, nos locais para onde iam, os comités do Partido enfraquecidos: estas equipas não podiam decidir em seu lugar. Procuravam apenas manter um número de quadros suficiente para assegurar as tarefas da administração diária. Deste modo, os soldados exerciam simultaneamente o controlo militar e o apoio à esquerda.

Mas as equipas de propaganda não podiam dar ordens às organizações de massa. Face às controvérsias que separavam os trabalhadores e os estudantes, tinham o papel delicado de distinguir as tendências revolucionárias das conservadoras e, seguidamente, de convencer os trabalhadores e os estudantes a aplicarem o que concordava com a linha maoísta. Deviam levar as organizações conservadoras a aperceberem-se de que a sua orientação era incorrecta, e persuadir as organizações revolucionárias do carácter errado de algumas das suas atitudes. Os soldados deviam despertar nuns e noutros a necessidade de afastar o espírito de clã e de unir o maior número de gente possível para atingir os verdadeiros alvos da Revolução Cultural, o punhado de *Zu Zi Pai*. Como os soldados das equipas de propaganda não tinham o direito de usar da força, de acordo com as instruções da comissão militar, e como não podiam recorrer a argumentos de autoridade, o seu trabalho, essencialmente político e ideológico, foi um desenrolar dos tesouros de diplomacia e paciência em que o temperamento chinês é bastante rico.

Tive ocasião de conversar com soldados encarregados deste trabalho numa fábrica de Pequim; explicaram-me como procediam.

Todos os membros destas equipas de propaganda participavam no trabalho de produção nas mesmas condições que os operários e empregados. Alojados com eles no local, e tomando as refeições nas mesmas cantinas, os seus contactos com a base eram estreitos. Em todos os problemas onde havia divergências de pontos de vista consultavam os chefes das diversas organizações de massa e recolhiam o máximo de opiniões dos trabalhadores. Esforçaram-se por apoiar todas as iniciativas correctas e não uma fracção ou organização particular. Procuravam estabelecer uma distinção entre as contradições antagónicas e as não antagónicas, no seio do povo e com o inimigo. Não deviam porém apoiar compromissos em questões fundamentais. Organizavam frequentemente sessões de estudo das obras de Mao Tsé-Tung, escolhidas em função dos problemas específicos, para conduzir os trabalhadores e os estudantes a encararem as questões em termos marxistas-leninistas. Esforçavam-se ainda por impedir que qualquer organização criasse obstáculos à liberdade de expressão das outras, perturbando as reuniões ou a afixação de cartazes.

Características do E. P. L.

Para compreender o papel do E.P.L. na Revolução Cultural é necessário definir algumas das suas características. É preciso também distanciarmo-nos face ao relato completamente fantasista que os jornais ocidentais deram dos acontecimentos de Fevereiro de 1967. Depois de terem pintado com muito exagero o quadro semi-apocalíptico de um país à beira do caos, onde as fábricas quase teriam fechado as portas enquanto os operários estavam ocupados em querelas ou a viajar de comboio, apresentaram a intervenção do exército como a de emissários que iriam forçar os grevistas a retomar o trabalho. É notório que em França o jornal «comunista» *Humanité* tenha defendido acerrimamente este ponto de vista.

O Exército chinês tem a particularidade de ser o único exército do mundo que admite explicitamente a primazia do político sobre o militar. A primazia do homem sobre o material e a da ideologia sobre a técnica são os princípios fundamentais que guiam a sua acção. Não posso entrar aqui em detalhes sobre o significado destes princípios, a sua aplicação e o seu alcance: basta lembrar que os soldados do E.P.L. são ao mesmo tempo militantes políticos e homens de armas encarregados de defender as fronteiras chinesas. São formados para desempenhar um papel político na sociedade que não é um mero acessório da sua tarefa militar; ambas as tarefas têm pelo menos a mesma importância. A intervenção do E.P.L. na Revolução Cultural correspondeu essencialmente ao exercício do seu papel político. Como compreender este papel se o representarmos sob a imagem de uma soldadesca que se dedica à repressão?

O regime Comunista chinês foi o único capaz de criar um exército que usufrui de uma grande confiança e de um imenso prestígio na população, e isto é notável quando se sabe como os excessos seculares do feudalismo e dos diversos clãs militaristas que assolaram a China até 1949, tinham tornado odiosa a própria palavra «soldado». Os comunistas chineses só conseguiram esse resultado mantendo no seu exército um estilo de vida simples e de trabalho desinteressado, fazendo com que os militares desempenhassem um papel social muito desenvolvido e estabelecendo relações de crítica e autocritica tanto entre os quadros do exército e a tropa como entre o exército e a população.

É difícil nos países ocidentais fazer uma ideia exacta do que pode ser um tal exército, cujos membros são simultaneamente delegados políticos e combatentes. A intervenção do exército chinês na Revolução Cultural de Fevereiro de 1967 consistiu num trabalho de persuasão longo e minucioso. Só assim se podia satisfazer as exigências de uma situação política e social complexa, onde o centralismo deveria ser reforçado sem

comprometer a mobilização popular destinada a fazer reviver o Partido e o regime comunistas.

O Estado manifesta de novo a sua autoridade

A recrudescência do centralismo fez-se acompanhar de um aumento de actividade governamental no que respeita mais directamente ao desenvolvimento da Revolução Cultural. Um certo número de esclarecimentos públicos vieram indicar que, nos ministérios e nas divisões administrativas que os compunham, era proibido proceder a transferências de poder; não se negou porém o direito de criticar os titulares. De facto, *todos os ministros chineses virão a ser publicamente criticados por cartazes*. Todavia, a destituição de um ministro só poderia ser pronunciada pelo Gabinete político. Não era permitido substituir um comité de Partido de um ministério por um comité Revolucionário. O Gabinete político reservava-se o direito, a partir das propostas das organizações revolucionárias do dito ministério, de nomear novos titulares para os cargos de responsabilidade.

Outros cartazes com recomendações governamentais pediam os maiores esforços para assegurar dias de trabalho de 8 horas. Esclareciam que os trabalhadores não deveriam ausentar-se sem razão da sua empresa, que deveriam abster-se de qualquer negligência relativamente ao material e que não deveriam esbanjar os fundos. Foi igualmente lançado um apelo aos camponeses para que os trabalhos da Primavera fossem levados a bom termo. O texto fazia notar que a esmagadora maioria dos quadros nos campos eram bons ou relativamente bons, e que se deveria permitir a reabilitação daqueles que haviam cometido erros. Algumas semanas mais tarde lançou-se um apelo semelhante aos trabalhadores e aos quadros da indústria e do comércio.

Abandonando finalmente uma parte das suas precauções, os organismos do Partido e do Governo

decidiram tomar medidas policiais contra organizações que tinham manifestado tendências hostis ao maoísmo. O Ministério de Segurança pública anunciou a proibição de duas organizações e a prisão de alguns dos seus chefes que haviam infringido a lei: o Comité de Acção Unida (Liandong) e o Exército dos Trabalhadores Vermelhos, cuja acção evocámos na primeira parte. Isto bastou para que certos escritórios do Ministério fossem ocupados pelos partidários destas organizações, que tentaram protestar contra estas medidas.

A Tripla União

O centralismo deveria ser restabelecido, mas sem rigidez; por outro lado, não se pretendia restaurar as antigas estruturas de organização. A presença das equipas de propaganda do exército forneceu uma base provisória para o reforço do centralismo, mas isto era insuficiente.

Conviria encontrar uma fórmula nova que permitisse um contacto rápido entre a periferia e o centro, entre a população e os dirigentes; era necessária uma estrutura que não afectasse a mobilidade das massas mas dominasse o espontaneísmo e a desordem. Impunha-se abolir a rigidez hierárquica e estabelecer órgãos dirigentes ligados aos dirigidos. Convinha ainda integrar um número suficiente de quadros experimentados e válidos nas novas estruturas, de modo a torná-las eficazes. Os Comités Revolucionários de Tripla União deveriam corresponder a todas estas exigências. Estes Comités deveriam ser compostos em proporções iguais de representantes das massas, designados por elas nas empresas e nas escolas, de quadros do Partido fiéis à linha maoísta igualmente designados por elas e de representantes do exército. Os militares só faziam parte dos Comités Revolucionários no escalão provincial e municipal. Nas empresas e nas escolas eram substituídos pelos representantes da milícia, também designados pelos trabalhadores e estudantes.

Os Comitês Revolucionários deveriam permitir que se reagrupasse uma elite de militantes e tornar possível a direcção centralizada da revolução mantendo esta como fruto da democracia de massas. É incontestável que esta fórmula, que vi funcionar ao vivo, permitiu à população chinesa ter um maior controlo sobre as pessoas que iriam assumir novas tarefas directivas. A Tripla União diferia ligeiramente do exemplo da Comuna de Paris, ao qual se fez referência em Agosto de 1966 e que previa, sem quaisquer limitações, a eleição pelas massas, em todos os escalões, de Comitês revogáveis em qualquer momento pelos eleitores.*

No escalão municipal e provincial, os representantes do exército, que constituíam um terço dos membros destes Comitês, não eram designados pelas massas mas sim pela Comissão militar do Comité Central. As dificuldades do período precedente explicam claramente este abandono do modelo da Comuna de Paris, que hoje parece definitivo.

Foram tomadas medidas rigorosas para evitar que os Comitês Revolucionários se afastassem das massas e se burocratassem. Deviam repartir-se por três equipas, uma encarregada da administração, outra da realização de inquéritos permanentes junto dos administradores a fim de conhecer as suas reivindicações, necessidades e sugestões, e uma terceira encarregada de assegurar a normalidade da produção. As três equipas permutavam regularmente as suas funções. Esta situação constitui uma forma bastante eficaz de acabar com o burocratismo.

* Impõe-se esclarecer o seguinte: os membros dos Comitês Revolucionários de Tripla União são também eleitos e revogáveis. A diferença em relação ao modelo da Comuna de Paris reside no facto de os eleitos deverem obrigatoriamente repartir-se de maneira igual pelas três categorias citadas anteriormente. Ver também Jean DAUBIER, «La célébration de la Commune de Paris», *La Nouvelle Chine*, n.º 3, Julho de 1971.

Novos progressos da Revolução Cultural

Para que progredisse a implantação dos Comitês Revolucionários era necessário desenvolver o movimento de Grande Aliança. Com efeito, deveria existir uma grande unidade nas massas para que estas pudessem designar os seus representantes e os dos quadros revolucionários. O reforço da centralização orgânica dependia dessa unidade. Os organismos dirigentes iam portanto favorecê-la; Chu En-lai revelar-se-á particularmente activo neste aspecto.

A 22 de Fevereiro criou-se, na sua presença, o Congresso (poder-se-ia dizer a Associação ou a Concentração) dos Guardas Vermelhos dos Estabelecimentos de Ensino Superior de Pequim, o *Hong Da Hui*. Nesta ocasião unem-se os três Quartéis gerais de Guardas Vermelhos da capital, a cujos conflitos em Novembro e Dezembro já nos referimos. A proibição do Liandong e a prisão de alguns dos seus chefes e as numerosas reuniões dos representantes dos três Quartéis Gerais com os membros do G.E.R.C tinham conduzido a este resultado. A partir de Dezembro e da eliminação de Tao Chu, as influências conservadoras e separatistas entre os Guardas Vermelhos tendia a regredir. Foi publicado um manifesto e feito um apelo aos outros Guardas Vermelhos da China para que seguissem o exemplo destes três Quartéis Gerais. Progressivamente foram-se organizando na maioria das cidades, pequenas e médias, alguns congressos de Guardas Vermelhos, o que permitiu acelerar o movimento de unidade através do país. Todavia seria necessário algum tempo para que estas alianças adquirissem uma base sólida.

No estilo lírico e enfático que é habitual nos Guardas Vermelhos, o Manifesto homenageava Mao Tsé-Tung e a sua doutrina. É interessante notar nesse texto a reafirmação dos princípios de organização baseados no centralismo democrático. Sublinhava-se

ainda a necessidade de a esquerda se unir à grande maioria das massas em função das circunstâncias e das possibilidades do momento, a fim de isolar ao máximo os direitistas, princípio estratégico chave da Revolução Cultural.

O Manifesto insistia também na necessidade de confiscar o poder aos que se tinham afastado da via revolucionária, do proletariado e do socialismo. Afirmava que, nos sectores onde esta exigência se fazia sentir, era necessário aplicar o princípio marxista segundo o qual a velha máquina de Estado deve ser destruída. O Manifesto indicava igualmente que era necessário reforçar a ditadura do proletariado, instaurar e consolidar uma nova ordem revolucionária, o que correspondia às preocupações do momento.

Foi igualmente lembrado no texto a necessidade da Grande Aliança e da Tripla União e o papel dirigente que a classe operária deve desempenhar. Acentuava-se a necessidade de aplicar na luta as obras de Mao Tsé-Tung, de transformar a concepção do mundo e de implantar firmemente no espírito de cada pessoa as ideias de dedicação à colectividade e ao povo.

A 19 de Março realizou-se a Conferência dos Camponeses da região de Pequim. Chu En-lai esteve presente nela e reafirmou a necessidade de se ter um cuidado particular com a produção e com os trabalhos da Primavera; em consequência disso, pediu que o poder não fosse transferido nas brigadas, mesmo se isso fosse necessário. Por seu lado, Tchen Po-ta pronunciou um discurso que revelava preocupações semelhantes.

A 22 de Março teve lugar a mais importante desta série de conferências realizada neste período, a dos operários e empregados da capital. Os discursos pronunciados nesta ocasião eram marcados pelas preocupações do momento: restabelecimento da disciplina revolucionária e de um bom trabalho de produção, unidade dos revolucionários, destruição das estruturas revisionistas e combate da contra-corrente. Chu En-lai declarou que o apelo lançado às empresas industriais a 18 de Março

tinha sido ouvido.⁹ Sublinhou o papel dirigente da classe operária e referiu-se à contra-corrente nestes termos: «Desenrola-se ainda em condições muito complexas uma luta de classes aguda. Camaradas, esperamos que redobrem de vigilância revolucionária. É preciso realizar a Grande Aliança, aplicar com perseverança a política de Tripla União e aniquilar a contra-corrente de restauração do capitalismo».¹⁰

Estes pontos foram retomados numa resolução que anunciou por outro lado uma medida muito importante: a transformação radical do sistema de gestão das empresas visando reduzir o pessoal não produtivo e aliviar consideravelmente a engrenagem administrativa. A Resolução de 22 de Março evocava a transformação fundamental do «sistema de gestão revisionista e dos órgãos burocráticos superabundantes, instalados em numerosas empresas pela camarilha revisionista contra-revolucionária do antigo Comité de Partido do município de Pequim». Esta conferência deu ulteriormente lugar à criação de um órgão provisório: o Congresso dos Operários (*Gong Da-hui*).

Na mesma época criou-se um «Congresso de Guardas Vermelhos dos Liceus de Pequim», que prolongou e completou o movimento de Grande Aliança. Algum tempo antes o Comité Central havia pedido que as aulas recomeçassem nestes estabelecimentos e que se assegurasse o desenrolar da Revolução Cultural e o exame crítico das matérias de ensino e dos métodos pedagógicos, a fim de se empreender a sua transformação revolucionária.

Todas estas medidas conseguiram estancar a desordem que se estabelecera em Fevereiro e as maquinações

⁹ Ver *supra*.

¹⁰ Ver *Pékin Information*, n.º 14, 3 de Abril de 1967.

da oposição que delas procurara tirar partido. No fim do primeiro trimestre de 1967 os maoístas tinham conseguido estabilizar a situação. Todavia, os problemas não estavam fundamentalmente resolvidos e iriam surgir ainda muitas dificuldades.

3. DE MARÇO A ABRIL DE 1967

AS SEQUELAS DA CONTRA - CORRENTE

A posição delicada de Chu En-lai

— «No órgão de direcção que vocês estabeleceram não há nenhum quadro do Departamento político.¹ Por que razão?»

— «São todos conservadores.»²

O homem a quem foi dada esta resposta é o chefe do Governo chinês, Chu En-lai. Observa durante um momento os seus interlocutores, jovens trabalhadores de um serviço de propaganda, que recebe ao mesmo tempo que representantes de diversas organizações de massas da capital, a fim de se informar junto deles da situação nos respectivos estabelecimentos. O seu rosto de traços finos e a sua silhueta conservaram uma surpreendente juventude. Nas reuniões a sua expressão enérgica tempera-se frequentemente de cordia-

¹ No escalão de uma empresa, trata-se de um colectivo de quadros do Partido que está encarregado de assegurar o trabalho político e administrativo.

² Esta conversa foi registada num gravador por um grupo revolucionário e difundida perante o pessoal da empresa onde eu trabalhava.

lidade e dirige às pessoas com quem fala um olhar onde brilha uma extraordinária inteligência.

Desde o começo da entrevista, os jovens delegados ficaram impressionados com o rigor e o número de perguntas que ele lhes fez, a espantosa memória de que deu provas, a capacidade de extrair de um problema o que era essencial, mesmo que este fosse muito confuso.

— «É necessário distinguir as pessoas conservadoras em matéria de organização das que professam uma ideologia conservadora. Face aos quadros do Departamento político, deve ser feita uma análise de classe».

Periodicamente, altos dirigentes do Partido ou membros importantes do G.E.R.C. recebiam os representantes das organizações de massas de uma cidade ou de uma província que se constituíram durante a Revolução Cultural a fim de conduzir a luta ideológica. Reúnem-se com eles e informam-se. Analisam a situação no conjunto do país e por vezes dão conselhos e directivas práticas que não são oficiais mas que são no entanto difundidas de maneira intensiva por meio de cartazes ou gravações em fita magnética nas empresas, escolas e escritórios onde estas organizações conduzem a luta.

A contra-corrente de Fevereiro pôs à prova todas as capacidades do primeiro ministro chinês. Este conseguiu persuadir as organizações de massa revolucionárias a voltar a uma prática mais justa face aos quadros e a reservar-lhes um tratamento político muito menos ríspido, operação delicada que deveria ser realizada sem que as tendências de direita, que exploram os erros da esquerda, pudessem encontrar novas armas. Nada se devia fazer para diminuir a combatividade ou fazer cessar o ardor das forças rebeldes. Era vital e difícil, manter o espírito de Partido nessa tumultuosa Revolução Cultural em que se fundiam tendências e correntes ideológicas diversas. Era necessária muita moderação e flexibilidade, pois não se devia contrariar a regra segundo a qual devem ser as próprias massas a educarem-se e a libertarem-se. Tarefa difícil porque,

nas esquerdas, muitos se mostravam avessos a tudo o que parecesse contrariar este princípio; o primeiro Ministro não ignorava que muitos iriam criticá-lo.

Em Tien An Men foram afixados slogans proclamando que Chu En-lai deveria ser submetido à crítica. Dirigindo-se aos jovens revolucionários de Pequim, nesta praça do centro da cidade chamada «Sala de recepção do Conselho de Estado», Chu En-lai sentia sem dúvida pesar sobre ele grandes responsabilidades.

É necessário combater virado para o futuro; e para isso deve-se apelar para o que há de melhor nas pessoas, estimular cada vez mais o sentimento de que a bandeira vermelha é o símbolo da China desde há 50 anos, exaltar os puros, levantar os entusiasmos e as coragens, a alegria e a cólera, apelar para o combate, destruir e construir, amar e odiar, pois a Revolução, como disse Mao Tsé-Tung, é um drama passional.

Em Tien An Men, operários e estudantes afixaram slogans que respondiam aos ataques de que era objecto o primeiro Ministro:

«Chu En-lai é o companheiro de armas mais próximo do Presidente Mao». «Os que se opõem a Chu En-lai são contra-revolucionários», proclamavam os caracteres gigantes.

Como um conflito deu origem a outro

A luta contra a contra-corrente de Fevereiro só podia ser eficaz se corrigisse os excessos que a tinham tornado possível. Chu En-lai tinha neste período desenvolvido uma grande actividade: foi principalmente ele que interveio para que cessassem as desordens e os abusos que surgiram em certos ministérios no decorrer do movimento de crítica; muitas vezes fizera declarações no sentido do restabelecimento da disciplina do trabalho, do tratamento menos rigoroso dos quadros e de um progresso mais rápido da Grande Aliança.

Mas, ao conflito que surgiu no seio dos organismos dirigentes com o aparecimento de uma tendência de

direita que condenava os «rebeldes», veio acrescentar-se um segundo, resultante das dúvidas que as medidas tomadas para estacar a contra-corrente inspiravam a outros responsáveis.

Se alguns achavam que os «rebeldes» das organizações de massas tinham ido demasiado longe, outros pensavam que agora se tinha ido demasiadamente longe em sentido inverso. A preocupação de favorecer a Grande Aliança não iria engendrar o risco de compromissos apressados e ecléticos entre organizações revolucionárias e organizações conservadoras? Por outro lado, a insistência em pedir que os quadros fossem tratados com boa vontade não suscitará já em certos ministérios uma tendência para os desculpar, tendência essa que foi necessário combater sem demora? Aos olhos dos que formulavam estas reticências, era um erro acentuar a questão dos quadros. O verdadeiro problema residia na organização; a luta era antes de mais política e ideológica. Ora ela não terminara e podia ser comprometida por medidas empíricas e forçadas. Qualquer concessão era imediatamente interpretada pelos opositores como uma abertura à conciliação e imediatamente explorada por ela para os seus próprios fins. A reabilitação dos elementos da direita feita por Tan Chen-lin prova-o bem.

A intervenção do exército deveria também realizar-se com cuidado. Não era necessário torná-la sistemática em ocasiões de distúrbios. Os distúrbios eram normais, pois a Revolução Cultural Proletária vivia da mobilização das massas. Como é que estas poderiam lutar e eliminar os *Zu Zi Pai* se o centralismo fosse demasiado forte e se não houvesse liberdade suficiente para falar e agir?

Os que no seio do G.E.R.C. exprimiam estes pontos de vista animavam uma corrente que, nas circunstâncias do momento, podia passar pela mais à esquerda. Mostravam-se mais sensíveis ao papel das massas populares e das organizações rebeldes do que ao dos quadros e do exército. Com o andar do tempo, os que tinham

esta tendência mostraram-se cada vez mais propensos aos excessos espontaneístas que marcam os últimos dias de Janeiro e as primeiras semanas de Fevereiro: foi esta a razão de um novo conflito de tendências que surgiu no segundo semestre de 1967.

A posição de Chu En-lai surgia, afinal, a meio caminho entre duas correntes extremas; isto explica a sua reputação de moderado junto de certos observadores estrangeiros. Mas não é esse o caso; num contexto tão atormentado, a moderação de Chu En-lai era inspirada por um senso político agudo; ela era pois muito relativa. Para ele, o reforço do centralismo deveria ser correlativo à mobilização das massas; não se podia acentuar unilateralmente qualquer dos dois termos sem se desviar do marxismo. Os quadros e o exército tinham um papel indispensável e não se devia entravá-lo. O exército era, em particular sob a direcção de Lin Piao, um bastião de forças revolucionárias; era preciso confiar nele. Por outro lado, se se tinha o apoio das massas, não havia razões para temer que a Grande Aliança favorecesse compromissos com os conservadores; seria exagerar o número e a influência destes.

Chu En-lai basear-se-ia ainda numa outra ordem de ideias. Entre os membros do Comité Central que não aprovavam todos os pontos de vista de Mao, nem todos se opunham firmemente à sua política. Por consequência, convinha aliciá-los e, se necessário, por meio de concessões tácticas. O apoio destes elementos mais ou menos centristas, que não praticavam um ataque sistemático, poderia ser precioso em certas reuniões e votações, assim como por ocasião de um eventual congresso do Partido.

Não convinha espantá-los através de um rigor excessivo. Foi sem dúvida dentro deste período de apaziguamento que Tan Chen-lin, apesar de ter sido severamente posto em causa depois da contra-corrente de Fevereiro, foi autorizado a conservar as suas funções e a continuar o seu trabalho com a «assistência»

dos rebeldes do seu ministério — fórmula intermediária entre a destituição e a conservação pura e simples. Esta clemência suscitou então a indignação dos esquerdistas do G.E.R.C., que a consideravam como uma concessão intolerável.

Em meados de Março teve lugar uma reunião dos órgãos dirigentes da Revolução Cultural à qual se deu pouca publicidade: um «dazibao» colocado nas ruas de Pequim anunciava-a em termos lacónicos, indicando que seria marcada por uma luta entre duas linhas. Um outro cartaz indicou mais tarde, também muito resumidamente, que ela dera «resultados satisfatórios». A partir disto poder-se-ia pensar que a luta contra a contra-corrente de Fevereiro foi discutida nessa reunião e que Chu En-lai tinha conseguido fazer prevalecer o seu ponto de vista. Também é provável, como veremos, que os elementos mais radicais da esquerda tenham por sua vez obtido concessões.

Mas, numa Revolução, os problemas encadeiam-se constantemente. O curso dos acontecimentos depressa reacenderia os conflitos que se atiçavam sob a cinza dos compromissos.

Julgo ter sido correcto qualificar de duradouros os problemas analisados no capítulo 2 sob o título «a contra-corrente de Fevereiro». Assim aconteceu, particularmente no problema dos quadros. Sabe-se que esta questão alimentou uma luta de tendências que se prolongou até uma data bastante recente através de uma campanha antiesquerdista relacionada com a eliminação de Tchen Po-ta e a crítica de Lin Piao, hoje morto. Ambos teriam procurado eliminar um número exagerado de quadros.

A prisão de certos chefes do Liandong a que me referi no capítulo 3 deu igualmente origem a desacordos no seio da equipa dirigente. Faltam-nos informações rigorosas quanto a isto. Em Setembro de 1972, certos artigos da imprensa chinesa encorajavam os quadros a fazerem os seus filhos partilhar da vida dos camponeses. Não deve ser estranho a esta atitude o receio

de se ver reproduzir comportamentos análogos aos da «juventude dourada» que compunha as fileiras do Liandong.

No capítulo 2 procurei analisar o papel do Exército chinês. Na minha preocupação de restabelecer a verdade dos factos e de contrariar os pontos de vista estereotipados de certos órgãos da imprensa ocidental e soviética, sublinhei o carácter democrático e não-violento das actividades das equipas militares. Para não ser unilateral, devo porém afirmar que também a este nível se cometeram erros. No início, algumas dessas equipas procuraram pressionar certos grupos qualificados um pouco ligeiramente de conservadores devido a não aprovarem as tomadas de poder. A situação era porém mais complexa; de acordo com os 16 pontos, a minoria não deveria ser constrangida. Os militares passaram depois a agir com maiores reservas.

É verdade que os soldados chineses demonstraram possuir uma enorme paciência e diplomacia no cumprimento das suas tarefas. Isto conta a seu favor e do Partido Comunista Chinês, que os educou; não posso no entanto ser inocente ao ponto de acreditar que o Exército chinês seja composto de santos. A passagem intitulada «A intervenção do E.P.L.» limita-se apenas a descrever uma orientação geral; localmente, verificaram-se abusos de autoridade. Surgiram até graves problemas em Wuhan e em Cantão.

Convém referir aqui que durante algum tempo só os militares fizeram parte dos Comitês Revolucionários à escala municipal e provincial; esta situação alterou-se depois de Abril de 1969. Os militares passaram a ter um maior número de representantes na administração a todos os escalões. O problema das relações entre o poder civil e o Exército adquiriu então uma certa importância. De 1971 até ao Verão de 1972 desenvolveu-se uma campanha de imprensa sobre o tema: o Exército deve obedecer ao Partido. A oposição de Lin Piao e o seu desaparecimento da cena política estão evidentemente ligados a este debate.

O estudante de Tsinghua, Kuai Ta-fu, a que aludi no capítulo I na passagem intitulada «A reviravolta da situação», é actualmente muito criticado na China. Ninguém nega os seus méritos iniciais; mas põe-se em causa o seu «espírito de camarilha», que teria passado a revelar a partir de certa altura. Persuadido, como todos os ultraesquerdistas do mundo, de que todos quantos se opunham a ele eram necessariamente contra-revolucionários, iniciou na Primavera de 1968 numerosos ataques contra um grupo estudantil rival. Daí resultaram bastantes mortos. Kuai chegou a dirigir comandos armados de granadas e lanças que atacaram a equipa operária enviada para a Universidade em Julho de 1968. Morreram cinco operários e centenas de outros foram gravemente feridos. Kuai reconheceu a sua responsabilidade quanto a estes factos; rejeita porém a acusação de ter pertencido ao grupo 5.16 de Wang Li.

No número 3, volume 24, de *Monthly Review* (Julho 1972), W. Hinton, autor do notável «Fanshen», descreve a Revolução Cultural em Tsinghua entre 1966 e 1971 e mostra em detalhe o lado negativo das actividades de Kuai Ta-fu.

No que diz respeito ao abandono da fórmula da Comuna de Paris pelos Comitês Revolucionários, de que falei no capítulo 2, «A Tripla União», deverá salientar-se que foi o próprio Mao quem o aconselhou, nessa época. Declarou então a Tchang Tchien-kiao que a Comuna não deveria transformar-se num modelo estereotipado, pois isso travaria o movimento de massas.

INDICE

INTRODUÇÃO

As origens da Revolução Cultural Proletária	7
---	---

CAPTULO I

DE NOVEMBRO DE 1965 A JANEIRO DE 1967 O CONFLITO CRISTALIZA

1. DE 10 DE NOVEMBRO DE 1965 A 11.ª SESSAO PLENARIA DO COMITE CENTRAL EM AGOSTO DE 1966	
I. As primeiras batalhas	45
II. O desenvolvimento da Revolução Cultural . .	59
III. O episódio dos grupos de trabalho	71
2. DA REUNIAO DE 1 DE AGOSTO A 1 DE OUTU. BRO DE 1966	
I. A 11.ª Sessão plenária do Comité Central do Partido Comunista Chinês 1 a 12 de Agosto de 1966	93
II. As consequências da 11.ª Sessão plenária . . .	99

3. DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1966. UMA SITUAÇÃO IRREVERSÍVEL	
I. O editorial n.º 13 do «Bandeira Vermelha»	129
II. A contra-ofensiva da oposição	141
III. A réplica. Fim político de Tao Chu	153

CAPÍTULO II

DE JANEIRO A ABRIL DE 1967 O NÓ DO PROBLEMA

1. A REVOLUÇÃO DE JANEIRO EM XANGAI	
I. As contradições agudizam-se	167
II. A revolta	173
III. A contra-ofensiva economista e a Revolução de Janeiro	183
2. A CONTRA-CORRENTE DE FEVEREIRO	
I. Os problemas da transferência do poder	203
II. A contra-corrente de Fevereiro	211
III. O fracasso da contra-corrente	225
3. DE MARÇO A ABRIL DE 1967	
As sequelas da contra-corrente	245

Este livro acabou de se imprimir
em Julho de 1974 para a
EDITORIAL PRESENÇA, LDA.
na *Empresa Gráfica Feirense, Lda*
VILA DA FEIRA